



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO ACADÊMICO

Damaris Mendonça

NÃO É SOMENTE UM ESPAÇO FÍSICO:

A moradia digna como ideal de justiça em resposta às violências percebidas pelas moradoras da Ocupação Contestado.

Florianópolis, SC
2024

Damaris Mendonça

Não é somente um espaço físico: a moradia digna como ideal de justiça em resposta às violências percebidas pelas moradoras da Ocupação Contestado.

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação, *stricto sensu*, em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGD/UFSC - para obtenção do título de Mestra na linha de pesquisa “Controle Social e Sistemas de Justiça”.

Orientadora: Profa. Dra. Marília de Nardin Budó.

Florianópolis (SC)
2024

Mendonça, Damaris

Não é Somente um Espaço Físico : A moradia digna como ideal de justiça em resposta às violências percebidas pelas moradoras da Ocupação Contestado / Damaris Mendonça, Marília de Nardin Budó , 2024.

139 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. Direito. 2. direito à moradia. 3. criminologia crítica. 4. vitimização. 5. justiça. I. Budó , Marília de Nardin . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Damaris Mendonça

Não é somente um espaço físico: a moradia digna como ideal de justiça em resposta às violências percebidas pelas moradoras da Ocupação Contestado.

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 24 de junho de 2024 pela banca avaliadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Francisco Quintanilha Veras Neto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Presidente

Profa. Luana Renostro Heinen, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Profa. Marília Lomanto Veloso, Dra.
Universidade Federal de Feira de Santana (UEFS)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestra em Direito.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD-UFSC)

Profa. Marília de Nardin Budó, Dra.
Orientadora

À Tereza (*in memoriam*) que, mesmo nos últimos dias da sua vida, quando mais precisava de acolhimento, me recebeu carinhosamente durante minha primeira entrevista e me disse para ficar tranquila, pois "para tudo na vida tem uma primeira vez".

AGRADECIMENTOS

"O que mais existe no mundo são pessoas que nunca se vão conhecer. Nasceram num lugar distante, e o acaso não fará com que se cruzem. Um desperdício. Muitos desses encontros destinados a não acontecer poderiam ter sido arrebatadores. Por afinidade, por atração que não se explica, por força das circunstâncias, por químicas ocultas, quem pode saber? Quanto amor se perde nessa falta de sincronia. Não é preciso ir longe, alguém pode passar pela esquerda enquanto olhamos distraídos para a direita. Por um triz o paralelo obriga-nos ao desencontro eterno. É preciso uma coincidência qualquer para que o amor se instale. Existe um certo milagre nos encontros."

– Carla Madeira

Assim como no trecho acima, acredito que os encontros, quando ocorrem, têm algo de milagroso. São eventos raros, que desafiam probabilidades e transcendem a banalidade do cotidiano. São movidos por forças invisíveis, pela sincronicidade de circunstâncias aparentemente aleatórias. Cada encontro que temos na vida é resultado de uma convergência de fatores que, por um breve momento, alinham-se perfeitamente e resultam em um universo de possibilidades, de histórias e de afetos. Esta pesquisa só existe da forma que existe devido às pessoas que cruzaram meu caminho no momento exato em que precisavam cruzar. Por isso, não poderia deixar de agradecê-las.

Agradeço imensamente às moradoras e aos moradores da Ocupação Contestado, as verdadeiras protagonistas desta pesquisa, cuja coragem em lutar por uma moradia digna e por justiça social em meio a tanta desumanidade é inspiradora. Agradeço por darem vida a este trabalho e sentido ao meu percurso pessoal e profissional como pesquisadora. Lavarei comigo para sempre e com muito carinho cada fala, cada história e cada momento que vivi na Ocupação Contestado.

Agradeço à Aline A. Zimmermann e ao Guilherme Cidade, pela amizade, por compartilharem o amor pela pesquisa empírica, por representarem os movimentos sociais neste trabalho e por facilitarem meu contato com a Contestado. Como disse uma das participantes, vocês representam os "alicerces" da luta por moradia e foram essenciais nesta pesquisa. Obrigada.

Aos demais amigos e amigas do PPGD/UFSC, do Grupo de Criminologia Crítica Vera Andrade (GCCrit) e do Poder Controle e Dano, agradeço pelas aulas, reuniões, cafés, desabafos e trocas. Foi lindo crescer junto com vocês nesses dois anos e meio, vocês provaram que é possível construir um caminho de amizade e afeto na academia.

A todas as experiências que vivi na Defensoria Pública e às pessoas que fazem desta instituição um espaço que dá sentido ao Direito. Agradeço, em especial, ao Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria (NUHAB) por ter despertado em mim o amor pelo direito à

moradia; e ao Defensor Público Marcelo Scherer, por ser um exemplo de dedicação e humanidade, pela confiança depositada em mim e pela amizade construída durante a residência.

Agradeço ao Luiz Fernando, pelo cuidado e por ter lembrado de sempre me perguntar "como vai a dissertação?", por ter se disposto a ler o trabalho e, principalmente, por quase 10 anos de histórias e amizade.

À Mariana D'El Rei, por cada tarde de estudo, por tornar minha rotina mais leve e engraçada, mesmo quando repleta de reclamações e dificuldades inerentes ao período de escrita. Obrigada, amiga.

À minha orientadora, Marília de Nardin Budó, por ter me orientado de forma tão atenciosa durante todo o período do mestrado. Agradeço pela experiência do estágio de docência, pela condução dos grupos de estudo, pelos textos indicados, pela leitura cuidadosa e pelas sugestões fundamentais para esta pesquisa. O resultado deste trabalho também é mérito seu. Obrigada.

Às membras da banca de qualificação e defesa, professoras Luana Renostro Heinen e Marília Lomanto Veloso, pela generosidade e pelas valiosas contribuições.

À Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) que, desde 2013, são minha segunda casa, pelo privilégio de cursar uma universidade pública e por me possibilitarem pesquisar e fazer ciência, muitas vezes em meio a tempos sombrios.

À CAPES pela bolsa de estudos, por investir no crescimento e na formação de pesquisadoras, fortalecendo assim a ciência e a educação no nosso país.

Por fim, expresso minha gratidão à minha família, por serem a base de tudo e por moldarem quem sou. À minha mãe Adriana e ao meu irmão Abner por todo o amor e suporte diários; e à minha avó Dona Dina e ao meu pai Juarez que, mesmo não estando mais fisicamente presentes, continuam a me guiar. Há muito de vocês em mim e nesta pesquisa.

Agradeço pelas sincronicidades da vida que levaram a cada encontro, cada gesto e cada palavra trocada que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta pesquisa.

Obrigada.

“O Contestado, o Contestado ó,
A nossa luta aqui vale mais que ouro em pó”.
- Funk da Contestado, 2013¹

¹ OCUPAÇÃO CONTESTADO. Funk da Contestado. Novembro de 2013. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=gkTRcqiZJsY>>. Acesso em: 26/05/2023.

RESUMO

Esta é uma pesquisa de criminologia cujo foco é o estudo de uma Ocupação Urbana consolidada na região metropolitana da Grande Florianópolis, denominada Ocupação Contestado, que carrega uma história de luta e resistência pela garantia do direito à moradia digna. O problema de pesquisa de que parto é: quais são as percepções e compreensões das moradoras e dos moradores da Ocupação Contestado sobre as violências e injustiças presentes na vivência da moradia irregular, bem como suas percepções sobre o que constitui justiça? Para responder a esse questionamento, dividi a pesquisa em dois momentos fundamentais: a pesquisa bibliográfica, concentrada no primeiro capítulo; e a pesquisa empírica, descrita no segundo capítulo. Assim, examino a interseção entre criminologia, decolonialidade e segregação socioespacial. Em seguida, exploro o papel da criminologia verde do Sul e da abordagem do dano social frente às injustiças socioambientais evidenciadas nas periferias e praticadas pelo Estado. Após, mergulho no panorama histórico da luta pelo direito à cidade e no contexto histórico-urbano da Grande Florianópolis para compreender o surgimento e consolidação da Ocupação Contestado dentro desse panorama. No segundo momento da pesquisa, combino a minha experiência prática no percurso da pesquisa empírica com a orientação metodológica escolhida. Para tanto, relato minha experiência no campo, discorro sobre as participantes da pesquisa, descrevo o processo de construção de dados, que envolve as entrevistas em profundidade e a metodologia visual da foto-elicitação, discorro sobre a análise dos dados, a partir da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), apresento cinco hipóteses, que explicam as circunstâncias observadas, quais sejam: a) “Daí estamos aqui até hoje, nessa pendura”: o processo de vitimização e o papel do Estado; b) “Me senti uma bandida no mundo”: o processo de criminalização e o papel da polícia nos conflitos fundiários; c) “Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão”: o papel de cuidado e as violências de gênero em meio à luta por moradia digna; d) “Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??”: danos anteriores e formas de enfrentamento; e e) A busca por “moradia digna” como um ideal de paz e justiça. Ao final, concluo que as moradoras e os moradores da Ocupação Contestado experienciam uma desumanização, o que os impossibilita de acessarem diversos direitos e os torna alvos do controle estatal. Essa violência é naturalizada, pois dirigida a corpos que não têm o privilégio da vitimização. Para elas, a moradia digna é o único meio de alcançar paz e justiça.

Palavras-Chaves: direito à moradia, criminologia crítica, vitimização, criminalização, justiça.

ABSTRACT

This criminology research focuses on the study of an established urban occupation in the metropolitan region of Florianópolis, known as Ocupação Contestado, which carries a history of struggle and resistance to guarantee the right to decent housing. The research problem I address is: what are the perceptions and understandings of the residents of Ocupação Contestado regarding the violence and injustices present in the experience of irregular housing, and their perceptions of what constitutes justice? To answer this question, I divided the study in two fundamental parts: the bibliographic, concentrated in the first chapter, and the empirical, described in the second chapter. First, I examine the intersection between criminology, decoloniality, and socio spatial segregation. Next, I explore the Southern Green Criminology and the social harm approach in addressing the environmental injustices evident in the peripheries and perpetrated by the state. Then, I delve into the historical panorama of the struggle for the right to housing and the historical urban context of Florianópolis to understand the emergence and consolidation of Ocupação Contestado within this panorama. In the second part of the research, I combine my practical experience with the chosen methodological orientation. To this end, I recount my field experience, discuss the research participants, describe the data construction process, which involves in-depth interviews and the visual methodology of photo elicitation, discuss the data analysis based on Grounded Theory, and present five hypotheses explaining the observed circumstances: a) "We've been here ever since, in this limbo": the victimization process and the role of the state; b) "I felt like a criminal in the world": the criminalization process and the the police in land conflicts; c) "Everything here is run by women. From an assembly to a work effort": the gender violence amidst the struggle for decent housing; d) "Why don't they go back to where they came from?": previous harms and coping mechanisms; and e) The pursuit of "decent housing" as an ideal of peace and justice. In conclusion, I find that the residents of Ocupação Contestado experience dehumanisation, which prevents them from accessing various rights and makes them targets of state control. This violence is naturalized as it is directed at bodies that do not have the privilege of victimization. For the residents of Ocupação Contestado, decent housing is the only means of achieving peace and justice.

Keywords: right to housing, critical criminology, victimization, criminalization, justice

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Linha do Tempo urbanização e luta por moradia (1675 - 2012).....	41
Figura 2: Área conurbada de Florianópolis.....	45
Figura 3: Aumento da população - Grande Florianópolis	47
Figura 4: Decreto - Djalma Berger	54
Figura 5: Quadras da Ocupação Contestado	56
Figura 6: Corredor central e “beco” que liga uma quadra a outra.....	57
Figura 7: Jornal da época	59
Figura 8: "Contestado Vive".....	67
Figura 9: Desenhos felizes	67
Figura 10: Ginásio Jardim Zanellato	75
Figura 11: Cozinha comunitária	76
Figura 12: Manifestação na prefeitura de São José.....	76
Figura 13: Churrasco na ocupação	77
Figura 14: Weft QDA - categoria “morte”.	80
Figura 15: Word Cloud Ocupação Contestado.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Resumo das ocupações urbanas	49
Tabela 2: Funk da Contestado	74

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABRAINCC	Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias
ACP	Ação Civil Pública
BNH	Banco Nacional de Habitação
BPs	Brigadas Populares
CABN	Coletivo Anarquista Bandeiras Negras
CadÚnico	Cadastro Único para Programas Sociais
CEPON	Centro de Pesquisas Oncológicas
COHAB	Companhia de Habitação
DPE	Defensoria Pública Estadual
DPU	Defensoria Pública da União
FAR	Fundo de Arrendamento Residencial
FNRU	Fundo Nacional da Reforma Urbana
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MLB	Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MPF	Ministério Público Federal
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NUHAB	Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PMCMV	Programa Minha Casa, Minha Vida
PSD	Partido Social Democrático
TFD	Teoria Fundamentada nos Dados
UC	Unidade Classista

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 A OCUPAÇÃO CONTESTADO E O PAPEL DA CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL: UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL.....	20
2.1 PARA ALÉM DAS NARRATIVAS HEGEMÔNICAS: REFLEXÕES DECOLONIAIS SOBRE O PAPEL DA CRIMINOLOGIA.....	20
2.2 A CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL E O DANO SOCIAL FRENTE ÀS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS NAS PERIFERIAS URBANAS.....	28
2.3 “PORQUE É QUE O GOVERNO NÃO DISTRIBUI AS TERRAS PARA O POVO?” OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DA CIDADE.....	36
2.3.1 O processo de formação de Florianópolis e os primórdios da segregação socioespacial.	41
2.3.2 As ocupações urbanas na Grande Florianópolis.....	48
2.4 DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA - A OCUPAÇÃO CONTESTADO.....	52
3 “QUERIA ESTAR NUM LUGAR MELHOR” A (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL PELA PERCEPÇÃO DAS ATINGIDAS.....	65
3.1 MEU PERCURSO NO UNIVERSO EMPÍRICO - CAMPO, PARTICIPANTES E CONSTRUÇÃO DOS DADOS.....	65
3.1.1 Participantes da Pesquisa	68
3.1.2 Construção dos Dados	71
3.1.2.1 <i>Entrevista em Profundidade</i>	72
3.1.2.2 <i>Foto-Elicitação e outros elementos artísticos</i>	73
3.2 A REALIDADE OBSERVADA: INÍCIO DA ANÁLISE DOS DADOS	77
3.2.1 codificação inicial ou aberta	79
3.2.2 codificação axial	81
3.3 DESDOBRAMENTOS DA REALIDADE: <i>HIPÓTESES</i> E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS APRESENTADAS.....	81
3.3.1 “Daí estamos aqui até hoje, nessa pendura”: o processo de vitimização e o papel do Estado.	83
3.3.2 “Me senti uma bandida no mundo”: o processo de criminalização e o papel da polícia nos conflitos fundiários	91
3.3.3 “Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão”: o papel de cuidado e a violência de gênero em meio à luta por moradia digna.....	96
3.3.4 “Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??”: danos anteriores e formas de enfrentamento	101
3.3.5 A busca por “moradia digna” como um ideal de paz e justiça	107
3.4 DA “PENDURA” À JUSTIÇA: SÍNTESE DA ANÁLISE DE DADOS E TEORIZAÇÃO.....	109
4 CONCLUSÃO.....	113
LISTA DE REFERÊNCIAS.....	118

APÊNDICE A.....	126
APÊNDICE B.....	127
APÊNDICE C.....	129
APÊNDICE D.....	135

1 INTRODUÇÃO

Decidi que seria Vereadora no dia em que derrubaram a casa da Dona Penha, na Vila Autódromo, justo no dia 8 de março. Decidi que deveria lutar contra esse tipo de violência também na via institucional².

Marielle Francisco da Silva

Começo a rabiscar essa introdução no dia 26/03/2024. Dois dias depois da prisão dos suspeitos de mandar matar a então Vereadora Marielle Franco. A atuação política em defesa do direito à moradia digna para pessoas em situação de vulnerabilidade social teria sido um dos grandes fatores de incômodo que levaram à sua morte. Marielle, de quem transcrevo a citação acima, registrada no *Facebook* em 25/06/2017, mulher, negra, socióloga, favelada, lésbica, Vereadora do Rio de Janeiro. Foi assassinada brutalmente por lutar contra uma elite criminoso que lucra com a especulação imobiliária e com a morte. É dilacerante e revira o estômago, mas também nos impulsiona a seguir em frente na luta pela garantia do acesso à terra, ao território, ao direito à moradia àqueles que mais precisam. Juntas.

Me identifico como uma mulher parda, cis, heterossexual, de classe média. Sou natural do Rio Grande do Sul. Venho de uma família simples. Minha mãe, branca, do lar. Meu pai, preto, foi policial, faleceu devido à Covid-19 em um dos períodos mais sombrios da nossa democracia. Sou neta de Dona Perpedina, uma mulher preta, mãe solteira, que passou a maior parte de sua vida morando em uma vila no bairro Sarandi, situado no extremo norte de Porto Alegre. Devido aos privilégios que essas pessoas me proporcionaram, nunca precisei viver em uma região periférica, mas cresci imersa nos relatos de racismo, de violência e de exposição a danos ambientais, como as chuvas e enchentes que alagavam a casa de minha avó.

Em 2022, quando iniciei o estágio na Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina, no Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário (NUHAB), tive um contato ainda maior com essa realidade e com as pessoas que a vivenciam - agora não mais poucas e próximas, mas milhares espalhados pelo estado. Pessoas que reivindicam direitos mínimos, que jamais deveriam ser demandas jurídicas. Esse cotidiano tornou os meus questionamentos diários: quem

²Facebook. FRANCO, Marielle. Rio de Janeiro, 25 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/photos/decidi-que-seria-vereadora-no-dia-em-que-derrubaram-a-casa-da-dona-penha-na-vila/428799910838940>> Acessado em: 26/03/2024.

são essas pessoas? Quais problemas elas enfrentam? Por que elas não têm acesso ao básico? Existe algum responsável por esses problemas?

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), em seu art. XXV³ e a Constituição Federal (1988), em seu artigo 6º⁴⁵, garantem o direito social à moradia, sendo dever do Estado promover políticas públicas para garantir o seu acesso, especialmente para os grupos mais vulneráveis. Esse direito integra o mínimo existencial, ou seja, o conjunto de direitos básicos que asseguram a cada pessoa uma vida digna.

Nenhuma pessoa deveria ser privada do seu direito à moradia e moradia não se limita a um teto e quatro paredes. Moradia significa um ambiente salubre, com segurança, documentação, saneamento básico, fornecimento de água e luz, coleta de esgoto e de lixo, acesso a transportes públicos, hospitais, escolas, praças, parques, bem como aos demais serviços públicos essenciais.

Todavia, é notória a divisão social, racial e de gênero estampada nas cidades brasileiras, em que alguns têm moradias dignas, mas outros tantos são forçados a viverem uma realidade oposta, em condições precárias, em habitações improvisadas e muitas vezes sem acesso a direitos básicos. Não por acaso, as pessoas expostas aos transportes públicos inadequados, às enchentes, à falta de saneamento, aos cortes de luz e água, aos deslizamentos que acontecem com periodicidades nos morros da cidade, têm cor, têm classe, têm gênero e têm CEP.

Há muito, Lélia González indaga:

Cumé que a gente fica? Desde a época colonial aos dias de hoje, percebe-se uma evidente separação quanto ao espaço físico ocupado por dominadores e dominados. O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais”, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (González, 1980, p. 232)

O que González descreve é o que vou chamar neste estudo de *Injustiça Socioambiental* e de *Racismo Ambiental*. Os conceitos foram desenvolvidos por Acelrad (2010) e por Bullard (2000) para indicar que determinados grupos sociais racializados sofrem mais com os impactos socioambientais e que esse problema não é fruto do acaso, mas sim resultado de um conjunto

³Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis

⁴São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição

⁵ O direito à moradia, embora aparecesse implicitamente na Constituição Federal, só foi reconhecido como direito social 12 anos depois, por meio da emenda constitucional 26/2000. Também, temos a Lei nº 9.785/99, que trouxe substanciais alterações ao texto da conhecida Lei do Parcelamento do Solo Urbano (Lei nº 6.766/79) e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), que são exemplos de textos legais que reforçam os ditames constitucionais e criam ferramentas de efetivação do direito.

de fatores, que devem ser investigados, denunciados, prevenidos e seus danos devem ser reparados. No Brasil, os eventos climáticos de grande porte, como as enchentes e deslizamentos; os crimes ambientais, como nos rompimentos de barragens ocorridos em Minas Gerais; e também no dia-a-dia das periferias urbanas revelam o racismo ambiental, conforme se debate nesta pesquisa.

Trazendo a discussão para o contexto local, noto que Florianópolis, carinhosamente apelidada de *Ilha da Magia*, costuma ser percebida pelo imaginário das pessoas como uma cidade sem problemas sociais. No entanto, ao viver aqui e observar de perto as dinâmicas habitacionais, percebo que a realidade é exatamente oposta. As vulnerabilidades existem e são muitas, porém são mascaradas devido a um projeto de "higienização" implementado com êxito desde os primórdios da fundação da cidade (Magalhães; Tonin, 2015, p. 232). A política de urbanização da capital afastou as comunidades de baixa renda para os morros da região central e, principalmente, para a periferia da região metropolitana.

Algumas dessas comunidades surgiram organicamente, enquanto outras foram estabelecidas por meio de ocupações, refletindo o inconformismo e a luta por moradia liderada pelos movimentos sociais. É nesse contexto que escolhi uma ocupação específica para realizar minha pesquisa. A escolha foi por acreditar que a luta coletiva e organizada pelo direito à moradia digna está intrinsecamente ligada com a inquietação que fomenta este estudo.

A comunidade escolhida foi estabelecida em 2012 e é reconhecida como a primeira ocupação do ciclo mais recente de ocupações na região da Grande Florianópolis. Ela fica localizada no município de São José, região metropolitana, e carrega uma história de injustiça, luta e muita resistência. A Contestado emergiu em resposta a uma promessa política não cumprida de regularização de um imóvel para habitação popular. As pessoas que haviam se mudado para a "terra prometida" se viram obrigadas a testemunharem suas esperanças de habitação digna sendo demolidas pelas máquinas que levaram suas casas e seus sonhos. Após a reorganização da comunidade, com apoio dos movimentos sociais, os residentes ocuparam um novo espaço, em que permanecem até hoje. Todavia, enfrentam diariamente todas as consequências da moradia irregular e do descaso do poder público local.

A partir desses apontamentos, o problema de pesquisa de que parto é: quais são as percepções e compreensões das moradoras e dos moradores da Ocupação Contestado sobre as violências e injustiças presentes na vivência da moradia irregular, bem como suas percepções sobre o que constitui justiça?

A pesquisa é de tipo qualitativo⁶. Tal abordagem enfatiza a importância de um envolvimento próximo com os participantes, a fim de construir dados em profundidade e contextuais que possibilitem uma compreensão mais ampla e rica da realidade investigada. Desse modo, busco não apenas descrever a realidade, mas também compreendê-la em sua complexidade e particularidade (Becker, 2014, p. 191).

Assim, conduzo o estudo em duas etapas principais: a pesquisa exploratória bibliográfica⁷ e a exploração de campo (pesquisa empírica). Na primeira parte do trabalho (capítulo 2), faço um levantamento bibliográfico sobre conceitos que se relacionam com o tema da pesquisa. Tais aspectos a serem apresentados são: (2.1) a decolonialidade e suas intersecções com a criminologia e a segregação socioespacial; (2.2) a relação da criminologia verde do Sul e da abordagem do Dano Social com as injustiças socioambientais percebidas nas periferias urbanas. Após, (2.3) falo sobre urbanização, movimentos sociais e luta por moradia digna no contexto nacional e local. E, por fim (2.4) discorro sobre o surgimento e consolidação da Ocupação Contestado.

No segundo momento (capítulo 3), explico o método de construção dos dados, feito através das entrevistas em profundidade e do método visual da foto-elicitação; e a análise dos resultados, através da Teoria Fundamentada nos Dados. Assim, a partir da teorização, gerei hipóteses aptas a responderem o problema inicial de pesquisa. Esse trajeto será explorado em maior profundidade à medida que descrevo a metodologia da pesquisa no capítulo respectivo. Ao final, os elementos teóricos são cuidadosamente articulados com as informações obtidas na etapa empírica. Com base nessa análise, a pesquisa será desenvolvida, mantendo-se a dialética entre a teoria e a prática, para produzir uma escrita sensível às subjetividades que permeiam o tema escolhido.

Por meio desta pesquisa pretendo aliar o conhecimento adquirido na universidade com as percepções das pessoas que falam de outros lugares - com outras perspectivas -, pois são elas as mais atingidas e as mais invisibilizadas, sendo imprescindíveis na composição de pesquisas desse tipo. Essas pessoas não representam um eu universal, percebido à distância. Elas são vistas como corpos em proximidade, vivos, pulsantes, atravessados por afeto, memórias e

⁶ Devido a escolha pela Teoria Fundamentada nos Dados como técnica de análise, o método da pesquisa se torna predominantemente indutivo e qualitativo, mas isso não significa negar que os resultados possam ter influências dedutivas (mormente no que diz respeito às concepções pré estabelecidas pela autora) assim como alguns dados quantitativos, como quantidade de pessoas participantes, idade, raça gênero etc.

⁷ A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros e artigos científicos (FONSECA, 2002, p. 32).

sabedorias. As suas narrativas estão presentes nas identidades, no inconformismo, na militância e na busca incessante por um espaço para existir com dignidade.

O estudo se mostra importante para fomentar o debate acadêmico sobre a luta por moradia e justiça socioambiental em Florianópolis. Além disso, contribui para o fortalecimento das ferramentas de luta e resistência. Acredito que os resultados obtidos possam conscientizar gestores públicos, além de influenciar na construção de políticas públicas mais justas e inclusivas, que atendam às reais necessidades da população afetada pelos problemas habitacionais e socioambientais na região. Por fim, alinhar a pesquisa no campo da moradia - há muito debatido com esmero pelo urbanismo - ao campo do Direito, especialmente na área da criminologia é fundamental para pensar as causas e soluções, bem como identificar e responsabilizar os eventuais causadores dos problemas habitacionais que afetam tantas pessoas no nosso país.

2 A OCUPAÇÃO CONTESTADO E O PAPEL DA CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL: UMA EPISTEMOLOGIA DECOLONIAL

*Desde o início por ouro e prata
Olha quem morre, então veja você quem mata
Recebe o mérito, a farda que pratica o mal
Me ver pobre, preso ou morto já é cultural.*

Negro Drama, Racionais Mc's

O primeiro capítulo deste estudo apresenta dois momentos fundamentais. Na primeira parte (2.1 e 2.2), examino a interseção entre criminologia, decolonialidade e segregação socioespacial. Em seguida, exploro o papel da criminologia verde do Sul e da abordagem do dano social frente às injustiças socioambientais evidenciadas nas periferias e praticadas pelo Estado. Após (2.3, 2.4 e 2.5), mergulho no panorama histórico da luta pelo direito à cidade e no contexto histórico-urbano da Grande Florianópolis para compreender o surgimento e consolidação da Ocupação Contestado dentro desse panorama.

2.1 PARA ALÉM DAS NARRATIVAS HEGEMÔNICAS: REFLEXÕES DECOLONIAIS SOBRE O PAPEL DA CRIMINOLOGIA

Inicialmente, ressalto que neste estudo parto de duas premissas criminológicas essenciais. Em primeiro lugar, defendo a necessidade de construir uma base criminológica ancorada nas experiências locais, levando em conta a exploração colonial que gerou e ainda gera diversas formas de opressão. Este aspecto será discutido no primeiro tópico. Em segundo lugar, destaco a importância de ampliar o enfoque da criminologia para abarcar os danos massivos causados pelo Estado nas periferias urbanas. Esta questão será explorada no tópico seguinte. Estudar a criminologia sob uma ótica decolonial é um princípio ético-político essencial para apontar as injustiças presentes no Brasil, especialmente em suas regiões periféricas. Tais injustiças possuem suas singularidades e frequentemente são naturalizadas ou invisibilizadas, além de marcadas por questões de raça, gênero, etnia e classe.

No contexto da (re)construção contínua de uma epistemologia criminológica que busca compreender a realidade social brasileira, torna-se imperativo refletir sobre a articulação dos estudos decoloniais com a criminologia. O pensamento criminológico dominante, assim como muitos outros campos do saber, é permeado por uma ciência orientada por noções masculinas,

de branquidade e eurocêntricas. Nesse sentido, trago a denúncia feita por Thula Pires para demonstrar a necessidade de uma leitura decolonial e antirracista da criminologia:

Objetivamos interpelar as narrativas criminológicas produzidas de um lugar que não se compromete com o racismo em suas mais variadas formas de expressão, aqui sinalizadas pelas dimensões da colonialidade do ser, do poder e do saber, e que insistem em reproduzir sua análise a despeito e acima do grito dos corpos negros que, há tempos, reivindicam integrar a discussão de maneira horizontal. Ao invés de inviabilizar a conversa, pretende-se que ela possa efetivamente acontecer. (Pires, 2017, p. 2).

O que Pires demonstra em seu texto é o que também pretendo neste estudo: apresentar uma perspectiva epistemológica preocupada com uma leitura decolonial da criminologia, que aponta para as permanências do racismo e do sexismo em diversas formas de expressão da colonialidade do poder, ser e saber (Quijano, 2010). E possibilitar que a história descrita aqui seja contada não só por mim, mas, principalmente, por aquelas e aqueles que a vivenciam e que são protagonistas das experiências vividas nas mazelas da sociedade. “A primeira condição para mudar a realidade é conhecê-la” (Galeano, 2010, p. 244).

Rosa del Olmo (2017) e Lola Anyar de Castro (2015) ressaltam a importância de construir uma reflexão criminológica na América Latina com base nas experiências específicas encontradas nessa região, pois só assim se pode alcançar a autonomia necessária que possibilite a construção de um pensamento local, voltado para a resolução dos problemas de cada território.

Há muito o *eurocentrismo* criou a concepção de que a Europa seria preexistente ao padrão de poder e forjou a modernidade e a racionalidade, ao que representaria o nível mais avançado de um caminho linear de desenvolvimento. Essa premissa passou a refletir na consideração de que a humanidade se dividiria em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos, situação que ainda é nítida na nossa organização social (Quijano, 2010).

Historicamente, o Norte Global tem exercido um poder dominante sobre o Sul Global, muitas vezes explorando seus recursos e mão de obra, perpetuando um ciclo de desigualdade. Essas disparidades são evidentes em vários aspectos, como renda *per capita*, acesso a recursos naturais, infraestrutura, tecnologia, educação e saúde. De acordo com Quijano (2010), a colonialidade do poder é um sistema de classificação social que opera globalmente, dividindo o mundo em "centro" e "periferia", com o centro representando as sociedades dominantes e a periferia representando as sociedades colonizadas ou marginalizadas. Essa divisão não se baseia apenas em critérios geográficos, mas também em categorias como raça, gênero e classe social. Ou seja, o colonialismo não se limita apenas à conquista territorial, mas também se manifesta em termos de hierarquias raciais, econômicas, culturais e de gênero.

María Lugones (2017) expande o conceito de *colonialidade do poder*, introduzindo o controle sobre sexo, subjetividade e conhecimento, chamando-o de *colonialidade de gênero*. Assim, Lugones propõe um *feminismo descolonial* que busca criticar e transformar as opressões racializadas, coloniais, capitalistas e heterossexualizadas.

Ao examinar a violência contra mulheres negras na intersecção de raça, classe, gênero e sexualidade, Lugones (2017) ressalta que, assim como a violência colonial, há resistência das subalternas, que habitam um *lócus fraturado*. Esse conceito denota não apenas a opressão, mas também as resistências capazes de romper com essa estrutura opressiva e revelar subjetividades ativas. Assim, o *lócus fraturado* representa uma ruptura nas normas estabelecidas, criando espaço para vozes e experiências historicamente marginalizadas ou silenciadas emergirem. Isso ressalta a preocupação central do feminismo descolonial em desafiar não só o patriarcado, mas também o colonialismo e o racismo, reconhecendo as interseções complexas entre gênero, raça e classe.

Quando o branco europeu chegou aqui, seu objetivo era extrair tudo que pudesse, desde madeiras e minerais, chegando à cana e café. E para tanto, não hesitou em recrutar – traficar – e escravizar mão de obra indígena ou negra. O modelo social econômico praticado no Brasil Colônia sobreviveu ao império, à república e se consolidou na atual conjuntura do país. Afinal, onde estão os/as negros/as, onde estão os/as índios/as, onde estão os/as pobres? A sociedade globalizada reservou para essas pessoas as sobras dos espaços públicos: as ruas, as praças, as pontes, os viadutos, os morros e as favelas (Veloso, 2018).

O extrativismo transcende sua natureza meramente econômica para se manifestar como um regime político, delineando uma interconexão entre violências sexuais e políticas dentro de uma estrutura de saque, desapropriação e conquista. Assim, conforme Gago (2020), o extrativismo não só explora territórios, mas também impõe seu controle sobre corpos marginalizados, especialmente os feminizados, por meio de violências que perpetuam sua dominação.

A acepção a respeito do extrativismo como lógica de exploração de territórios para valorização capitalista e para a dominação sobre corpos periféricos, ao tornar o corpo feminizado alvo de violências, também encontra ressonância nas questões urbanas, de disputa territorial vinculadas ao direito à cidade. A noção de corpo-território representa uma extensão estratégica do corpo como campo de batalha, oferecendo uma perspectiva que amplia a compreensão dos corpos como territórios e dos territórios como corpos (Gago, 2020).

Rita Segato, ao mencionar os estudos de Quijano, destaca a centralidade dada por ele ao conceito de raça para a compreensão das desigualdades no mundo contemporâneo. Porque é

através da raça que podemos vislumbrar o horizonte de nosso *habitat*, definido pelo evento crucial da *Conquista*, e é ela que nos capacita a reconstituir o tecido das memórias afetadas pelas diversas formas de censura impostas pela colonialidade. “Se nos restringirmos apenas à análise de classe, corremos o risco de nos esquecermos de quem somos e da ignorância em relação aos rios de sangue que permeiam o solo que pisamos até os dias de hoje” (SEGATO, 2021).

Do mesmo modo, Silvio Almeida (2019, p. 36) compreende que a raça emerge como um conceito central para que a aparente contradição entre a universalidade da razão e o ciclo de morte e destruição do colonialismo e da escravidão possam operar simultaneamente. Assim, a classificação de seres humanos serviria, mais do que para o conhecimento filosófico, mas como uma das tecnologias do colonialismo para a submissão e destruição de populações do Sul Global.

Outra ferramenta de exclusão é aquela trabalhada por Sueli Carneiro (2005) ao descrever o que denomina de *epistemicídio racial*. A autora argumenta que o processo persistente de indigência cultural contribui para a produção de inferioridades em diversas esferas da sociedade, perpetuando assim a marginalização de pessoas negras e indígenas. Essa marginalização se manifesta na negação, obstrução ou coisificação das capacidades intelectuais desses grupos, resultando na exclusão sistemática deles como sujeitos de conhecimento. Carneiro destaca que o epistemicídio racial opera como um dispositivo de poder que instrumentaliza estruturas raciais para disciplinar, normalizar e até mesmo eliminar coletivamente povos historicamente subalternizados e estigmatizados na sociedade.

Essa lógica de exploração e exclusão é compreendida também como o controle político sobre a vida e o corpo (Foucault, 1977). Ou seja, a *biopolítica* descrita por Foucault é uma ferramenta para impor a colonialidade do poder. Fanon, por sua vez, descreve as mazelas da cidade do colonizado:

A cidade do colonizado é um lugar de má fama, povoado por homens de má reputação. Lá eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como. É um mundo sem espaço; os homens vivem uns sobre os outros. A cidade do colonizado é uma cidade com fome, fome de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma vila agachada, uma cidade ajoelhada (Fanon, 2008).

Achille Mbembe (2019) expandiu essa discussão, especialmente no contexto africano, associando os conceitos abordados por Fanon e Foucault à racialidade, denominando-a *necropolítica*. Esse termo descreve o poder e a violência contra populações marginalizadas, racializadas e colonizadas globalmente. Essa configuração busca normalizar e tornar banal a morte de certos grupos e indivíduos, pois a necropolítica não só privilegia a sobrevivência de

alguns, mas também fortalece e promove o desenvolvimento de grupos específicos na sociedade. “Nesse caso, soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é.” (Mbembe, 2019, p. 41).

Os conceitos trabalhados por Mbembe e Foucault são importantes para o debate do direito à moradia, seja no âmbito da biopolítica – do fazer viver e do deixar morrer – ou da necropolítica – fazer morrer a partir da ótica do racismo. Isso porque, a carência de direitos sociais, atrelada à segregação socioespacial e à criminalização, é observada neste estudo como fruto da ação-omissão Estatal. Assim, quando o Estado não atua de maneira isonômica quanto ao controle exercido sobre corpos e quanto à distribuição social e ambiental, ele priva determinados grupos do acesso à vida digna, promovendo, portanto, a exclusão e a morte.

A violência policial nas periferias urbanas representa um exemplo claro de como o Estado utiliza seu poder para manter desigualdades e reprimir aqueles considerados marginais ou dispensáveis para a ordem social dominante. A criminalização é frequentemente desigual ou seletivamente distribuída pelo sistema penal. Portanto, os pobres têm mais chance de serem criminalizados e de sofrerem violência policial. As funções do sistema penal estão mais ligadas ao controle e perseguição de certos indivíduos do que à contenção das práticas criminosas. Em resumo, o sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações definidas como crime (Andrade, 2003, p. 265).

Nas periferias do capitalismo, a violência dos sistemas penais é tão intensa que uma observação superficial da realidade revela todas as contradições presentes nesses mecanismos. Na América Latina, em particular, os sistemas penais operam à margem da legalidade, sem enfrentar censuras significativas, e a morte é o principal resultado desse funcionamento, caracterizando-o como genocida e intrínseco ao seu exercício de poder. Nesse sentido, pontua Zaffaroni (1998, p. 37), “os órgãos do sistema penal exercem seu poder para controlar um marco social cujo signo é a morte em massa”.

O fator determinante sempre foi o território. O grupo branco dominante ocupa espaços privilegiados, protegidos, enquanto os negros são relegados a áreas precárias e insalubres. Essa divisão racial do espaço perpetua desigualdades históricas, refletindo-se em condições de vida precárias para os dominados (González, 1980, p. 232). A ocupação da cidade é injusta. Hoje, morar dignamente é privilégio de poucos. Nesse sentido, Nego Bispo discorre:

Quando cheguei à cidade, percebi que era preciso pagar para fazer a casa, pagar pelo terreno, pagar por tudo. [...] [...] Os povos da cidade precisam acumular. Acumular dinheiro, acumular coisas. Estão desconectados da natureza, não se sentem como natureza. As cidades são estruturas colonialistas. Nem todos os povos da cidade são povos colonialistas, mas a cidade é um território colonialista. Há povos vivendo a duras penas nesse território colonialista (Nego Bispo, 2023).

A distribuição seletiva de danos sociais e ambientais nos territórios que sobram para esses grupos habitarem pode ser chamada também de *Injustiça Socioambiental*. O surgimento do conceito de justiça ambiental ocorreu nos Estados Unidos durante as décadas de 1960 e 1970, impulsionado por movimentos sociais, especialmente pelas organizações envolvidas na luta pelos direitos civis das comunidades negras. Esses grupos, predominantemente compostos por pessoas pobres e racialmente discriminadas, enfrentavam uma maior exposição a riscos ambientais (Achselrad, 2010).

Robert Bullard foi precursor ao tratar do conceito de *Racismo Ambiental* como um problema global que afeta desproporcionalmente as comunidades racializadas e de baixa renda (Achselrad, 2010). Ele argumenta que os danos socioambientais não são distribuídos aleatoriamente, mas sim deliberadamente concentrados em áreas ocupadas por comunidades não brancas. Esse conceito decorre da percepção de que depósitos de lixo químicos, incineradores, estações de tratamento de esgoto, indústrias altamente poluidoras, foram instaladas de forma desproporcional em áreas habitadas por esses grupos, especialmente em comunidades negras, em situação de vulnerabilidade (Bullard, 2000).

Agravando a questão, destaco que quando discutimos o racismo ambiental no Brasil, é fundamental considerar uma variedade de peculiaridades intrínsecas a um país cuja trajetória histórica é fortemente influenciada pela escravidão, pela subjugação de diferentes grupos étnico-raciais e por um processo abolicionista que não resultou em uma verdadeira emancipação, tudo isso exacerbado pelo mito da "democracia racial".

O conceito desenvolvido por Bullard encontra paralelos no nosso país, embora de maneira distinta. Uma série de danos ambientais massivos, provocados direta ou indiretamente pela ação humana, está ocorrendo com cada vez mais frequência, afetando determinados grupos sociais de forma mais severa. Exemplos incluem os rompimentos de barragens em Mariana e Brumadinho (MG); o desmatamento na Amazônia; o caso da mina da Braskem em Maceió (AL); as chuvas, enchentes e deslizamentos no Nordeste, em Petrópolis (RJ), no Litoral Norte de São Paulo e, agora, no Rio Grande do Sul, que está enfrentando a maior enchente de sua história.

Embora eu considere dispensável fornecer uma explicação quantitativa sobre a disparidade desses danos, vale mencionar um estudo conduzido pelo grupo de pesquisadores do PoEMAS que analisou as características de renda e raça da população afetada pelo rompimento da barragem em Brumadinho. Os dados detalhados estão contidos no relatório "Minas: Avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio

Paraopeba”, revelando que nos primeiros quilômetros onde o desastre ocorreu, há uma concentração maior de população negra e de baixa renda (Milanez *et al.*, 2019).

Ainda, de acordo com os dados apresentados no segundo volume do Sexto Relatório de Avaliação do IPCC (2022), de 2012 a 2022, a população urbana marginalizada, incluindo os residentes de favelas e áreas periféricas, predominantemente compostos por pessoas negras e de baixa renda, enfrentou um risco de mortalidade 15 vezes maior devido a secas, inundações e tempestades, em comparação com aqueles que vivem em áreas mais seguras.

Para além desses danos, defendo que no Brasil o racismo ambiental não aparece tão somente em desastres ambientais de grande porte. Aqui, devido à ausência de políticas habitacionais eficazes e à exclusão socioeconômica e racial, comunidades marginalizadas, como favelas e ocupações urbanas, são compelidas a ocupar áreas de risco ambiental ou desprovidas de infraestrutura básica adequada. Essas comunidades são diariamente expostas a diversos tipos de opressões, que podem incluir falta de acesso a serviços básicos como água potável, saneamento, moradia adequada, educação de qualidade e oportunidades de emprego. Além dos altos índices de violência, criminalização, discriminação racial e social, tudo isso causado e/ou corroborado pela ação-omissão estatal⁸, revelando uma realidade semelhante de injustiça socioambiental.

Em sociedades como a brasileira - que historicamente utilizou de maus-tratos, tortura e extermínio (crueldade) como mecanismo de controle social - os corpos de pobres, mestiços, indígenas e negros (antes nas senzalas; e depois nas favelas), nunca deixaram de ser objeto de punição, ora pelo controle público-estatal, ora em espaços privados (Andrade, 2012, p. 107).

Essa persistente dinâmica de controle e punição também se reflete na forma como o sistema penal constrói sua clientela. A clientela do sistema penal vai sendo regularmente construída de maneira tão homogênea e harmônica que de nada poderíamos suspeitar. Sempre os mesmos, sempre pelos mesmos motivos, os criminalizados parecem mesmo representar a parcela da humanidade que não cabe no mundo. A ideia de inadequação dos indivíduos, forjada pelos mecanismos do controle penal, acaba por revelar sua vocação estigmatizadora, manuseada para a reprodução da violência estrutural em detrimento daqueles mais vulneráveis (Andrade, 2012, p. 297). O sistema opera e opera de forma eficaz. Ele atende aos objetivos para os quais sempre foi orientado: manter as pessoas em suas posições atuais.

⁸ Quando me refiro a “Estado” falo do conjunto de instituições governamentais responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas em um determinado território. Abrangendo, portanto, diferentes órgãos e poderes, como o poder executivo, legislativo e judiciário, além de agências e departamentos específicos.

Os mesmos corpos que são afetados pelo controle estatal em forma de criminalização, são frequentemente os que sofrem com o descaso no fornecimento de políticas públicas e condições adequadas de vida. A falta de acesso a serviços básicos, como saúde, educação, transporte e habitação, geralmente está concentrada em comunidades marginalizadas e vulneráveis. Este fenômeno pode ser entendido à luz do conceito de violência estrutural desenvolvido por Johan Galtung.

Galtung (1969) argumenta que para discutir o conceito de paz, é essencial entender a violência de maneira abrangente. Segundo ele, "violência está presente quando seres humanos são influenciados de forma que suas realizações somáticas e mentais concretas estejam abaixo das suas realizações potenciais". Isso implica que a violência não se restringe a atos diretos de agressão, mas inclui qualquer situação onde as capacidades e os direitos humanos são suprimidos por estruturas sociais injustas. Assim, ele define a violência como a diferença entre o que poderia ser e o que é, se essa diferença pode ser evitada. Se os recursos são monopolizados por uma classe dominante, as realizações das pessoas afetadas ficam abaixo de seu potencial, caracterizando a violência estrutural. Ele destaca que a violência estrutural pode ser tanto intencional quanto não intencional, e pode ser latente ou manifesta, reproduzida por práticas internalizadas ou estruturas sociais. (Galtung, 1969)

A conexão entre o controle estatal e a falta de políticas públicas adequadas com o conceito de violência estrutural de Galtung é clara. As comunidades marginalizadas não apenas enfrentam criminalização e brutalidade policial, mas também a ausência de serviços essenciais, refletindo uma forma de violência que impede essas comunidades de alcançarem seu pleno potencial. Este cenário evidencia a definição ampliada de violência proposta por Galtung, onde a violência estrutural é uma realidade constante que perpetua a desigualdade e a marginalização de povos colonizados, o que resulta em danos profundos e duradouros.

As estruturas coloniais enraizadas na sociedade brasileira tornaram a dor dos negros uma condição naturalizada das práticas sociais e políticas. Mesmo diante das constantes vitimizações causadas pelas dinâmicas abusivas do Estado, o reconhecimento dessa vitimização é reservado aos parâmetros da branquitude, enquanto a dor negra é encarada como inerente ao espaço social ocupado pelos negros. É necessário politizar o sofrimento negro como uma forma de resistência e transformação, reclamando o direito à expressão da dor como uma ferramenta de luta contra o racismo estrutural (Flauzina; Freitas, 2017).

Nesse liame, se evidencia a urgência de uma análise crítica mais aprofundada das injustiças decorrentes da lógica colonial e racista, as quais têm gerado e continuam gerando uma ampla vitimização. Essa realidade se manifesta na prática da necropolítica, nos

epistemicídios e em várias outras violações aos direitos humanos, particularmente visíveis na segregação socioespacial, no acesso à moradia digna e na exposição a injustiças socioambientais. Tais questões devem ser devidamente abordadas pela criminologia, utilizando-se de pressupostos decoloniais e a partir de suas novas vertentes, conforme será melhor aprofundado a seguir.

2.2 A CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL E O DANO SOCIAL FRENTE ÀS INJUSTIÇAS SOCIOAMBIENTAIS NAS PERIFERIAS URBANAS

Quando utilizo o conceito de criminologia verde do Sul importa dizer que as definições trazidas por essa corrente teórica, embora não necessariamente tenham surgido no e para o Sul Global, podem e devem ser utilizadas para explicar o contexto social experienciado na América Latina, especialmente no Brasil. Nesse sentido, a partir do que foi demonstrado no tópico anterior, ou seja, utilizando uma lente decolonial ético-política, priorizo os conhecimentos latinoamericanos e marginais para aplicar as teorias no contexto local. Isso não significa negar o conhecimento produzido no Norte, mas sim avaliá-lo criticamente levando em consideração nosso local no mundo. É a partir desses pressupostos que inicio a seguir o debate epistemológico sobre a ampliação do objeto de estudo da criminologia.

Ao longo de sua existência, a criminologia passou por momentos históricos e mudanças significativas em seu objeto de estudo, contribuindo para o debate contemporâneo e para novas discussões acerca de qual deve ser o seu objeto. No entanto, é importante reconhecer que a criminologia também foi alvo de críticas por diversas correntes de pensamento.

Uma das críticas mais contundentes, elaborada por diversos autores e destacada na obra de Zaffaroni, é a função atribuída à ciência do século XIX em relação à atuação seletiva do sistema penal, que é marcada por um viés classista, patriarcal e racista. (Zaffaroni, 1988 *apud* Budó, 2016, p. 127). Ao analisarem o perfil do criminoso com base na seleção previamente realizada pelas agências do sistema, os cientistas confirmavam o que as instâncias de poder daquela época desejavam: “não por coincidência, o perfil do criminoso descrito nos papers se identificava com a clientela já residente nas masmorras de então” (Budó, 2016, p. 127).

Esse movimento ganhou força na década de 60, quando o enfoque macrossociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social e para os processos de criminalização (Andrade, 2012). Assim, a partir da quebra do pensamento criminológico tradicional, a criminalidade deixa de ser vista para a criminologia como uma realidade ontológica preexistente e passa a ser compreendida como uma construção social

moldada pelo sistema de justiça criminal. O indivíduo que pratica uma conduta considerada criminoso não é intrinsecamente diferente, mas sim alguém a quem é atribuído um *status* social específico. Portanto, o controle social desempenha um papel crucial na construção seletiva da criminalidade, já que tanto a conduta criminoso quanto o rótulo de criminoso dependem de processos sociais que definem o que constitui crime e conferem o *status* de criminoso a determinados sujeitos. (Baratta, 2011)

De acordo com Andrade (2012), é assim que os marginalizados socialmente são transformados em potenciais infratores, sendo alvos tanto do controle penal, onde são estigmatizados como criminosos, quanto do controle social, onde são estigmatizados como grupos de risco. Nesse sistema, a segurança pública se concentra na proteção dos estratos médios e altos da sociedade contra a “criminalidade” dos estratos sociais mais baixos, criando uma antítese entre a construção social da cidadania e da criminalização. O modelo oficial de justiça criminal gera uma forma de marginalização secundária, através da penalização, que reflete e perpetua a marginalização primária (o desemprego, a pobreza e a exclusão social). Este modelo, caracterizado pela ordem, revela claramente um viés de classe, raça e gênero.

Os *déficits* de cidadania e de bem-estar social são compensados por uma excessiva criminalização; a falta de recursos como terra, moradia, educação e saúde é compensada com o aumento das prisões. A Constituição, as leis e os direitos sociais são subjugados pelo peso simbólico da lei penal, enquanto a cidadania é ameaçada pela vulnerabilidade à criminalização através do estigma da desordem e do crime. (Andrade, 2012)

Frente a esse modelo, Marília de Nardin Budó questiona:

Mas para além da conduta ativa do sistema de controle seletivo, estigmatizante e reprodutor das desigualdades sociais, é possível construir o objeto da criminologia do outro lado da moeda, no vazio, no inexistente, na imunização daqueles que têm o próprio sistema de controle em suas mãos? Mais do que isso: se se considera os processos de criminalização primária, que, a partir das dinâmicas do poder de legislar, garantem já de antemão a imunização dos poderosos, é razoável que o objeto da criminologia se mantenha limitado a esse processo? (Budó, 2016).

Nessa perspectiva, novas oportunidades surgiram para discutir a epistemologia da criminologia. Primeiro, tratarei da criminologia global e da abordagem do dano social e após, falarei sobre a criminologia verde.

Uma parte importante desse desenvolvimento é creditada ao trabalho de Eugenio Raúl Zaffaroni, que resgatou ideias fundamentais da obra “Criminología, civilización y nuevo orden mundial” do criminólogo neozelandês Wayne Morrison (2012). Morrison levanta questões importantes, como o papel da criminologia diante dos crimes de Estado ao longo da história e

se um projeto de o que ele denomina “criminologia global” poderia enfrentar essas atrocidades nos chamados *espaços civilizados* (Bernal Sarmiento, *et al*, 2017).

Zaffaroni (2012) mencionando os estudos de Morrison (2012) reitera que uma criminologia global não pode deixar de lidar com os crimes do Estado. A criminologia que não o faz, enfrentaria problemas sérios. Porém, alerta que enfrentar esses crimes significa também enfrentar as estratégias que os agentes de Estado usam para justificá-los e isso requer abandonar qualquer neutralidade ideológica para adotar uma postura crítica.

A ideia de criminologia global começa a introduzir no campo criminológico a ideia de que as ações dos Estados, muitas vezes em colaboração com mercados e grandes corporações, causam danos muito mais graves do que os crimes comuns praticados nas ruas, como furtos, roubos e tráfico, delitos que historicamente costumam receber maior atenção da criminologia e do Direito Penal.

Nesse sentido, Bernal Sarmiento *et al* citam alguns exemplos desses danos:

Crimes de Estado, crimes corporativos, matanças, desastres ambientais, movimentos forçados de pessoas (deslocados...), corrupção, privatização das intervenções armadas, assassinatos seletivos por tropas de elite, criminalização de povos originários e etnias nativas, de movimentos sociais, mortes de milhares de crianças, diariamente, por desnutrição, acesso restrito a medicamentos e aumento de enfermidades curáveis, pobreza, pauperização, declarações de responsáveis políticos que geram pânico econômico, suicídios devidos a medidas de “ajuste”, redução de direitos laborais, despejos, torturas, maus tratos, privação estrutural de acesso a bens e direitos básicos, comércio legal ou ilegal de armas, guerras “preventivas”, milhares de mortos tentando cruzar fronteiras,... É inquestionável que se não ampliamos o objeto de estudo, a restringida criminologia nunca poderá encarregar-se destes fenômenos (BERNAL SARMIENTO, *et al*, 2017, p. 63).

Rivera Beiras (2014, p. 18) questiona: [...] “Por que uma disciplina cujo objeto é justamente o estudo do crime só viveu perseguindo o ladrão e as infrações menores, descuidando justamente dos grandes processos de vitimização e deixando na total invisibilidade (leia-se, impunidade) os grandes perpetradores do mal extremo?” [...] A resposta para essa pergunta não será debatida neste estudo⁹, mas a inquietação que ela provoca demonstra a emergência de ampliação das lentes da criminologia que este estudo defende.

Hillyard e Tombs (2018, p. 4-5), com base nos estudos de Reiman (1998, p. 60-64), demonstram a questão de forma clara. Reiman contrasta os motivos (e a culpabilidade moral) dos atos chamados “homicídios intencionais” (homicídio simples) com o que ele denomina de “danos indiretos causados por agentes ausentes” (mortes decorrentes da negligência de

⁹ Ver em: Para além da criminologia. Um debate epistemológico sobre o dano social, os crimes internacionais e os delitos dos mercados, tópico 6 Para além de um conveniente “descuido”: oito possíveis explicações, de Sarmiento *et al*.

empregadores em segurança industrial, despejo ilegal de substâncias tóxicas no meio ambiente, entre outros). Sua conclusão é que os danos indiretos representam uma ameaça potencialmente maior do que os “homicídios intencionais”. Embora isso contrarie a perspectiva convencional da justiça criminal e da justiça moral, Reiman argumenta que a indiferença deveria ser pelo menos tão censurável quanto a intenção, senão mais, e, portanto, deveria ser tratada como tal por qualquer sistema de justiça criminal.

Em outras palavras, é intrigante observar como um homicídio simples, que envolve a intenção deliberada de uma pessoa em tirar a vida de outra, é amplamente reconhecido como um crime sério e sujeito a punições severas pela sociedade. No entanto, quando se trata de um rompimento de barragem que resulta em perdas humanas, danos ambientais irreparáveis e devastação de ecossistemas, muitas vezes é considerado uma "catástrofe" não intencional, ainda que se prove a negligência nas fiscalizações dos empreendimentos. Nesse contexto, as autoridades estatais, incluindo o judiciário, o executivo e o legislativo, tendem a adotar uma abordagem mais permissiva ou leniente.

Frente a esse paradoxo, Bernal Sarmiento *et al* (2017, p. 64 e 74) afirmam que há certa limitação da visão criminológica tradicional ao examinar os danos causados pelos atos humanos. Enquanto o foco recai apenas nos delitos definidos legalmente, outras ações que podem gerar danos maiores são negligenciadas por não serem consideradas crimes. Propõem, então, uma abordagem mais ampla, sugerindo que os criminólogos devem ser defensores dos direitos humanos, transcendendo o papel de guardiões do controle social imposto pela lei penal para romper com o que chamam de “aprisionamento e cegueira analítica” da Criminologia.

Na mesma linha, Hillyard e Tombs (2018) também alertam que a criminologia tradicional tende a negligenciar muitos danos sérios que não se enquadram na definição de crime. Uma perspectiva do dano social, portanto, serve para levar em conta as expressões e percepções das pessoas sobre os danos que sofrem, sendo definida pela operacionalização e incluindo casos de danos massivos, como crimes corporativos e de Estado. Segundo os autores, busca-se uma disciplina que abranja uma variedade de danos que afetam as pessoas em todas as fases de suas vidas, abordando questões como falta de moradia, baixos salários, violações de direitos humanos e vitimização por diferentes formas de crime.

Surge, então, a ideia de "*social harm*" e "*zemiology*" como uma alternativa à criminologia tradicional, buscando analisar não apenas os delitos, mas também danos sociais, muda-se o foco da criminologia, passando do conceito de crime para o de dano social e do controle do crime para a busca pela justiça social. Essa perspectiva exige considerar os Estados como agentes na produção desses danos (Bernal Sarmiento *et al*, 2017, p.64).

Trazendo o debate para o caso concreto da pesquisa, me filio ao conceito de *Dano Social* para compreender e denunciar a dimensão dos danos socioambientais causados pelo Estado na Ocupação Contestado. Esses danos serão descritos a partir das perspectivas das próprias pessoas afetadas, daí a importância de ampliar o escopo dos estudos criminológicos para além do conceito “crime” para alcançar aquelas injustiças não reguladas pelo sistema de justiça e muitas vezes não compreendidas como tal. Nesse sentido, leciona Marília de Nardin Budó:

O dano social aparece como um objeto de profundas possibilidades analíticas quando se pensa epistemologicamente na criminologia. Trata-se de permitir que as mortes mais numerosas e invisíveis possam aparecer, além de as vozes que estão silenciadas por detrás delas – de familiares de vítimas, de associações de afetados, de organizações não governamentais, e mesmo de cientistas contrapostos à lógica do mercado – possam recuperar a capacidade de emitirem um grito de resistência perante os gigantes sem nome e sem face que provocam tanto sofrimento. Garantir que a criminologia não perca os poderosos de vista, sobretudo na relação entre Estados e Mercados, é o primeiro passo na compreensão desses danos gigantescos por eles causados, e, simultaneamente, na busca pelas alternativas a esse sistema (Budó, 2016, p. 137).

Em paralelo, trazendo o debate para a perspectiva socioambiental, Budó (2021, p. 29) relata que, por um lado, a Criminologia Crítica Latino-americana já tem se preocupado com a ampliação do objeto da criminologia para alcançar danos sociais causados pelo Estado, como o controle seletivo de corpos (racismo); a violência policial; o sistema prisional; etc. Todavia, ainda tem desenvolvido muito pouco sobre os outros “danos sociais invisíveis”.

Além dos crimes previstos legalmente (homicídio, lesão corporal, sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, corrupção, etc.), é preciso levar em consideração condutas que provocam danos massivos tão graves quanto, como a poluição, o desmatamento, a exposição à agrotóxicos, a dizimação de espécies de animais e vegetais; a sobre-exploração de trabalhadores/as; as mortes de trabalhadores/as pela contaminação por substâncias nocivas à saúde (Budó, 2021, p. 29), acrescento, ainda, as enchentes, a falta de saneamento básico, os deslizamentos, a segregação socioespacial, a falta de acesso à moradia digna, etc.

Todavia, para compreender a dinâmica da produção desses danos e injustiças socioambientais, é crucial considerar argumentos criminológicos críticos, especialmente aqueles relacionados aos fatores estruturais (políticos e econômicos). Isso porque, ambas as vertentes compreendem que os conceitos jurídicos tradicionais de crime, autor e punição são inadequados e insuficientes para oferecer uma solução verdadeiramente eficaz para a problemática. (Budó, 2019)

Budó (2019, p. 30) argumenta que há, portanto, uma aproximação entre a criminologia crítica e as novas vertentes da criminologia, evidenciada na análise da interação entre controle penal e fenômenos como o capitalismo, patriarcado, racismo, sexismo e especismo. Nessa

perspectiva, são reveladas as dinâmicas de imunidade e a seletividade na criminalização presentes nas relações entre os grupos dominantes e as minorias marginalizadas - frequentemente as mais impactadas pelos danos socioambientais em discussão.

O *esverdeamento da criminologia* é uma resposta, por um lado, natural às críticas profundas ao sistema de controle penal, expressas pela criminologia crítica, que desafia sua legitimidade ao expor suas falhas em cumprir suas funções declaradas. Por outro, é resultado do crescente destaque dos debates ambientais nas últimas décadas. Nesse sentido, a expansão dos limites epistemológicos da pesquisa em criminologia também vai além da abordagem convencional de crime-pena para considerar o dano social, tornando-se crucial para entender as origens, circunstâncias e consequências das ações políticas e mercadológicas que perpetuam diversos tipos de injustiças (Budó, 2019, p. 36).

Assim, pode-se visualizar a *Criminologia Verde* como uma extensão do paradigma da reação social da criminologia e seu desenvolvimento ganha destaque a partir de uma autocrítica dos/das pesquisadores/as do campo (Budó; Colognese, 2022, p. 5). O termo foi cunhado pela primeira vez por Lynch em 1990, visando abordar e enfrentar uma série de injustiças relacionadas à desigualdade de poder, que resultam na destruição da vida humana, na fome, na poluição ambiental, afetando tanto humanos, como animais e biosfera (Lynch, 1990, p. 3).

Ou seja, está em sintonia com as abordagens relacionadas aos crimes de Estado e aos delitos dos mercados, expondo ações que prejudicam o meio ambiente e violam bens jurídicos difusos e coletivos, afetando interesses que vão além do indivíduo. Tais atividades frequentemente ocorrem de maneira pouco perceptível, mas os danos resultantes têm um impacto social altamente relevante, sendo de difícil compreensão devido à complexidade de suas ramificações. Além disso, a vertente decorre da compreensão de que, enquanto um campo autônomo, a criminologia não pode se apoiar exclusivamente na legislação penal ou na aplicação prática do sistema penal para definir seus objetos, sendo necessário ultrapassar os limites inicialmente postos à disciplina (Budó, 2021, p. 29).

Para Goyes (2022), a criminologia verde do Sul é o estudo criminológico e sociológico dos danos ambientais, que considera os impactos da colonização, as divisões Norte-Sul/centro-periferia, as dinâmicas e os contextos do Sul Global. Essa abordagem surge do poder epistemológico dos marginalizados, empobrecidos e oprimidos (Goyes, 2022). Ou seja, o enfoque do Sul vai além das considerações geográficas. Significa dar voz às populações marginalizadas. Essa perspectiva enfatiza as experiências das vítimas, desafia a hegemonia do conhecimento acadêmico e fomenta um diálogo contínuo com as comunidades afetadas (Budó, 2016).

Além disso, é interessante observar que tanto as novas vertentes da criminologia, quanto o direito penal mantêm uma relação estreita com o capitalismo. Enquanto o sistema penal tende a punir com mais rigor os crimes econômicos cometidos pelos estratos mais pobres da sociedade, muitas vezes é mais tolerante com os delitos praticados pelas classes dominantes. Os danos socioambientais do mesmo modo estão diretamente relacionados à globalização e às políticas econômicas adotadas por governos e corporações, pois seu potencial prejudicial é alimentado pela simbiose constante com o Estado e a economia, aproveitando-se de seus poderes políticos e econômicos, em detrimento das classes vulnerabilizadas (Andrade, 2003; Budó, 2019).

Essa dinâmica é especialmente evidente no contexto da urbanização informal. As políticas econômicas e urbanísticas implementadas por governos e corporações impulsionam a especulação imobiliária, agravando a desigualdade socioambiental e os danos ao meio ambiente e às comunidades vulneráveis. Estas últimas, muitas vezes negligenciadas pelo sistema, são sujeitas à criminalização, enquanto suas necessidades e direitos são ignorados. Assim, a partir da criminologia verde, é possível compreender quem comete esses danos e o sistema de imunidades propiciado pelas relações de poder econômico e político, assim como quem são as vítimas e de que forma se constrói as respostas, expondo a relação funcional entre controle e capitalismo (Budó; Colognese, 2022, p.3).

A origem da criminologia verde também tem relação com algumas correntes ambientalistas, que reconhecem como problema central a desigualdade na distribuição dos recursos naturais, já que certos grupos têm acesso privilegiado aos recursos naturais e obtêm maiores lucros decorrentes de sua exploração, enquanto os danos ambientais atingem principalmente as pessoas já vulneráveis. Um exemplo disso é como os efeitos da degradação ambiental são variados e não afetam todas as pessoas da mesma maneira. São especialmente afetados aqueles que enfrentam maiores injustiças, como os marginalizados, os pobres e os vulneráveis, incluindo povos indígenas, minorias étnicas (no caso do racismo ambiental) e as mulheres (explicitado no contexto do ecofeminismo) (Budó, 2019).

Dessa maneira, concluo que, enquanto a abordagem do dano social está preocupada com os danos massivos causados pelos Estados e Mercados em um sentido mais generalista, a Criminologia Verde destaca que esses danos são notáveis essencialmente em questões socioambientais, afetando não apenas populações, mas também animais, a natureza e a atmosfera. Ambas compartilham objetivos conectados de examinar e abordar questões relacionadas a danos sociais e injustiças ambientais. Além disso, a Criminologia Verde do Sul, focaliza tais questões na periferia global atenta às particularidades do Brasil e da sua população.

Esta pesquisa focaliza a segregação socioespacial e o direito à moradia digna, que inclui um local para viver com acesso aos serviços básicos necessários para garantir o mínimo de dignidade humana: água potável, saneamento básico, iluminação, segurança da posse e do local de moradia. Tais questões também se enquadram nos direitos ambientais e, quando negados, representam danos causados pelo Estado que afetam principalmente grupos sociais vulneráveis, destacando os recortes essenciais de raça, gênero, etnia e classe.

Conforme debatido no tópico anterior, no Brasil, para abordar adequadamente a questão da (in)justiça socioambiental, é necessário considerar além das desigualdades socioeconômicas existentes, as carências ambientais existentes. Não são apenas os trabalhadores industriais e as pessoas que vivem próximas às fábricas que pagam pelos custos das externalidades da produção das riquezas brasileiras, mas também os moradores das periferias urbanas, que convivem com lixo químico, falta de saneamento básico, falta de luz, água, entre outras restrições de serviços essenciais. (Herculano, 2008, p.2).

Nesse contexto, integro a perspectiva epistemológica da Criminologia Verde do Sul juntamente com a abordagem do dano social, enquanto reconheço as raízes das denúncias da criminologia crítica. Todas essas teorias convergem ao explicarem as injustiças enfrentadas por pessoas historicamente invisíveis e vulneráveis, especialmente aquelas marginalizadas nos centros urbanos e que lidam diariamente com as consequências do descaso público.

Assim, rompo com as origens ortodoxas da criminologia tradicional, que por um longo período, tem sido influenciada por uma perspectiva que coloca o continente europeu como centro, ignorando outras perspectivas culturais e históricas, e direciono o pensamento criminológico aos danos e injustiças praticados por Estados, que limitam o acesso de grupos racializados e vulnerabilizados ao espaço urbano. Dinâmica essa que resulta na exclusão, estigmatização, criminalização, na impossibilidade de acesso às políticas públicas e ao serviço público, além de expô-los a catástrofes ambientais e torná-los alvo da violência policial. Em suma, como diriam os estudos de Achille Mbembe e Foucault, cria-se uma seleção para a morte.

A criminologia verde moderna não se enquadra em uma definição estrita que delimite claramente o que constitui ou não sua essência. Em vez disso, ela é caracterizada por um conjunto de “pontos de partida” (Goyes, 2017, p. 4). Assim, lanço apenas as bases para um debate que busca ultrapassar as fronteiras epistemológicas da criminologia, buscando revigorar o envolvimento político e ativista que são inerentes ao campo criminológico crítico, especialmente na América Latina, em prol dos direitos humanos.

Encerro, portanto, a contextualização teórica desta pesquisa com a convicção de que a criminologia não apenas permanece vital e dinâmica, mas talvez esteja pulsando com mais vigor

do que nunca. Seu percurso se apresenta aberto e incerto, e é reconfortante saber que continuamos a trilhá-lo, explorando novos horizontes epistemológicos que alimentam nossa busca e nos incentivam a prosseguir na luta contra um sistema que há tempos perpetua desigualdades em detrimento de um mundo melhor e mais justo.

2.3 “PORQUE É QUE O GOVERNO NÃO DISTRIBUI AS TERRAS PARA O POVO?” OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PRODUÇÃO DA CIDADE

Eu ia contemplando as paisagens magestosas e a quantidade de terras incultivadas. Ficava pensando: Com tantas terras abandonadas e o povo passando fome! Essas terras pertencem aos capitalistas. Ninguém pode chegar e plantar algo sem seu consentimento. Eles tem dinheiro pra pagar a Dona Lei e suas confusões. O mundo para ser bom é preciso que as terras sejam livres. O homem poderá usufruir da sua terra, porque ela é inesgotável. As terras sendo livres todos plantam e a miséria extingue-se. Um povo bem alimentado é um povo feliz (...) Porque é que o governo não distribui as terras para o povo? (JESUS, 1961).

Antes de abordar o movimento de luta por moradia na Grande Florianópolis e o surgimento da Ocupação Contestado, falarei, brevemente, sobre a problemática habitacional e a origem e consolidação dos movimentos sociais frente a essa temática.

Segundo Harvey (2004), o desenvolvimento econômico na América Latina e no Brasil pode ser caracterizado como um desenvolvimento capitalista desigual e combinado. Esse termo reflete a integração simultânea de avanços e modernização promovidos pela expansão capitalista, especialmente em suas fases monopolistas industriais, com elementos sociais arcaicos e conservadores. Assim como muitos países da América Latina, o Brasil testemunhou um intenso e abrangente processo de urbanização, principalmente a partir da segunda metade do século XX. No entanto, mesmo nesse contexto de transformação, o país perpetuou várias características de sua herança colonial, como uma sociedade marcada pelo sistema escravocrata, oligárquico e patrimonialista.

De acordo com Smith, até 1822, a distribuição de terras no Brasil seguia o sistema de sesmarias, onde o monarca concedia grandes extensões de terras a indivíduos privilegiados. Com a independência e a promulgação da Lei de Terras em 1850, o país adotou uma nova abordagem, alinhando a propriedade fundiária aos princípios capitalistas emergentes e transformando a terra em uma mercadoria negociável. Essa mudança impactou profundamente a estrutura social, criando uma divisão clara entre proprietários de terras e não proprietários, incluindo os ex-escravos libertos em 1888 e imigrantes. A legislação afetou tanto as áreas rurais quanto urbanas, influenciadas pela crescente industrialização e urbanização, refletindo significativas transformações econômicas e sociais no país. (Smith, 1990).

Em outras palavras, a Lei de Terras estabeleceu que a propriedade de terras no Brasil passaria a ser adquirida apenas por meio de transações onerosas, ou seja, por compra e venda. Essa política estatal fixava preços elevados para a compra de terras, visando limitar o acesso à terra às classes mais abastadas. O Estado via a terra como o principal meio de produção para acumulação de capital em um Brasil predominantemente agrário na época, impulsionando o capitalismo colonial. Nesse contexto, a posse de terra tornou-se um símbolo de *status* e poder, sendo um privilégio essencial para a elite agrária brasileira dentro de um regime estatizado e patrimonialista.

O progresso do comércio e o subsequente avanço da industrialização foram os catalisadores primários para a consolidação das cidades, principalmente durante o século XX. O surgimento do trabalhador livre, a industrialização e o estabelecimento da República foram os principais impulsionadores da estruturação urbana. As cidades, como resultado desse processo, tornaram-se a manifestação mais evidente do ambiente urbano, muitas vezes sendo equiparadas a este. No entanto, ao serem compostas por distintos territórios, as cidades expõem as disparidades estruturais do espaço urbano, as quais não se limitam apenas à geografia natural, mas também são evidenciadas por intervenções sociais e urbanísticas (Farage; Brito; Pereira, 2015).

Para compreender a ligação entre as dinâmicas espaciais capitalistas estabelecidas no Brasil pela Lei de Terras de 1850 e a formação das periferias urbanas, é fundamental ressaltar que a escassez de acesso à terra resulta em uma significativa informalidade na habitação nos centros urbanos. Nessas áreas, a expansão do capitalismo imobiliário e a periferização coexistem como produtos do mesmo processo, no qual a concentração de renda e a exclusão social estão interligadas.

Maricato (1996) revisita o conceito de "modernização do arcaico" de Florestan Fernandes para destacar como a sociedade capitalista brasileira, ao longo do seu processo de "desenvolvimento moderno do atraso", não buscou corrigir as desigualdades históricas do período colonial, mas sim adaptá-las ao contexto urbano. Isso se observa na transição do trabalho escravo para o assalariado precário, mantendo relações de hierarquia e favorecimento, e com salários mínimos. Essas formas de exploração do trabalho se expandiram para além do campo, caracterizando a industrialização brasileira pela "urbanização de baixos salários". Maricato também destaca que a produção ilegal de moradias está associada a três principais fatores: o desenvolvimento industrial com baixos salários, a especulação do mercado imobiliário capitalista e o direcionamento seletivo de investimentos públicos para áreas privilegiadas.

A cidade tornou-se objeto de debate, com diferentes interpretações e interesses em jogo. Para a burguesia, sua ordenação visa primariamente ao "desenvolvimento", entendido como o avanço do capitalismo. Já os trabalhadores organizados buscam a ordenação urbana baseada em suas necessidades básicas, como saúde, educação, transporte, habitação, emprego e lazer. O Estado, visto como o "comitê executivo da burguesia" por Marx e Engels (1997), adota uma abordagem ambivalente, incorporando algumas demandas dos trabalhadores enquanto reprime movimentos que desafiam o seu *status quo*.

No processo de conciliação de interesses, são estabelecidos espaços como conselhos e fóruns para debater e propor soluções para os desafios urbanos. Os primeiros debates sobre a questão urbana no Brasil datam dos anos 1960, mas foram interrompidos pela ditadura militar, em 1964. O tema foi retomado nas décadas de 1970 e 1980, durante o processo de transição para a redemocratização. A partir do final dos anos 1980, uma variedade de movimentos populares urbanos emergiu, abordando diversas demandas como moradia, água, luz e transporte. Alguns desses movimentos têm uma orientação anticapitalista e buscam uma organização nacional para articular suas lutas com as questões sociais mais amplas. Eles se tornaram sujeitos cruciais na luta pela democratização da sociedade e das relações sociais (Farage; Brito; Pereira, 2015).

De acordo com Farage, Brito e Pereira (2015), na década de 1980 a questão habitacional se agravou e marcou um importante momento na luta pela reforma urbana no Brasil. Em 1940, apenas 30% da população brasileira vivia em áreas urbanas, mas esse número aumentou significativamente para cerca de 75%, em 1980. Esse crescimento acelerado não foi acompanhado por um desenvolvimento adequado de infraestrutura urbana. Além disso, o aumento da densidade populacional e a procura por imóveis levaram ao aumento da especulação imobiliária e ao surgimento expressivo de favelas espalhadas e moradias irregulares pelo país, com cerca de 2 milhões de brasileiros vivendo nelas na década de 80 (IBGE, 1980).¹⁰ Nesse período começa a ficar evidente a omissão do poder público em relação ao seu dever de garantir moradia ao povo brasileiro (Gohn, 1991).

Como resposta, em 1985 foi fundado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana¹¹ (MNRU), primeiro movimento nacional pautado na defesa do direito à moradia e do direito à

¹⁰ Dados mais recentes do censo IBGE de 2022 indicam que atualmente o número de pessoas vivendo em favelas e comunidades urbanas aumentou para cerca de 17,6 milhões. Além disso, mais de 85% da população total do Brasil vive em áreas urbanas, refletindo as contínuas transformações e desafios urbanos do país.

¹¹ Reforma Urbana pode ser compreendida como, a promoção de uma série de políticas públicas para reordenar a lógica das cidades, democratizando suas estruturas e garantindo o seu acesso para as camadas economicamente inferiores da sociedade. Trata-se de uma perspectiva de melhorar a forma com que a cidade funciona para

cidade. Sua atuação teve reflexos na elaboração da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a função social da propriedade e incorporou a moradia como um direito social (Farage; Brito; Pereira, 2015).

Após a promulgação da Constituição, ganhou força o Fundo Nacional da Reforma Urbana (FNRU)¹², criado em 1987, que uniu diversos movimentos e entidades em prol do movimento de busca por uma reforma urbana efetiva. O FNRU contribuiu para a promulgação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001), regulamentando o capítulo da política urbana da Constituição Federal. O Estatuto da Cidade foi um marco na luta pelo direito à cidade, impulsionando a criação do Ministério das Cidades, da Conferência Nacional das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades (Farage; Brito; Pereira, 2015).

Embora esses esforços tenham sido importantes para avançar o debate sobre o direito à cidade, mostraram-se insuficientes diante da magnitude do problema. Nesse contexto, outros grupos de organizações, através de ações diretas como ocupações, concentram seus esforços na base dos trabalhadores e no combate à segregação urbana e às políticas que a perpetuam. Entre esses movimentos, destacam-se o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)¹³ e o Movimento de Luta nos Bairros e Favelas (MLB)¹⁴ (Boulos, 2015).

Por se colocarem como movimentos territoriais, o processo principal de articulação são as ocupações de imóveis ociosos, o que é entendido como uma estratégia de resistência e de organização dos trabalhadores e das trabalhadoras que moram nas cidades. Não apenas o MTST e o MLB, mas outros movimentos articulam as ocupações urbanas como forma de mobilizar a função social da propriedade, reivindicando, junto a isso, a necessidade de que seja garantida a habitação e outros serviços públicos essenciais (Castro; Fonseca, 2019).

disponibilizar estruturas básicas em regiões periféricas, aproveitar espaços subutilizados e ampliar as políticas de mobilidade urbana (FARAGE; BRITO; PEREIRA, 2015).

¹² O Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) é uma articulação nacional que reúne movimentos populares, sociais, ONGs, associações de classe e instituições de pesquisa com a finalidade de lutar pelo direito à cidade, modificando o processo de segregação social e espacial para construirmos cidades verdadeiramente justas, inclusivas e democráticas (extraído do site do FNRU).

¹³ O Movimento dos(as) Trabalhadores(as) Sem-Teto, o MTST, é um movimento social que nasceu em 1997 com o intuito de garantir o direito constitucional à moradia digna para todas e todos. Ao longo das últimas décadas, o MTST cresceu, ganhou visibilidade nacional e se faz presente em 14 Estados, sendo um dos mais importantes movimentos sociais urbanos da América Latina e estando à frente das principais mobilizações sociais da esfera progressista no Brasil nos últimos anos (site do MST).

¹⁴ O Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) é um movimento social nacional que luta pela reforma urbana e pelo direito humano de morar dignamente. Somos um movimento formado por milhares de famílias sem-teto de todo o país vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária. Acreditamos que a reforma urbana é um meio, um instrumento; ela faz parte da luta maior da classe trabalhadora para construir uma sociedade diferente, com igualdade, dignidade e direitos para todos: a sociedade socialista (site do MLB).

Conforme Gohn (2012, p. 14), um movimento social é sempre resultado de uma ação coletiva e surge de uma contenda sociopolítica, econômica ou cultural. Geralmente, ele apresenta os seguintes elementos constituintes: demandas que delineiam sua identidade; oposição e apoio; estruturas de apoio, liderança e consultoria - que se organizam como articuladores e articulações e estabelecem redes de mobilização; uma variedade de práticas comunicativas que vão desde a comunicação oral direta até o emprego de recursos tecnológicos modernos; projetos ou ideologias que fundamentam suas demandas; e culturas distintas nas maneiras como sustentam e direcionam suas reivindicações.

Algum tempo depois, foi instituído o programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)¹⁵, mas assim como o Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁶, também não conseguiu suprir as necessidades básicas de moradia da população de menor renda, porque os programas não atingiam aquelas pessoas realmente pobres. Cerca de 75% dos recursos e 60% das habitações do PMCMV foram destinados a famílias com renda maior do que três salários mínimos (Boulos, 2015).

Observando, portanto, os aspectos aqui mencionados e avaliando, mesmo que de forma introdutória a questão da moradia no Brasil, fica evidente que este é um problema de raízes estruturais. O movimento histórico da luta de classes se expressa no âmbito socioespacial, a classe dominante age por meio da expropriação de terras e casas, utiliza o estado para assegurar a concentração de propriedades e perpetuar as desigualdades regionais para garantir a reprodução da acumulação de capital em detrimento do direito à moradia digna.

Tendo em vista o recorte escolhido para essa pesquisa, não pretendi com esse tópico esgotar o debate - que é extenso e necessário -, mas apenas contextualizar as aproximações da problemática habitacional brasileira com o local do estudo, além de demonstrar a importância histórica dos movimentos sociais para a conquista de direitos.

¹⁵ O Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é uma iniciativa habitacional do governo federal do Brasil, criada pelo presidente Lula em março de 2009. Gerenciado pelo Ministério das Cidades, o programa oferece subsídios e taxas de juros reduzidas para tornar mais acessível a aquisição de moradias populares, tanto em áreas urbanas quanto rurais, com o objetivo de combater o déficit habitacional no País. Desde a sua criação, o programa já entregou mais de 6 milhões de habitações. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida>

¹⁶ Em 1964, após o golpe militar, foi criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de gerir e financiar uma política de construção e aquisição da casa própria, especialmente para as classes de menor renda, além de impulsionar o emprego e dinamizar o setor da construção civil. Até 1966, o BNH enfrentava escassez de recursos, o que levou à criação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) em dezembro de 1966 para suprir essa necessidade. Em 1986, o BNH foi extinto e os recursos passaram a ser administrados pela Caixa Econômica Federal. A extinção do BNH resultou no fim de uma política nacional de habitação até o surgimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em 2009 (Rodrigues, 2022).

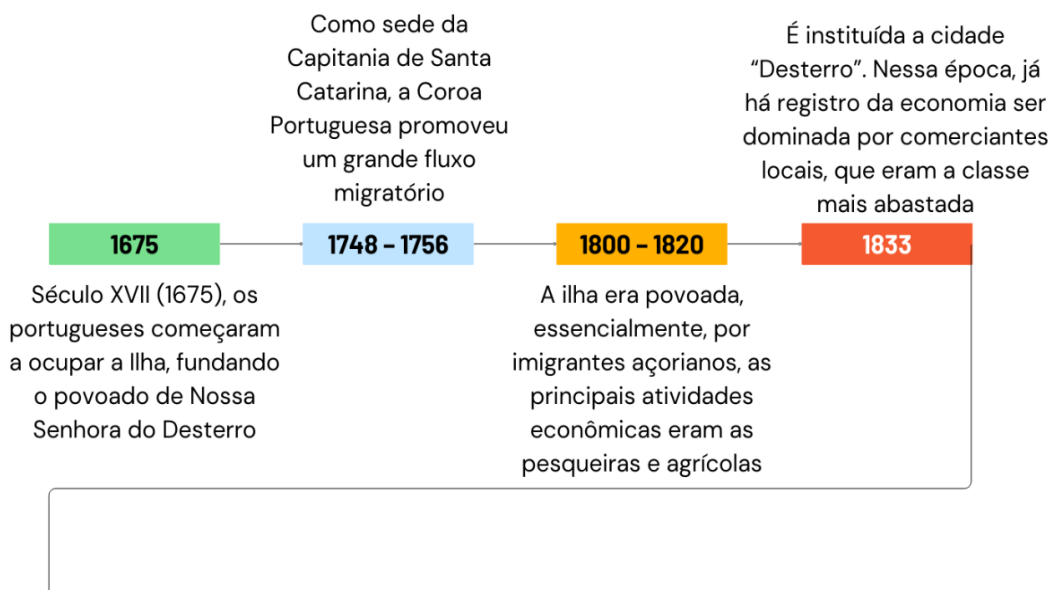
2.3.1 O processo de formação de Florianópolis e os primórdios da segregação socioespacial.

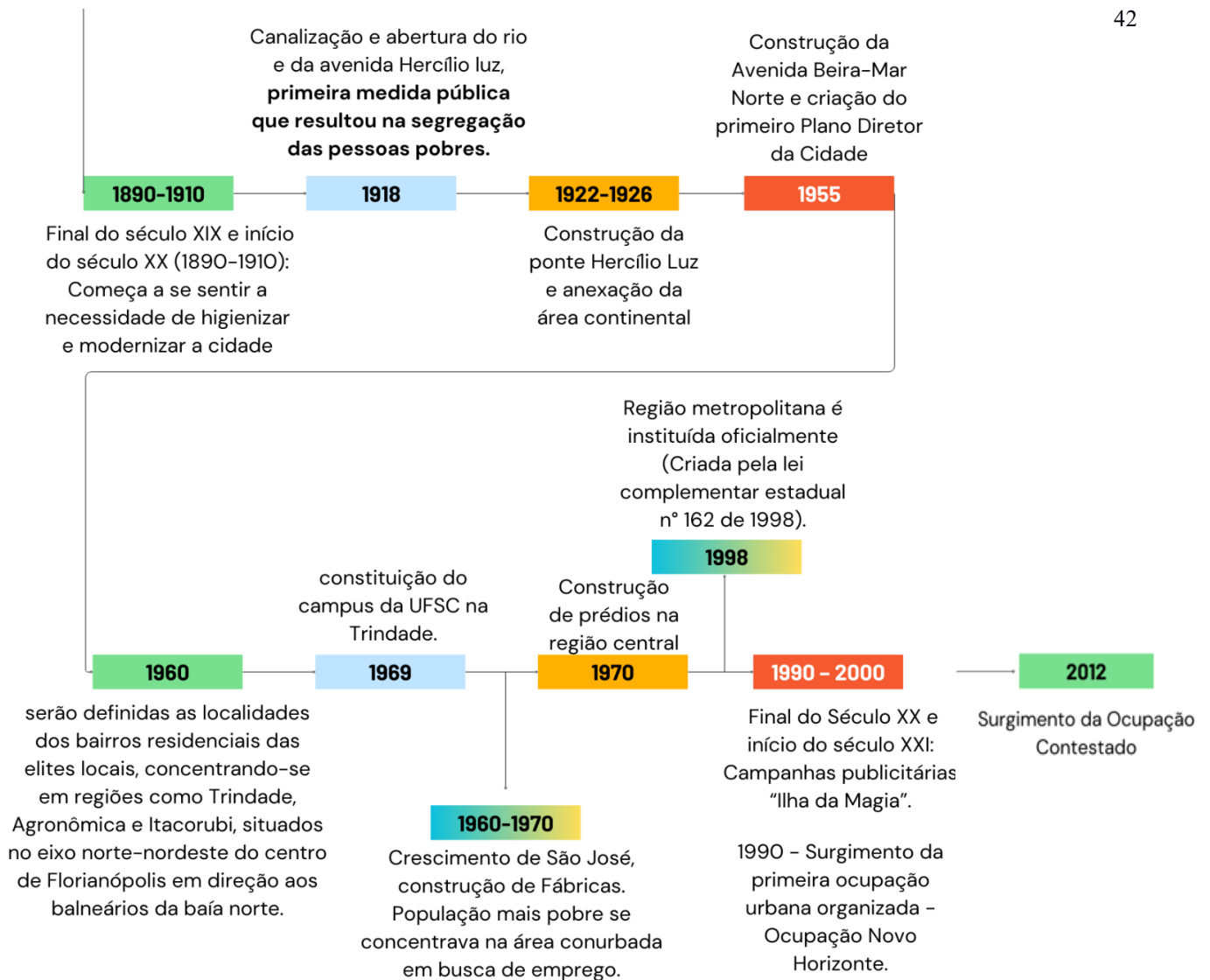
*Se o senhor não está lembrado
Dá licença de contar
Que aqui onde agora está
Esse edifício alto
Era uma casa velha, um palacete abandonado
Foi aqui seu moço
Que eu, Mato Grosso e o Joca
Construímos nossa maloca
Mas um dia nem quero me lembrar
Veio os homens com as ferramentas
O dono mando derrubar.*

Saudosa Maloca, Adoniran Barbosa.

Neste tópico abordarei o povoamento e formação de Florianópolis, antiga Desterro. Para tanto, destaco alguns dos principais eventos que contribuíram para a urbanização da Capital. Tal análise auxiliará na compreensão das dinâmicas habitacionais atuais. Para facilitar a leitura, abaixo junto linha do tempo que resume os eventos. Após, faço o aprofundamento teórico que os explica.

Figura 1: Linha do Tempo urbanização e luta por moradia (1675 - 2012)





Elaborado pela autora. Fonte: acervo pessoal

Para uma análise mais abrangente da complexidade urbana, é necessário examinar o contexto histórico de formação da cidade. Nesse processo, compreender a concentração de terras torna-se fundamental para avaliar as restrições ao acesso à moradia e à propriedade. Essas limitações não são determinadas aleatoriamente, mas sim construídas e perpetuadas pela atuação do poder público, além de disputas políticas e jurídicas no território (Bessi, 2022, p. 17).

De acordo com Calheiros (2020, p. 30), em relação às características únicas do desenvolvimento e organização da cidade de Florianópolis, as práticas de uso e ocupação do solo refletem não apenas elementos fundamentais da sociedade brasileira, mas também serão influenciadas por fatores econômicos, espaciais e culturais ligados à colonização e povoamento específicos da costa catarinense. Essa interação impactará as condições gerais de ocupação urbana, influenciando o acesso à terra e, conseqüentemente, as condições de moradia da população local.

A Ilha de Santa Catarina no começo de sua colonização era composta, primordialmente, por imigrantes e açorianos, cujas principais atividades econômicas estavam ligadas às práticas agrícolas e pesqueiras. Conforme expõe Fernando Calheiros (2020), a colonização de Florianópolis, relacionada à sua localização estratégica, foi disputada por Portugal e Espanha devido ao seu papel como ponto de apoio para a frota em direção ao Estuário da Prata.

Embora tenha estado na rota marítima desde o século XVI, os portugueses começaram a ocupar a Ilha no século XVII, fundando o povoado de Nossa Senhora do Desterro em 1675. Como sede da Capitania de Santa Catarina, a Coroa Portuguesa promoveu um grande fluxo migratório entre 1748 e 1756, trazendo milhares de famílias açorianas e madeirenses para povoar a região. Inicialmente agrupados em pequenos povoados, esses colonos formaram freguesias, posteriormente incorporadas pelos distritos atuais (Calheiros, 2020, p.31).

Dantas e Vendramini (2011) destacam que para entender a dinâmica da segregação socioespacial em Florianópolis, é necessário fazer um resgate histórico desde o início do século XX. Nessa época, a expansão urbana em Florianópolis pressionou a população pobre e negra, composta principalmente por escravos libertos, a se fixar em áreas de encostas, como os morros da Cruz, Mariquinha e do Mocotó.

Nas décadas seguintes, as ideologias de higienismo urbano se concretizaram ainda mais, estendendo a exclusão para outros grupos, como os imigrantes e as pessoas de classes mais baixas. O poder público sempre foi o principal responsável pela segregação socioespacial, criando projetos habitacionais em áreas afastadas, viabilizando a ocupação desorganizada de áreas precárias ou prometendo a criação de moradias e não cumprindo, tudo para deslocar a população vulnerável para locais mais escondidos da capital do Estado (Dantas; Vendramini, 2011, p. 159).

Seguindo a mesma lógica, conforme explica Livramento (2019, p. 37), em meados de 1918, os ideais de urbanização, higienismo e a necessidade de combate aos riscos de epidemia levaram à realização de obras de saneamento e canalização do rio da Fonte Grande que cortava a Avenida Hercílio Luz, construída na mesma ocasião. A construção acabou expulsando os moradores dos barracos, cortiços e casebres que margeavam este rio e através do remodelamento do espaço central, extinguiu-se ruas e becos, afastando as classes mais empobrecidas, que vinham se aglutinando às margens do rio por décadas, para as encostas do Maciço do Morro da Cruz, num processo que seria agravado com o decorrer do tempo (Livramento, 2019, p. 37).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a primeira medida segregativa ocorrida em Florianópolis foi promovida pela própria administração pública da época, que com a abertura

da avenida Hercílio Luz acabou por afastar as camadas mais pobres da população e beneficiou as classes mais ricas, já que a obra também valorizou o local, atraindo atenção das classes mais ricas.

Até as primeiras décadas do século XX, as conexões econômicas e geográficas entre os municípios de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu eram bastante restritas. Entretanto, a partir de 1926, com a construção da ponte Hercílio Luz, essas relações começaram a se intensificar. A edificação da ponte, diretamente associada aos interesses de setores fundiários/imobiliários na área continental, desempenhou um papel crucial na expansão dessas atividades comerciais (Calheiros, 2020, p. 33).

Alguns anos depois, outras medidas contribuíram para a valorização da região central da ilha. Em 1955 foi criado o primeiro plano diretor da cidade, seguido pela construção da Avenida Beira Mar Norte. Diante disso, os investimentos públicos e a atividade imobiliária acabam sendo impulsionados pelo crescente interesse das elites nos balneários ao norte da Ilha. O Estado, alinhado a essa perspectiva, implementa políticas públicas estratégicas para valorizar expressivamente essa região, como a construção estratégica da Avenida Beira-Mar, que estimulará o desenvolvimento das áreas residenciais destinadas às camadas mais privilegiadas da sociedade da época (Calheiros, 2020).

Em contrapartida, enquanto as áreas de interesse imobiliário das elites mantêm-se concentradas na Ilha, observa-se um gradual direcionamento das populações de baixa renda para a região continental. Essa expansão em direção aos municípios circunvizinhos, como São José, Palhoça e Biguaçu, não só indica a periferização das comunidades mais carentes, mas também assinala o início do processo de *conurbação*¹⁷ desses municípios com a capital (Calheiros, 2020).

Nesse sentido, discorre Maria Inês Sugai:

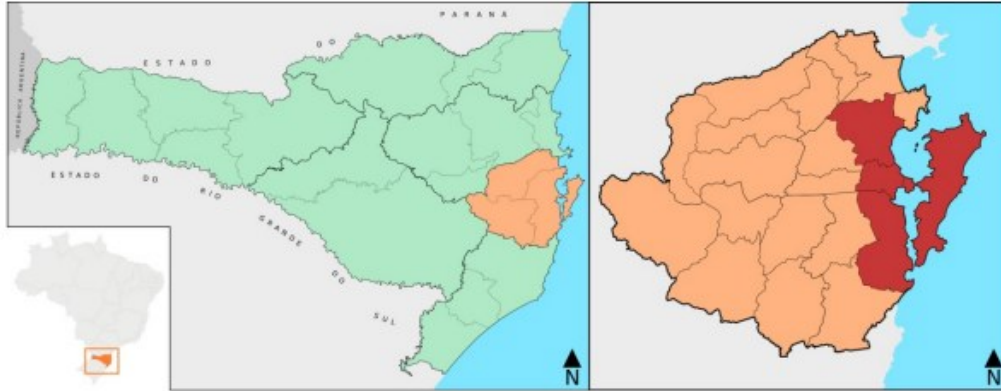
Delineava-se uma tendência e uma contradição: agora que a Ilha e o Continente estavam unidos através da ponte Hercílio Luz, e seus espaços intraurbanos integravam-se através da conurbação, contraditoriamente, a tendência à concentração espacial da pobreza e da riqueza começava a virtualmente separar a Ilha do Continente (Sugai, 2015, p. 91).

É importante fazer esse destaque sobre a anexação da área continental, uma vez que a Ocupação Contestado, apesar de ter surgido algumas décadas depois – cerca de 60 anos – está inserida no Município de São José, o que demonstra que a lógica segregacionista atual segue

¹⁷ Junção de duas ou mais cidades que geograficamente se encontram em decorrência do crescimento urbano (Dicionário Aurélio).

aquela estabelecida anos antes no processo de urbanização da Capital. A geografia da região conurbada pode ser visualizada na imagem abaixo:

Figura 2: Área conurbada de Florianópolis



Elaborado por Jeffersor Maier. Fonte: (Maier, 2022, p. 55).

Para Sugai e Souza (2021), a compreensão da dinâmica urbana atual de Florianópolis, assim como em qualquer área conurbada, demanda uma atenção especial e uma abordagem abrangente do cenário intraurbano como um todo. Isso implica analisar suas interconexões e fragmentações, desigualdades e segregações, conflitos socioespaciais e contradições, além de considerar fatores como acessibilidade e isolamento, distribuição de riqueza e pobreza, bem como as disputas e gestões locais.

No processo de conurbação, atividades industriais rejeitadas na capital deslocam-se para os municípios vizinhos. Entre as décadas de 1960 e 1970, São José assumiu esse papel industrial, abrigando a fábrica Hoepcke e grandes estabelecimentos como as Casas da Água e a Madeireira Cassol (Livramento, 2019, p. 42). Desde a década de 1970, a população economicamente desfavorecida concentra-se na parte continental de Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu. Em 1970, mais de 89% de São José, 94,5% de Palhoça e 93,3% de Biguaçu ganhavam até 2,34 salários mínimos, enquanto em Florianópolis esse índice não passava de 78% (Sugai, 2015, p. 80).

Esse período também será caracterizado pela produção de habitações do Banco Nacional de Habitação (BNH), priorizando as classes médias, e pela fraude bilionária envolvendo a entrega de terras públicas e áreas remanescentes de uso comum, através da antirreforma agrária promovida pelo Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina (IRASC), que passa a conceder títulos sem muitas exigências, condição que vai contribuir para a consolidação do processo de apropriação e concentração das terras pelos grupos políticos e econômicos dominantes (Calheiros, 2020).

Outro fator importante, é o elevado percentual de residentes não naturais nos municípios vizinhos, reflexo de um processo migratório que se instaura, da especulação imobiliária e da expansão horizontal da periferia urbana. Nesse período, a vinda de pessoas em busca de emprego aumentou consideravelmente. Essa busca se pautava tanto em postos de trabalho na construção civil quanto em instituições públicas e na atividade turística (Oliveira, 2011).

Sobre o fluxo migratório, destaca-se a popularização de “Floripa” nessa época. Livramento (2019, p. 35) relata que uma intensa campanha publicitária promoveu a capital catarinense nos principais meios de comunicação nacional e estadual. Manchetes como "Aqui se vive melhor" e "Floripa é capital com jeito de interior" foram amplamente divulgadas em jornais, como a Folha de São Paulo, e em revistas, como a Veja. O diminutivo "Floripa" foi associado a uma alta qualidade de vida, belas praias, natureza exuberante e uma cidade turística e próspera, tornando-se uma verdadeira "Meca" para as classes médias.

O conjunto de dados favoráveis e imagens fascinantes omitem do leitor informações sobre os problemas habitacionais e sociais que começavam a se intensificar na época (Sugai, 2015). As pessoas buscam Florianópolis na esperança de uma vida melhor e com mais oportunidades econômicas, no entanto, ao chegarem aqui, muitas se deparam com um mercado de trabalho competitivo e escasso, resultando em condições de vida precárias e exclusão social.

Esse processo, aliado à ausência de condições mínimas de infraestrutura e de políticas habitacionais, fez com que a população de baixa renda cada vez mais recorresse às áreas mais periféricas da cidade, como na região continental. Isso resultou no surgimento de bairros e comunidades extremamente empobrecidas, com falta de infraestrutura urbana e de acesso às políticas públicas (Oliveira, 2011).

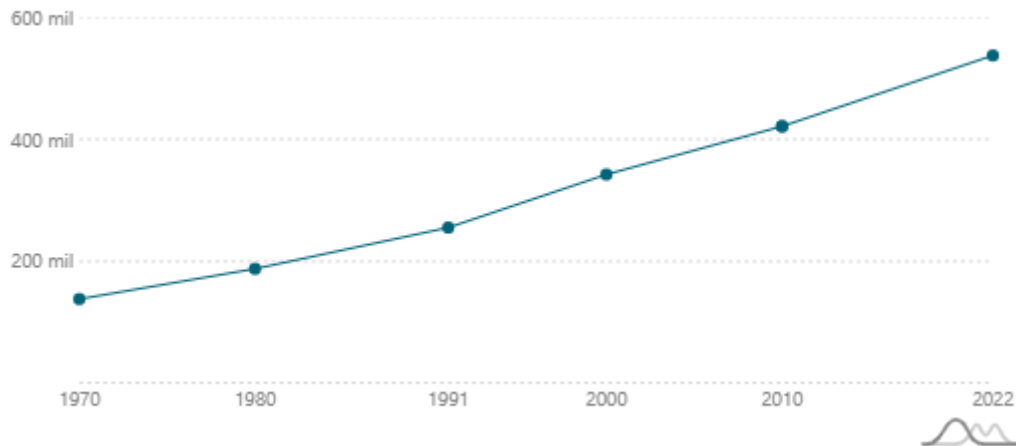
O chamado “projeto elitista de cidade” é o resultado dessas contradições geradas historicamente. Ele atua como verdadeiro fator de “despejo branco” na cidade, pressionando parte da população a transferir sua residência para os municípios vizinhos. A mobilidade intraurbana na região se dá expulsando os setores sociais mais vulneráveis da ilha ao continente, impactando o crescimento demográfico em Florianópolis inferior, nas últimas décadas, à região mais periférica da Grande Florianópolis (Magalhães; Tonin, 2015, p. 232).

A lógica continua se agravando nos anos seguintes. De acordo com Calheiros (2020), o início do século XXI pode ser considerado um período de novo crescimento populacional e de adensamento e expansão das áreas de pobreza na Ilha e, principalmente, no Continente. Esse momento também será marcado pelo avanço das agendas e pautas neoliberais, pelos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) (predominando nas áreas periféricas dos municípios de São José e Palhoça), num contexto de financeirização da terra e

de consolidação do processo de segregação espacial, agravando ainda mais a precariedade habitacional e o conflito estabelecido em torno do solo urbano.

Como podemos observar no gráfico abaixo, há um enorme aumento populacional no período:

Figura 3: Aumento da população - Grande Florianópolis



Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do IBGE, 2022.

De acordo com Maier e Tornquist (2021), o déficit habitacional do Estado em 2019 era de aproximadamente 203 mil domicílios (dados da Secretaria de Administração do Estado). No entanto, a Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias (ABRAINC) estimava um número maior, cerca de 260 mil domicílios. Ou seja, é possível afirmar que a falta de imóveis no Estado de Santa Catarina equivale aos imóveis existentes na maior cidade do Estado, Joinville.

Portanto, pode-se concluir que, de maneira geral, foi identificada uma lógica segregacionista que influenciou todo o processo de conurbação e a distribuição das classes sociais no espaço intraurbano da região. Conforme destacado por Sugai (2015), ao longo do século passado e, especialmente, nos últimos trinta anos, a análise da localização evidenciou que a distribuição espacial não ocorreu de maneira geograficamente equitativa ou uniforme, nem de forma aleatória ou baseada em decisões técnicas, mas sim foi determinada pelos interesses das elites, com apoio da administração pública.

Deve-se dizer que, sob o ponto de vista da classe dominante, esta produziu uma estrutura segregada bem sucedida, pois, além de ter se apropriado de espaços privilegiados, ter consolidado os bairros segregados, ter produzido a acessibilidade e a facilidade de deslocamento entre esses bairros, ter mantido parcela significativa das camadas populares no território continental e, ainda, ter garantido os constantes e

intensivos investimentos públicos no eixo privilegiado da ilha, conseguiu tornar hegemônico o seu projeto de cidade (Sugai, 2015, p.187).

O crescente aumento populacional e a configuração segregacionista instituída na capital catarinense acaba favorecendo a incidência de conflitos envolvendo a ocupação do solo, contribuindo cada vez mais para o acirramento da disputa pela terra urbanizada na região.

2.3.2 As ocupações urbanas na Grande Florianópolis

A luta por moradia em Santa Catarina e em Florianópolis é um reflexo do processo de urbanização que ocorreu no restante do país e que resultou na mobilização descrita no tópico 2.3, assim como nas especificidades do processo de constituição da capital catarinense como cidade, conforme descrito no tópico 2.3.1.

De acordo com Maier (2022, p. 95), o cenário político em Santa Catarina se caracteriza por uma menor diversidade de organizações políticas, movimentos sociais e grupos de luta por moradia em comparação com os outros Estados da Federação.

Todavia, esses movimentos, já firmemente estabelecidos em outras regiões do país, vão ganhando força de maneira crescente na Grande Florianópolis. A ocupação de propriedades desocupadas é percebida aqui também como uma estratégia importante de reivindicação e resistência. Nesse sentido, busco neste tópico discorrer brevemente sobre algumas¹⁸ Ocupações Urbanas Organizadas¹⁹ que emergiram na Grande Florianópolis e como elas se relacionam com os movimentos sociais²⁰. Tal análise é importante para a compreensão do objeto de estudo, que aparece em evidência no contexto.

Inicialmente, para orientar a leitura junto tabela que sintetiza a exposição que será feita a seguir:

¹⁸ As ocupações elencadas foram escolhidas após a leitura de trabalhos de pesquisadores que estudaram o assunto anteriormente e, também, do conhecimento da autora, tendo em vista as atividades desenvolvidas no NUHAB.

¹⁹ Utilizo o termo “Ocupações Urbanas Organizadas” para definir aquelas comunidades que tiveram algum tipo de contato com algum movimento social como forma de reivindicação do modelo de cidade vigente. Embora existam outras diversas comunidades em situação de vulnerabilidade, mas que surgiram de maneira “espontânea”, o recorte foi escolhido devido à correspondência com o objeto de estudo.

²⁰ A rede de ocupações que surgiu na última década é constituída por uma variedade de movimentos sociais, não se limitando apenas a organizações e partidos estabelecidos. Ela engloba também coletivos independentes, grupos de advogados populares, associações de moradores, organizações filantrópicas, e outros (Maier, 2022, p. 97).

Tabela 1: Resumo das ocupações urbanas

Nome da Ocupação	Data	Localização	Movimento Social Relacionado
Novo Horizonte	1990	SC 401	Teologia da Libertação
Nova Esperança	1990	Coloninha - Monte Cristo	Teologia da Libertação
Contestado	2012	Serraria - São José	Brigadas Populares, CABN, MST
Palmares	2012	Maciço do Morro da Cruz	CABN
Amarildo de Souza	2013	SC 401 (2013) - Águas Mornas (2014)	MST
Marielle Franco	2018	Maciço do Morro da Cruz	MNLM
Vale das Palmeiras	2018	Serraria - São José	Brigadas Populares
Anitta Garibaldi	2021	Capoeiras - Florianópolis	MLB
Elza Soares	2022	Palhoça-SC	UNEGRO
Carlos Marighella	2022	Palhoça-SC	UC (Unidade Classista)

Elaborado pela autora. Fonte: acervo pessoal.

Segundo Canella (2016), houve dois ciclos²¹ distintos de mobilizações relacionadas ao acesso à terra ou moradia urbana. O primeiro ocorreu nos anos 1990, marcado pela ocupação Novo Horizonte e o segundo teve início em 2012, inaugurado pela Ocupação Contestado. A divisão em ciclos se justifica devido às características únicas em termos de composição social e organização de cada um. O primeiro era organizado e mobilizado pela igreja e por questões religiosas, já o segundo, marca o início da mobilização dos movimentos sociais organizados na capital.

Os setores da igreja católica vinculados à Teologia da Libertação desempenharam um papel fundamental na organização das primeiras ocupações coordenadas em Florianópolis na década de 90. A ocupação Novo Horizonte, iniciada em julho de 1990, foi o ponto de partida dessas ocupações organizadas. Situada em um terreno da Companhia de Habitação (COHAB), abrigava aproximadamente 100 famílias e adotava o lema "ocupar, resistir e construir". Surgiu

²¹ Os momentos podem ser caracterizados como ciclos, termo cujo emprego se justifica por inexistir uma continuidade entre os dois momentos, e pelo fato de suas características tanto em termos de composição social de seus integrantes, como nas formas de organização e mobilização são significativamente distintas (CANELLA, 2016, p. 271).

devido ao adiamento da construção de habitações populares por falta de recursos. Por sua vez, a ocupação Nova Esperança, que surgiu quatro meses após Novo Horizonte, foi um desdobramento desta, obtendo lotes e recursos para a construção de casas na área conhecida hoje como Monte Cristo (Canella, 2016).

Anos depois, o aumento populacional desenfreado, a desigualdade social, a segregação urbana e o déficit de moradia, que se consolidaram na capital catarinense, resultaram na mobilização de diversos movimentos sociais organizados que buscavam questionar o projeto hegemônico da cidade. Nesse contexto, se originou um novo ciclo de ocupações urbanas na capital catarinense, inaugurado pela Ocupação Contestado em 2012 (Sugai, 2009). A Contestado, por ser o objeto da pesquisa, será aprofundada em momento posterior.

No mesmo ano, emergiu no Maciço do Morro da Cruz, no bairro da Carvoeira, entre as comunidades da Serrinha e do Alto da Caeira do Saco dos Limões, a Ocupação Palmares. Esta ocupação passou a ocupar uma área de risco nas margens de uma via destinada a receber obras do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do Governo Federal. O contato dos moradores com a Ocupação ocorreu a partir de julho de 2013, quando militantes do Coletivo Anarquista Bandeiras Negras (CABN)²² tomaram conhecimento da demolição de algumas casas na localidade por meio da mídia local. A Palmares resistiu por quatro anos e foi despejada no início de 2016, à época contava com cerca de 26 residências (Maier, 2022, p. 98).

Em 2013, surgiu a Ocupação Amarildo de Souza, organizada principalmente por ex-membros e militantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), bem como por uma ampla rede de partidos políticos de esquerda, pelo movimento estudantil e por coletivos independentes. Essas entidades não apenas forneciam doações e apoio financeiro para as atividades da ocupação, mas também contribuía para sua organização política, conforme observado por Calheiros (2016). Meier (2022, p. 99) relata que a ocupação enfrentou três despejos antes de ser assentada em um terreno no município de Águas Mornas. Hoje em dia, é reconhecida como um assentamento produtor e vendedor de produtos agroecológicos para toda a região.

Em 2018, a Ocupação Marielle Franco começa a se estabelecer na mesma região da Ocupação Palmares, no Maciço do Morro da Cruz. A situação fundiária da ocupação é complexa, pois está localizada em dois terrenos, um público e outro privado, além de estar

²² O Coletivo Anarquista Bandeira Negra é uma organização específica anarquista de Santa Catarina, integrante da Coordenação Anarquista Brasileira (CABN), que defende o anarquismo social, em contato direto com as lutas populares. A bandeira negra, símbolo histórico do anarquismo, representa a negação a bandeiras de pátrias e partidos eleitorais. Nada disso nos une, senão a verdadeira solidariedade humana, na luta contra a exploração e a dominação, em busca do socialismo libertário. disponível em: <https://www.cabn.libertar.org>.

situada em área considerada de risco. Com o aumento do número de moradores, que em 2020 ultrapassava 200 famílias, a comunidade tornou-se alvo de constantes pequenas demolições, realizadas por atos administrativos, além de enfrentar processos de reintegração em relação às duas áreas ocupadas. A partir desse momento, a comunidade forma uma organização coletiva em conjunto com a rede de ocupações (Calheiros, 2020).

De acordo com Maier (2022, p. 101), nos últimos anos a ocupação se aproximou mais do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), através de sua coordenação e de alguns moradores mobilizados na causa. Atualmente o Município de Florianópolis, por meio da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, está atuando para realizar o reassentamento da Ocupação Marielle Franco através do PMCMV, que será construído na mesma região (informações conhecidas pela autora devido à atuação no NUHAB).

Também em 2018, surgiu de maneira espontânea a Ocupação do Vale das Palmeiras, próxima à Ocupação Contestado, localizada no Bairro Serraria em São José-SC (Maier, 2022, p. 101). A comunidade do Vale das Palmeiras resistiu até dezembro de 2022, quando foi alvo de uma ação de despejo movida pelo município de São José, fundamentada na situação de risco em que a comunidade se encontrava devido ao declive do terreno e às intensas chuvas da época. O pedido liminar foi deferido e as famílias foram despejadas. Atualmente, com o apoio das Brigadas Populares²³, as famílias permanecem organizadas e buscam pelo direito ao reassentamento digno.

Em setembro de 2021, surgiu em Florianópolis, nas proximidades do Bairro Monte Cristo, a primeira ocupação predial, conhecida como Ocupação Anita Garibaldi. Organizada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB), a ocupação ocorreu em um local de propriedade do Estado que estava abandonado há bastante tempo. Anteriormente, esse local havia abrigado uma fábrica de bicicletas e também funcionado como arquivo da Secretaria de Administração. Atualmente a ocupação ainda enfrenta um processo judicial de reintegração de posse em andamento (Maier, 2022, p. 101).

Maier (2022, p. 101) conta que em janeiro de 2022, em Palhoça-SC, os moradores da região da Frei Damião, uma das maiores favelas da Área Continental de Florianópolis, se organizaram e ocuparam um terreno privado destinado ao descarte e queima de lixo. Essa ação

²³ As Brigadas Populares (BPs) são uma organização militante, popular e de massas, com uma abordagem socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária. Elas operam em uma variedade de locais, incluindo ocupações, periferias, bairros, organizações comunitárias, coletivos, sindicatos, escolas e universidades, com presença em diversos estados brasileiros. Sua estratégia de trabalho de base enfatiza a organização do povo e a Resistência Popular Prolongada (RPP), buscando confrontar diariamente os desafios da conjuntura, especialmente em um contexto de assimetria de forças em conflito, como é o caso do Brasil. Disponível em: <https://brigadaspopulares.org.br/quem-sao-as-brigadas-populares>.

contou com a participação de militantes de diversos coletivos e do movimento negro local. A ocupação foi batizada de Elza Soares e à época abrigava cerca de 100 moradias. No entanto, no dia 4 de fevereiro do mesmo ano, enfrentou uma primeira operação de despejo, sendo posteriormente retomada na mesma localização.

Por fim, destaco a Ocupação Carlos Marighella, que surgiu em maio de 2021 com o apoio da Unidade Classista (UC)²⁴. Originou-se a partir da ocupação de quatro prédios inacabados e abandonados há mais de 10 anos na Guarda do Cubatão, em Palhoça-SC. A ocupação enfrentou uma reintegração de posse e um despejo no mês seguinte, justificado pelo argumento de insalubridade do local. No entanto, os moradores, de maneira organizada, ocuparam um segundo terreno no bairro Aririú da Formiga, também em Palhoça-SC, em junho de 2022. Embora sejam réus em uma nova ação de reintegração de posse, não houve deferimento da medida liminar solicitada pelo proprietário do imóvel, e assim permanecem no local há mais de um ano. (elaborado pela autora com base na atuação no NUHAB).

No pequeno levantamento acima, destaquei dez ocupações que considero importantes para a compreensão do contexto da luta por moradia na Grande Florianópolis. A escolha foi baseada na bibliografia disponível e na experiência adquirida por mim durante o estágio de pós-graduação no Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria Pública Estadual. No entanto, não pretendi esgotar o debate, pois, considerando o escopo desta pesquisa, entendo que não é possível entrar em detalhes sobre o caráter organizativo, político e judicial de cada uma delas sem conduzir uma pesquisa empírica específica.

É fundamental destacar que, além das ocupações, os movimentos sociais mencionados desempenham um papel ativo na sociedade local, participando de manifestações, representando as comunidades em ambientes institucionais e nas redes sociais. Eles promovem denúncias, conscientização e mobilização em prol do direito à cidade, sendo imprescindíveis na luta por moradia digna no Estado de Santa Catarina.

2.4 DA INVISIBILIDADE À RESISTÊNCIA - A OCUPAÇÃO CONTESTADO

*Tiraram onda, iludiram o povo.
Tivemos que começar e enfrentar tudo de novo.
Da nossa luta, não vamos desistir,
nem baixar a cabeça nem pedir para sair*

²⁴ A Unidade Classista é uma jovem corrente sindical e operária, fundada em novembro de 2012, com o objetivo de servir como instrumento de ação dos comunistas e seus aliados no movimento sindical e, mais recentemente, no movimento de luta por moradia. Não obstante, já estamos presentes na direção de importantes sindicatos, na construção de oposições sindicais e ocupações urbanas, com boas perspectivas de crescimento. Disponível em: <https://unidadeclassista.org.br>.

Elaborar uma pesquisa sobre as injustiças socioambientais em um local específico inevitavelmente envolve compreender as nuances de sua existência. Por isso, os tópicos anteriores deste capítulo partiram de uma análise histórica e teórica do processo de urbanização brasileiro e da Grande Florianópolis para compreender as raízes dos problemas sociais e habitacionais e como os movimentos sociais importam para o debate. Ou seja, meu objetivo foi contextualizar a Ocupação Contestado – aqui compreendida como a primeira ocupação urbana do ciclo mais recente da luta por moradia na capital catarinense – como parte integrante e protagonista desse panorama.

A partir de agora contarei a história da Ocupação Contestado a partir da análise teórica de trabalhos de pesquisadores anteriores, como Canella (2017), Magalhães e Tonin (2015), Tornquist (2017) e Maier (2022), bem como da análise processual. Após, no segundo capítulo, a história será contada a partir da minha percepção dentro do universo do estudo de campo e da pesquisa empírica.

A Ocupação Contestado reflete, desde suas origens, a participação direta do poder público na viabilização de ocupações irregulares e no processo de periferização, que visa "limpar" as áreas centrais das cidades brasileiras de uma população considerada indesejada. Ou seja, a Ocupação Contestado é fruto das contradições sociais existentes à época, corroboradas por um crime eleitoral (Magalhães; Tonin, 2015, p. 237).

De acordo com Magalhães e Tonin (2015, p. 237), o ano era 2012 quando, durante sua campanha eleitoral, o então candidato à reeleição para o cargo de Prefeito do Município de São José, Djalma Berger, recebeu seu irmão Dário Berger (então Prefeito do Município de Florianópolis), em um comício realizado na região do José Nitro, em São José. Durante seu discurso no comício, Dário Berger proferiu a seguinte declaração:

Hoje os companheiros estão com uma ordem de despejo, uma ordem judicial de despejo. Então a partir já de setembro, como foi assinado o decreto, essa possibilidade de despejo, ela não existe mais (pausa para aplausos e comemoração dos presentes ao comício). Portanto, a prefeitura vai indenizar o terreno, vai legalizar o terreno e vai dar o terreno para os proprietários que estão em cima do terreno ali da Imobiliária Suvec (mais aplausos e comemoração dos presentes) (CMI, 2012) (Magalhães; Tonin, 2015, p. 237).

²⁵ OCUPAÇÃO CONTESTADO. Funk da Contestado. Novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gkTRcqiZJsY>>. Acesso em: 26/05/2023.

Cimento, madeira, telha, areia... A compra de votos durante o período eleitoral, especialmente quando explora a vulnerabilidade causada pela falta de acesso à moradia digna, não é uma novidade no Brasil. Na Ocupação Contestado, essa prática foi ainda mais extrema. Não se tratou apenas de promessas de materiais de construção, mas de uma promessa oficializada por meio do decreto 37.180/2012, que declarou de utilidade pública e de interesse social um terreno da imobiliária Suvec, para destinar o imóvel à moradia daquelas famílias

Figura 4: Decreto - Djalma Berger



Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
Gabinete do Prefeito

MURAL
21/09/2012

DECRETO Nº 37.180/2012

**DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA E DE
INTERESSE SOCIAL, PARA FINS DE
DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU
JUDICIAL, ÁREA DE TERRA LOCALIZADA
NO BAIRRO SERRARIA.**

Fonte: acervo pessoal.

Magalhães e Tonin (2015, p. 237) relatam que após os discursos e promessas de campanha, mais de cem famílias ocuparam o terreno indicado - “a terra prometida”. Essas famílias venderam pertences, assumiram dívidas e deixaram suas moradias anteriores, construindo barracos improvisados de lona e madeira com sobras de materiais de outras construções em busca do sonho da casa própria. Todavia, o prefeito Djalma Berger não foi reeleito, perdeu as eleições para Adeliana Dal Pont (PSD) com 61,19% dos votos.

O sonho acabou tão rápido quanto as eleições, virando um pesadelo que se prolonga até hoje. A operação de despejo é realizada e, nas primeiras horas da manhã do dia 10 de outubro de 2012, as famílias são removidas à força do local. A notícia da ação e as denúncias de violência e arbitrariedades contra os moradores e seus pertences, se espalha pelas rádios locais, enquanto militantes de várias organizações, movimentos sociais e partidos políticos denunciam a operação nas redes sociais. Em poucas horas, mediadores políticos e membros de uma futura rede de apoio chegam ao local do despejo para ajudar nas primeiras ações de reorganização e mobilização das famílias (Magalhães; Tonin, 2015, p. 238).

Magalhães e Tonin (2015, p. 238) contam que após o despejo, o grupo de moradores foi até a prefeitura acompanhado por militantes que estiveram presentes durante a ação. Juntos,

organizaram-se e conseguiram que a prefeitura cedesse o Ginásio Municipal do Jardim Zanelatto como abrigo provisório para as famílias desalojadas. Entre 10 de outubro e a madrugada do dia 07 de novembro de 2012, cerca de 80 famílias encontraram abrigo no ginásio. Durante esses 26 dias, uma rede de apoio aos abrigados foi formada, a mediação política conseguiu direcionar as reivindicações dos abrigados, denunciando a responsabilidade do município na situação e oferecendo assessoria jurídica. Esse esforço foi liderado pela BPs, pelo CABN e pelo MST.

Foi assim que, com o suporte da rede de apoio formada pelos movimentos sociais, na madrugada do dia 07 de novembro de 2012, cerca de 80 famílias saíram do Ginásio do bairro Jardim Zanellato e se deslocaram até o novo terreno da ocupação. A jornada de 900 metros do Ginásio até a nova área representou um momento de grande significado no contexto da retomada das ocupações urbanas organizadas na Grande Florianópolis. Os movimentos perceberam a importância de rearticular a luta pelo direito à moradia na região (Magalhães; Tonin, 2015, p. 238).

A experiência da Ocupação Contestado contribuiu para um movimento mais amplo de luta por moradia que atraiu importantes apoiadores para a ocupação, o que posteriormente influenciou outras ocupações urbanas, como a Ocupação Palmares e a Comuna Amarildo, consolidando o movimento social de luta por moradia na capital catarinense.

Alguns documentários e reportagens produzidos por apoiadores do movimento destacam como foi a luta e união dos moradores que garantiram tanto o acesso ao ginásio quanto a subsequente ocupação do terreno na Serraria. Não houve benevolência por parte do poder público; ao contrário, os ocupantes começaram a perceber que suas esperanças de receberem uma casa da prefeitura estavam se dissipando. (Maier, 2022, p. 109).

A ajuda entre moradores e movimento se evidencia também na organização da nova comunidade. A organização interna da ocupação foi planejada com base na divisão em três quadras, mantendo a separação delineada pelas ruas já existentes que cruzavam o terreno perpendicularmente. Dentro de cada quadra, foram estabelecidos núcleos compostos por pouco mais de dez casas. No total, foram formados oito núcleos, denominados: Dandara, Vida Nova, Che Guevara, Zapata, Guerreiros de Fé, Mansidão, Estrela-Guia e Anita Garibaldi (Magalhães; Tonin, 2015, p. 238), a partir das imagens do Google Earth, é possível visualizar as quadras:

Figura 5: Quadras da Ocupação Contestado



Fonte: elaborado pela autora com base nas imagens do *Google Earth*.

A Ocupação Contestado consiste de pouco mais de 100 casas, distribuídas em três quadras. A maioria dessas casas é construída com madeira, obtida através de descarte, doações ou adquirida em lojas de materiais de construção locais. A variedade de estilos das casas reflete a diversidade dos moradores, embora compartilhem em comum um tamanho médio, inicialmente determinado pela divisão igualitária dos lotes, às vezes essa uniformidade seja quebrada quando uma casa se expande para além de seu lote original (Maier, 2022, p. 103).

Atualmente, não há dados demográficos oficiais e atualizados disponíveis sobre a Ocupação Contestado. As informações sobre o número de moradores, por exemplo, são fornecidas pelos próprios ocupantes. No entanto, é importante notar que uma parte significativa dos residentes está cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) para acessar benefícios sociais. Não tive acesso a esses dados e acredito que eles não são abrangentes o suficiente para traçar um perfil completo das características socioeconômicas da comunidade.

As imagens a seguir mostram a rua principal, que está marcada com o alfinete no mapa acima, denominada Rua Eduardo Manoel da Rosa, seguida pela imagem que demonstra um dos corredores que ligam uma quadra a outra, chamados pelos moradores de "beco".

Figura 6: Corredor central e “beco” que liga uma quadra a outra



Fonte: acervo pessoal

Desde o seu início, a Contestado experimentou várias transformações significativas. Alguns espaços vazios e espaços coletivos deixaram de existir, dando lugar às residências à medida que as famílias necessitavam de mais espaço. Com a entrada e saída de novos moradores e o crescimento das famílias existentes, a dinâmica política da ocupação também mudou substancialmente. Ou seja, a permanência no terreno provisório ao longo de todos esses anos resultou em novas adaptações cotidianas, decorrentes da reprodução da vida de cada indivíduo ou família na ocupação (Maier, 2022, p. 113).

A Ocupação Contestado possui uma singularidade. Ao contrário de diversas ocupações, os moradores do local não almejam a permanência no atual terreno do bairro Serraria, mas a construção de um projeto habitacional em um terreno que era de propriedade da união e teria sido doado ao Município de São José para este fim na Avenida Osvaldo José do Amaral (conhecida como Avenida das Torres). Essa questão será aprofundada na análise dos processos judiciais feita a seguir.

Nesse contexto, é possível afirmar que devido a um crime eleitoral, as famílias do núcleo urbano informal denominado Ocupação Contestado, há anos buscam uma solução para lhes

assegurar o direito fundamental à moradia digna. Não bastasse os percalços inerentes à vida na moradia irregular, o destino das/dos moradoras/es é marcado por dois embates judiciais que, assim como a comunidade, se perpetuam no tempo sem uma perspectiva de resolução a curto prazo. Tramita no Poder Judiciário a ação de reintegração de posse nº 0033557-20.2012.8.24.0064 e, na Justiça Federal, a Ação Civil Pública n. 5038401-30.2021.4.04.7200 em que o Ministério Público Federal pretende obrigar o Município de São José a promover a realocação da Ocupação.

Por ser um trabalho da área do Direito, considero importante fazer uma análise sobre processos judiciais em trâmite que discutem os direitos dos moradores da Ocupação Contestado. Embora tal análise não seja fundamental para a compreensão das questões socioambientais, é importante que o leitor compreenda que, para além dos problemas estruturais, as moradoras e os moradores da ocupação também travam uma árdua batalha processual, tão longa quanto a própria existência da ocupação.

Não pretendo, todavia, fazer uma análise aprofundada acerca da relação dos discursos jurídicos inerentes ao modelo hegemônico do judiciário – em especial o catarinense – com as injustiças percebidas pelas pessoas afetadas.

Mas, ainda assim, é fundamental ressaltar que a dinâmica processual é, igualmente, um reflexo da herança colonial. Sob a influência do colonialismo, o sistema judiciário adota uma ideologia hegemônica, conformando-se aos padrões estabelecidos pelas instituições familiares, religiosas, educacionais, sociais e governamentais, bem como pela lógica intrínseca de racismo presente nessas dinâmicas. Dessa forma, configura-se um sistema que gera e perpetua violências e desigualdades.

Dado que o Brasil adota uma economia capitalista fundamentada na predominância do caráter patrimonialista, observa-se que o domínio do privado se estende ao público. Distintos papéis são designados aos indivíduos para perpetuar a concentração de poder, capital e conhecimento em diversas situações. Nesse contexto, são introduzidas as noções e teorias relacionadas ao conhecimento e ao direito, culminando no surgimento de sociedades civis influenciadas pela modernidade ocidental e fundamentadas na legislação (Faoro, 2012).

O objetivo, então, é apenas traçar uma breve linha do tempo sobre o deslinde de ambos os processos para demonstrar, em uma linguagem clara e não necessariamente jurídica, como a questão processual está relacionada com a história da Ocupação Contestado, já que, inevitavelmente, o destino das pessoas que lá vivem terá também a influência significativa dos operadores do direito – juízes/as, desembargadores/as, servidores/as, estagiários/as – que estão à frente dos processos.

i. O processo na Justiça Estadual - autos n. 0033557-20.2012.8.24.0064

Esse processo judicial já era familiar para mim, uma vez que ele é objeto de um dos procedimentos instaurados do Núcleo de Habitação e Urbanismo e Direito Agrário da Defensoria Pública de Santa Catarina (NUHAB), local onde atuei durante todo o período da realização da pesquisa, conforme já mencionado no início deste trabalho, e que me possibilitou ter contato com a Ocupação Contestado antes mesmo do início da pesquisa.

O processo se encontrava em segredo de justiça, mas seu acesso e utilização foram autorizados pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de São José, através do processo administrativo autuado sob o nº SEI 0010657-25.2024.8.24.0710, vedando a divulgação de dados pessoais em observância às diretrizes da LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Da análise dos autos, é possível constatar que poucos dias após a ocupação do local por cerca de 100 famílias despejadas, o proprietário do terreno deu início à ação judicial que busca a reintegração de sua posse no local. A liminar favorável foi concedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina e em resposta, uma rede de advogados foi mobilizada para contestá-la. Simultaneamente, foi lançada a campanha *Despejo Não! Contestado Vive*.

Figura 7: Jornal da época



Fonte: autos n. 0033557-20.2012.8.24.0064.

No dia 29/12/2012 foi determinada a desocupação do imóvel pelo juízo, o mandado deveria ser cumprido contra qualquer pessoa que estivesse no local, nos termos do trecho da decisão juntado abaixo:

Expeça-se ofício ao Sr. Comandante da Polícia Militar e ao Sr. Delegado Regional, eis que possível a presença de menores na desocupação, ofício este a ser entregue com urgência, e imediatamente pelo Sr. Oficial de plantão, a fim de garantir a desocupação ora ordenada, de imediato e com o maior número de policiais que as Dignas Autoridades puderem prover. Tão logo imitada na posse, garantida por força policial, poderá a autora demolir quaisquer construções, novas ou antigas, seja de quem for, que tenham sido adicionadas após sua perda da posse.

Contra a decisão foi interposto Recurso de Agravo de Instrumento. A justificativa principal era de que a matéria jornalística não seria apta a delimitar o terreno cuja posse teria sido turbada²⁶. No dia 07/12/2012 foi proferida a decisão preliminar do recurso. Segundo consta na decisão, havia divergência entre a matrícula apontada pela autora e o Boletim de Ocorrência que registra a invasão. Dessa maneira, o desembargador relator entendeu por bem deferir o pleito liminar e suspender a ordem de reintegração. Posteriormente, a decisão foi confirmada.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR DEFERIDA. DÚVIDAS SOBRE INDIVIDUALIZAÇÃO DO IMÓVEL ESBULHADO. ARTIGO 927 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. REQUISITOS NÃO COMPROVADOS. INTERLOCUTÓRIO CASSADO. RECURSO PROVIDO. Embora se considere reprovável qualquer espécie de invasão de terras alheias, não se pode cogitar em deferir a liminar de reintegração de posse para a desocupação de imóvel sem que tenha o autor da lide comprovado inequivocamente que o esbulho praticado atingiu seu imóvel.

A ação prosseguiu seu curso, tendo sido ofertadas contestações pelos réus. Em seguida, o processo permaneceu paralisado em virtude de uma mesa de negociação com a prefeitura de São José, a SPU (Serviço do Patrimônio da União) e a Caixa Econômica Federal, na tentativa de se buscar uma solução pacífica e definitiva para o conflito, considerando-se, inclusive, a possibilidade de inclusão das famílias PMCMV.

Em 2022, o processo novamente foi suspenso devido a prorrogação da ADPF 828, que estendeu até junho de 2022 a necessidade de suspensão de todos os processos que tratavam de desocupação coletiva. A medida foi tomada para amenizar os efeitos da pandemia do Covid-19. Após período de suspensão processual, tanto por acordo das partes, como por determinação no âmbito da ADPF 828, o juízo determinou o retorno do trâmite da ação, designando realização de audiência de conciliação para 29/03/2023.

Em resposta, a Defensoria Pública, considerando que o Tribunal de Justiça editou a Resolução GP n. 82/2022, que cria a Comissão de Soluções Fundiárias (CSF) – no âmbito do

²⁶ Posse turbada é uma situação em que há uma privação parcial e ilegal da posse de um bem, o que dificulta ou impede o dono de controlar e usar o seu patrimônio

Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, requereu que fosse oficiada a referida Comissão para ciência e atuação no feito de acordo com suas atribuições.

No dia 11 de outubro de 2023, os autos foram recebidos pela CSF, que determinou a realização de reunião entre todas as partes envolvidas e que fosse realizada visita técnica na comunidade. No dia 19 de novembro de 2023, foi realizada a reunião da qual participei pessoalmente, acompanhando a Defensora Pública Ana Paula Fao Fischer. No ato estavam presentes: a equipe do Desembargador representante da Comissão; a Defensoria Pública Estadual; a Defensoria Pública da União; a Advogada Popular representando a comunidade; uma moradora da ocupação e representantes de diversos setores da Prefeitura Municipal de São José.

A reunião, em síntese, se pautou na atualização feita por cada um dos envolvidos sobre a situação jurídica, administrativa e fática que envolve a Ocupação Contestado. O Município de São José, por sua vez, alegou que não pode receber o terreno doado pela União, pois não teria verba suficiente para a construção das unidades habitacionais. Ao final do ato, foram determinadas algumas providências almejando um encaminhamento que atenda a todas as partes envolvidas. Dentre elas, a regularização do cadastro da Prefeitura de São José para poder receber verbas federais e a realização do cadastro social de todas as pessoas residentes na ocupação.

No dia 04/04/2024, a Comissão de Soluções Fundiárias conduziu sua primeira visita técnica ao local. Estive presente nesta ocasião como mestrande e residente da Defensoria Pública, juntamente com todas as autoridades e partes envolvidas. Durante a visita, foram observadas questões que ensejaram a elaboração de um relatório pela comissão, embora as constatações não sejam surpreendentes, são de suma importância.

O relatório apontou: i. A falta de infraestrutura regular de água/esgoto e energia elétrica, resultando na dependência de ligações clandestinas; ii. A predominância de residências de madeira e alvenaria, sem ruas pavimentadas; A existência de 105 unidades habitacionais, abrigando 130 famílias e 165 crianças de 0 a 14 anos (informação prestada pelos moradores); iii. A presença de escombros de casas desabadas em tempestades de verão, indicando fragilidade das estruturas; iv. A expressão de desejo por parte dos moradores de se mudarem para locais com melhor infraestrutura e segurança; e v. As dificuldades enfrentadas pela comunidade para matricular crianças nas escolas e acessar serviços de saúde e assistência social, como o CRAS.

No dia da visita técnica também ocorreu uma movimentação importante do Município de São José, que afirmou estar buscando a resolução do caso por meio do PMCMV. Todavia, até o momento não se sabe de nenhum encaminhamento concreto dado pelo poder executivo.

Os procedimentos conduzidos pela comissão ainda estão em andamento e, até o final desta pesquisa, a resolução do conflito referente à Ocupação Contestado ainda não foi alcançada. No entanto, reconheço que, se a Comissão de Soluções Fundiárias cumprir seu propósito, pode se tornar uma ferramenta eficaz para resolver o caso de forma a atender às necessidades das moradoras e moradores da ocupação.

ii. O processo na Justiça Federal - autos n. 5038401-30.2021.4.04.7200

O episódio eleitoral que resultou no surgimento da Ocupação Contestado foi objeto de ação de investigação judicial eleitoral proposta pelo Ministério Público Eleitoral de Santa Catarina, por intermédio da 11ª Promotoria de Justiça de São José, na qual o Prefeito Djalma Berger é acusado de abuso de poder político e captação ilícita de sufrágio por conta das promessas de assentamento feitas à comunidade de José Nitro, às vésperas do pleito eleitoral. A investigação se deu por meio do Inquérito Civil nº. 1.33.000.001085/2015-31, instaurado para apurar a atuação pública na promoção do direito à moradia adequada.

A partir do inquérito, o Ministério Público Federal (MPF) propôs a Ação Civil Pública n. 5038401-30.2021.4.04.7200, na qual pretende que a União, o Município de São José e a Caixa Econômica Federal adotem as medidas administrativas necessárias à implantação do projeto habitacional para construção de moradias às famílias da Ocupação Contestado.

A petição protocolada em 2021 alega que foram realizadas várias reuniões com os réus e representantes da comunidade, em busca de uma solução para o problema, então foi acordado que a União cederia um imóvel de sua propriedade localizado na Av. das Torres para a implantação de um projeto habitacional pelo Município de São José. Esse projeto seria financiado publicamente pela Caixa Econômica Federal (Fundo de Arrendamento Residencial –FAR).

Mencionou, ainda, relatório social elaborado pela Prefeitura de São José em 1º de setembro de 2014, do relatório extrai-se:

O assentamento é formado por 102 famílias, cujas moradias foram construídas de forma precária, de madeira, taipa ou outros materiais. Não há esgoto sanitário no local. As moradias não possuem banheiro. As famílias utilizam banheiro coletivo. A instalação elétrica é clandestina (gatos). De acordo com o relatório da Defesa Civil do Município de São José, datado de 02 de setembro de 2014: Nenhuma moradia apresenta instalações hidrossanitárias, elétricas ou estrutural adequadas, com risco de desabamento ou incêndio iminente e proliferação de doenças infectocontagiosas, sendo necessário isolar a área e realocar as famílias para um ambiente seguro e salubre.

Conta que em 2014, uma portaria emitida pela Secretaria do Patrimônio da União destinou o terreno da União na Av. das Torres, em São José, para um projeto de regularização fundiária de interesse social, com provisão habitacional do PMCMV. Após um longo processo

de retificação das matrículas, concluído em novembro de 2018, a Secretaria solicitou o desmembramento da área em 2019. No entanto, a continuidade do processo dependia de recursos da Caixa e do interesse da prefeitura. Em setembro de 2020, devido à falta de resposta da prefeitura, a SPU-SC interrompeu o processo. Desde então, não houve avanços, deixando as famílias em condições precárias de moradia.

De acordo com o MPF, a última informação prestada pela Secretaria do Patrimônio da União, datada de 16 de setembro de 2020 relata que: “em função da falta de sinalização por parte da Prefeitura Municipal de São José acerca do seu interesse na demanda, a SPU-SC fica impossibilitada de dar continuidade ao processo de regularização fundiária”.

Por fim, conclui que os réus permanecem inertes desde 2019 e que apesar do reconhecimento do risco social e da necessidade de moradias adequadas, não há ação, planejamento ou organização efetiva por parte dos entes federados, violando os princípios da legalidade, moralidade e eficiência, mostrando a ineficácia do Estado.

Nesse sentido requereu:

a condenação dos réus em obrigação de fazer para que:

- a) adotem as medidas administrativas necessárias à implantação e execução do projeto habitacional, com dotação orçamentária suficiente para a construção das moradias às famílias da Ocupação Contestado;
- b) apresentem plano com todas as medidas a serem executadas até a entrega das moradias às famílias da Ocupação Contestado, com previsão de cronograma de cada etapa concluída, em prazo a ser determinado pelo juízo; c) a fixação de multa, no montante a ser fixado pelo juízo, por dia de atraso no cronograma, em relação a cada réu em mora.

Os réus contestaram. A organização “Despejo Zero” reitera a narrativa dos fatos feita pelo MPF na inicial e requer a sua habilitação nos autos por meio da assistência simples, nos pedidos almejam:

- a) O aceite do terreno pelo Município de São José, para prosseguimento ao trâmite do processo administrativo de cessão;
- b) A apresentação de projeto final de programa habitacional pelo Município de São José, para então projetar a área dos equipamentos sociais;
- c) A abertura de chamada pública para construção das moradias pelo Município de São José;
- d) A apresentação de possíveis propostas de financiamento da política pública habitacional pela Caixa Econômica Federal;
- e) Após a aprovação do projeto habitacional selecionado em chamada pública, o desmembramento da área entre moradia e equipamentos sociais pela SPU;
- f) Após a execução do projeto habitacional, a construção dos equipamentos sociais pelo Município de São José.

Em 02/06/2022 a SPU afirma que ainda aguarda a sinalização de interesse do Município de São José para a continuidade do processo de regularização e doação da área.

Em decisão interlocutória proferida em 21 de setembro de 2022, o juízo deferiu a tutela de urgência incidental, requerida pela Ocupação Contestado e reiterada pelo MPF e determinou

que o Município de São José, no prazo de quinze dias “manifeste interesse na continuidade do processo de doação, no âmbito do processo administrativo da SPU n. 04972.000603/2011-36”.

A União e o Município de São José embargaram; o MPF, a DPU, a Contestado e a Caixa contrarrazoaram. Os recursos foram rejeitados.

Um ano depois, no dia 22 de setembro de 2023, em resposta à decisão proferida, o Município de São José juntou petição nos autos, na qual informa, por meio de sua Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, que já comunicou à Superintendência do Patrimônio da União em Santa Catarina a respeito da inviabilidade de continuidade da doação (Ofício 55/2023/SEPAAE, expedido em 11/04/2023).

Do ofício mencionado extrai-se:

Tendo em vista as manifestações constantes nos autos, foi possível identificar que, desde a manifestação da Caixa Econômica Federal, constante no evento 09 do supracitado processo, em virtude da falta de cobertura de linhas para atendimento da Faixa 01 de programas habitacionais, apresenta-se inviabilidade na continuidade do processo de doação do imóvel pertencente à União para este fim, uma vez que, o Município de São José, sem aporte financeiro para a elaboração de projeto habitacional, não terá recursos orçamentários para financiar as demandas para tal, vindo a não surtir efeito para o ato, podendo não viabilizar o prosseguimento desta doação para fins de criação de habitação de interesse social.

O Município de São José concluiu, portanto, que cumpriu a determinação contida na decisão. E essa é a última informação registrada nos autos.

Ao explorar a história da Ocupação Contestado, podemos não só compreender os eventos sociais e políticos passados que levaram à sua formação, mas também as dinâmicas atuais que moldam seu contexto. Encerro, portanto, esta investigação teórica. No entanto, assim como os processos judiciais que determinam o futuro da ocupação, sua história permanece aberta, latente e incerta, fornecendo o ímpeto para a pesquisa empírica conduzida a seguir.

3 “QUERIA ESTAR NUM LUGAR MELHOR” A (IN)JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL PELA PERCEPÇÃO DAS ATINGIDAS²⁷

Neste capítulo, direciono-me à descrição da pesquisa empírica. Como já mencionado, meu objetivo é compreender as percepções das moradoras da Ocupação Contestado sobre o cotidiano na moradia irregular, para, após, estabelecer uma articulação teórica integrada com os propósitos do estudo.

Assim, busco combinar a minha experiência prática no percurso da pesquisa empírica com a orientação metodológica escolhida. Nos tópicos a seguir: (3.1) relato minha experiência no campo, compreendido aqui como a Ocupação Contestado e também discorro sobre as participantes da pesquisa; descrevo o processo de construção de dados, que envolve as entrevistas em profundidade e a metodologia visual da foto-elicitação; (3.2) discorro sobre a análise dos dados, a partir da Teoria Fundamentada nos Dados (TFD); e, por fim, (3.3) apresento hipóteses, realizo a teorização e faço a articulação entre a pesquisa empírica e a epistemologia apresentada no capítulo anterior, além de integrar novas teorias que senti a necessidade de incluir durante a análise.

3.1 MEU PERCURSO NO UNIVERSO EMPÍRICO - CAMPO, PARTICIPANTES E CONSTRUÇÃO DOS DADOS

O universo empírico da pesquisa qualitativa engloba tanto o lugar quanto a população que será estudada. O campo é o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação (Minayo, 2009, p. 62). Conforme já dito, neste estudo o universo empírico e o campo de pesquisa se voltam para uma comunidade específica, localizada em São José, região metropolitana de Florianópolis, a Ocupação Contestado.

Meu primeiro contato com o local foi em julho de 2022, nos primeiros meses de Estágio de Pós-graduação na Defensoria Pública de Santa Catarina. Na época, tive a oportunidade de me envolver no procedimento extrajudicial acompanhado pela instituição e redigir documentos para questionar a Superintendência do Patrimônio da União (SPU) e a Prefeitura de São José

²⁷ Optei por me referir às moradoras da ocupação no feminino, mesmo que a pesquisa não tenha sido inicialmente delineada com um recorte de gênero específico. Essa escolha se fundamenta na análise dos dados, que revelaram de forma clara o protagonismo das mulheres dentro da ocupação. Além disso, o número de entrevistas realizadas com mulheres foi significativamente maior em comparação aos entrevistados do sexo masculino, totalizando cinco mulheres e apenas um homem. Diante dessa disparidade, tornou-se evidente a importância de utilizar termos femininos para refletir com precisão a realidade observada, respeitando e reconhecendo o papel preponderante das mulheres na dinâmica e na representatividade da ocupação.

sobre a doação do terreno pela SPU e a aceitação pelo município. As respostas recebidas foram, em sua maioria, inconclusivas.

Apesar de ter tido contato com inúmeras comunidades em situação de vulnerabilidade, alguns meses depois escolhi a Ocupação Contestado como foco de pesquisa. A escolha por um local específico possibilitaria a análise mais aprofundada das perspectivas das pessoas que lá vivem, além disso se mostra mais adequada ao espaço de tempo disponível para a realização da construção de dados pretendida, considerando se tratar de dissertação de mestrado.

A escolha se deu por uma série de fatores, alguns conscientes outros nem tanto, o que torna difícil a tarefa de elencá-los que farei a seguir. Primeiramente, está localizada na região metropolitana de Florianópolis, o que escancara o ideal higienista alcançado com êxito pela administração pública, conforme denunciado por diversos pesquisadores e destacado no capítulo anterior. Além disso, surgiu a partir de um crime eleitoral, enfatizando que a dinâmica habitacional além de política, é perversa. É considerada a primeira ocupação do segundo ciclo de ocupações na região da Grande Florianópolis, evidenciando, em um contexto contemporâneo, a ascensão da luta organizada por moradia na capital catarinense; esse aspecto remete à importância dos movimentos sociais, que há muito acompanho com apreço.

Esses foram apenas alguns dos fatores que tornaram a Contestado referência para mim nas questões sociais e habitacionais de Florianópolis e que ensejaram a sua escolha como a comunidade que daria vida a essa pesquisa.

Meu primeiro contato presencial com a Ocupação foi no dia 2 de julho de 2022. Tive o privilégio de conhecer pessoalmente o local e alguns de seus moradores, como a pessoa que faz a liderança da comunidade, que mais à frente se tornaria meu contato principal para a realização das entrevistas. Nesse dia, participei de uma atividade realizada pelo Círculo de Educação Popular Darcy Ribeiro e pelo Coletivo de Saúde Nise da Silveira²⁸, que uniram esforços para uma atividade com as crianças da ocupação.

O tema da atividade era o legado de Nise da Silveira, renomada médica alagoana que revolucionou o tratamento da saúde mental no Brasil, sendo precursora da Reforma Psiquiátrica e seus princípios antimanicomiais. Foi utilizado o livro infantil "Nise da Silveira", de Patrícia Lessa, como ferramenta para contar sua história às crianças, abordando a arte e os animais como formas de cuidado em saúde mental.

²⁸ O Círculo de Educação Popular foi uma iniciativa conjunta entre o setor estudantil e o da luta por moradia na Ocupação Contestado. Seu objetivo era fornecer intervenções pedagógicas que complementassem a formação escolar na perspectiva da educação crítica e popular (Informação fornecida pelas Brigadas Populares).

Durante a atividade, me recorro de algumas provocações feitas, “quem gosta de tomar choque?” - uma referência aos eletrochoques utilizados em manicômios. “Quem gosta de desenhar?” - representando o objetivo de promover o cuidado através da arte. Após contar a história de Nise, foi proposto que cada criança expressasse seus sentimentos por meio da pintura. Foi emocionante ver a empolgação das crianças com as tintas e, mais ainda, perceber que os desenhos expressaram momentos felizes, apesar das nítidas dificuldades que enfrentam. A atividade foi encerrada com um lanche coletivo.

Figura 8: "Contestado Vive"



Fonte: acervo pessoal

Figura 9: Desenhos felizes



Fonte: acervo pessoal.

Esse primeiro contato foi um marco importante no processo de pesquisa, permitindo que eu estabelecesse conexões genuínas, quebrasse barreiras de forma informal e leve. Além disso, foi uma oportunidade inicial para começar a compreender as iniciativas comunitárias e os desafios enfrentados pelos moradores, contribuindo significativamente para o longo caminho que ainda estava por vir.

3.1.1 Participantes da Pesquisa

Antes de adentrar na discussão deste tópico, esclareço que para garantir a confidencialidade das participantes e, ao mesmo tempo, prestar uma homenagem digna a figuras históricas que desempenharam papéis essenciais na luta pelos direitos no Brasil, optei por atribuir nomes fictícios inspirados em ativistas e líderes sociais. Assim, representei as mulheres como: Antonieta (Antonieta de Barros), Marielle (Marielle Franco), Dandara (Dandara dos Palmares), Tereza (Tereza de Benguela), Carolina (Carolina Maria de Jesus) e Lélia (Lélia Gonzalez), enquanto o homem chamei de Zumbi (Zumbi dos Palmares). Essa escolha não apenas protege a identidade das participantes, mas também destaca a importância das figuras históricas que moldaram o panorama dos direitos sociais no Brasil.²⁹

Após a qualificação da dissertação e a aprovação no comitê de ética, em junho de 2023, me deparei com um novo desafio, estar pronta para retornar à Contestado para a realização das entrevistas. A ideia inicial era comparecer em novas atividades coletivas para criar, aos poucos, uma aproximação com as moradoras e moradores do local. Todavia, o final do ano de 2023 foi bastante chuvoso aqui em Santa Catarina e me deparei com a primeira dificuldade da pesquisa empírica. As atividades não estavam mais ocorrendo com a periodicidade que eu imaginava. Isso demonstra a extrema complexidade dessas dinâmicas, dependendo de fatores externos e internos não antevistos por mim justamente em razão de minha inexperiência.

A alternativa foi buscar o contato com a liderança comunitária para, a partir de suas indicações, estabelecer o início da cadeia de pessoas a serem entrevistadas, o que mais a frente consolidou o método “bola de neve”. Então, me deparei com a segunda dificuldade: manter um contato linear com ela. Certamente exercer a liderança comunitária em uma ocupação como

²⁹ Apesar dessa observação aparecer no início da etapa da pesquisa empírica, optei por adiar a alteração dos nomes para o final do trabalho. Isso se deu pelo fato de que, ao relatar as histórias, o uso dos nomes reais facilitava minha memória e conexão com as pessoas e suas narrativas.

a Contestado exige uma dedicação inimaginável para mim. Reuniões e tratativas com diversos órgãos e instituições; acolhimento das pessoas mais vulneráveis da ocupação; recebimento, separação e distribuição de itens doados; organização interna como assembleias e reuniões; dentre outras tantas atividades, já que essas foram apenas algumas que observei em pouco tempo de contato com Antonieta. Tais atividades impossibilitaram que ela estivesse sempre disponível para me receber.

Assim, essas circunstâncias não previstas por mim e também devido a uma insegurança inerente ao processo de entrada no campo fizeram com que eu adiasse o início das entrevistas por quase seis meses. Entretanto, após alguns meses de conversa por *WhatsApp* com Antonieta, conseguimos combinar uma visita na ocupação no dia 30 de novembro de 2023.

Nesse dia, Antonieta me recebeu em sua casa, uma casa simples, de madeira reciclada, sem pintura. O que mais me chamou atenção foi a varanda, que possui um tamanho grande se comparada com os demais cômodos do imóvel. Mas não tenho dúvidas dos motivos, todas as vezes que fui à Contestado reparei que a varanda de Antonieta sempre esteve pronta para receber e comportar de forma calorosa quem quer que chegasse no local. Talvez seja o ponto de referência e de encontro principal da comunidade.

Naquela ocasião, já foi possível perceber alguns problemas sociais que se desenrolaram diante de mim. Enquanto me recebia, Antonieta auxiliava Marielle em uma ligação para explicar à atendente do CRAS a estrutura familiar de um membro da comunidade que precisava atualizar seus dados para receber um determinado benefício. Ficou claro que a comunicação era difícil e a compreensão parecia distante. Nas conversas paralelas, em meio a comentários baixos e carregados de medo, elas também mencionaram a morte de um jovem ocorrida no dia anterior, uma execução realizada pelas mãos da polícia. Mais à frente, nas entrevistas, essa história foi aprofundada.

Em seguida, Antonieta me apresentou formalmente a primeira moradora disposta a conversar comigo, Marielle, que me levaria para conhecer a segunda moradora e primeira entrevistada, Tereza. Nesse momento se consolidou o método de amostragem em bola de neve (*snowball*), qualificado por Juliana Vinuto (2014, p. 203) como:

A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como *sementes*, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. Isso acontece porque uma amostra probabilística inicial é impossível ou impraticável, e assim as sementes ajudam o pesquisador a iniciar seus contatos e a tatear o grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas pelas sementes indiquem novos contatos com as características desejadas, a partir de sua própria rede pessoal, e assim sucessivamente e, dessa forma, o quadro de amostragem pode crescer a cada entrevista, caso seja do interesse do pesquisador. Eventualmente o quadro de amostragem torna-se saturado, ou seja, não

há novos nomes oferecidos ou os nomes encontrados não trazem informações novas ao quadro de análise.

Essa técnica abraçou a minha pesquisa, mais do que eu a escolhi, tendo se mostrado adequada e eficaz ao objetivo do trabalho. A partir desse método desenvolvi um processo permanente de construção de informações, utilizando as conexões das participantes, que me ofereceram um conjunto cada vez maior de potenciais contatos, finalizando com o ponto de saturação percebido ao final. Além disso, a realização de entrevistas é simplificada devido à presença de um intermediário, responsável por facilitar o contato entre o pesquisador e a próxima entrevistada. Essa mediação não apenas facilita o processo, mas também contribui para estabelecer uma comunicação mais eficaz e garantir a participação ativa (Vinuto, 2014).

Entrevistei ao todo seis pessoas moradoras da comunidade, em sua maioria mulheres, algumas que moram no local desde o seu surgimento, assim como aquelas que se mudaram mais recentemente. No início da entrevista fiz algumas perguntas pessoais para traçar o perfil das participantes: nome, gênero, idade, etnia, escolaridade, local onde morava antes da ocupação. Considerando que o perfil traçado corresponde a uma porcentagem pequena da população da Ocupação Contestado, não foi possível nessa pesquisa traçar o perfil da comunidade, apenas das participantes, possibilitando uma aproximação e identificação do leitor. Participaram da pesquisa:

Tereza, uma mulher branca de 63 anos, anteriormente residia em Lages, vivia na Ocupação Contestado desde o seu início e infelizmente faleceu lá no decorrer desta pesquisa. Enfrentou um câncer terminal. Era analfabeta, não chegou a terminar o ensino fundamental.

Marielle, que se identificou como parda, tem 62 anos, também veio de Lages em busca de uma vida melhor e acabou precisando morar na Ocupação Contestado. Também está lá desde o início e estudou até a 5ª série.

Lélia, também se identifica como parda, tem 59 anos. É natural de Imbituba e há 10 anos vive na ocupação Contestado. Possui ensino médio incompleto.

Dandara é branca, tem 44 anos. Vive na Contestado há 11 anos. Estudou até o primeiro ano do ensino médio.

Carolina, também é branca. Possui 51 anos. É natural de Tangará do Sul. chegou a morar em outra comunidade na região. Vive na Contestado há mais ou menos 1 ano. Seu nível de escolaridade é fundamental incompleto.

Zumbi, se identifica como preto, tem 63 anos e mudou-se para a Ocupação Contestado há 10 anos. Ele é semianalfabeto e natural de Biguaçu, mas morou em outra comunidade no centro de Florianópolis antes de precisar se mudar para a Contestado quando sua esposa faleceu.

O ponto de saturação foi determinado por dois fatores: primeiro, porque a análise de dados revelou que a grande maioria dos discursos se encaixavam em alguma das categorias criadas³⁰, o que indicava que os principais temas e preocupações da comunidade já estavam bem representados; segundo, porque considerei o tempo disponível para a realização da pesquisa no âmbito do mestrado e a minha preocupação em não ser invasiva com as participantes do estudo.

Concluí, portanto, que os dados construídos eram suficientemente abrangentes e detalhados para a análise que eu pretendia, apesar de suas limitações. Isso porque, por um lado, a predominância de mulheres na amostra permitiu um foco aprofundado nas questões que afetam particularmente este grupo, o que revelou percepções valiosas sobre seus desafios e papel na comunidade. No entanto, a escassez de vozes masculinas e de jovens pode ter resultado em uma visão parcial da realidade comunitária, deixando de lado experiências e preocupações que poderiam ser mais prevalentes entre esses grupos.

É fundamental reconhecer essas limitações ao interpretar os resultados da pesquisa. Embora os dados tenham sido adequados para sustentar a análise proposta, eles não exploram todas as potenciais áreas de investigação. Portanto, é viável pensar em novos meios de análise em futuros estudos, o que pode vir a complementar e ampliar esses resultados para promover uma compreensão mais completa da realidade da Ocupação Contestado.

3.1.2 Construção dos Dados

É fundamental ressaltar, como alertado por Riccardo Cappelletti (2017, p. 392), que não se trata apenas de coletar dados relacionados a um fenômeno específico, uma vez que os dados não existem por si só; eles sempre refletem uma construção teórica da pesquisadora, ainda que implicitamente ou até mesmo inconscientemente. Por esse motivo optei por utilizar a nomenclatura “construção” de dados. Embora a expressão "coleta" seja frequentemente utilizada nas ciências sociais, ao analisar discursos através de minha interação, estou lidando com constructos discursivos que não existem de forma "pura" no mundo, prontos para serem simplesmente coletados, mas sim construídos.

Além disso, levando em consideração a complexidade social e política que envolve uma comunidade consolidada por meio de uma ocupação, questões fundamentais como acesso à moradia, direito à cidade e organização comunitária permeiam esse contexto. Dessa maneira, desde o projeto desta pesquisa busquei uma abordagem de construção de dados abrangente, que

³⁰ Ver sobre a codificação no item 3.2.1, na página 79.

pudesse abarcar as experiências, valores e perspectivas dessas pessoas de maneira completa e detalhada.

3.1.2.1 Entrevista em Profundidade

Para alcançar esse objetivo, optei pela realização de entrevistas qualitativas em profundidade com questões semiestruturadas, visando capturar nuances e *insights* profundos, mas com a manutenção do foco (Gil, 2010, p. 137). Além disso, complementei essa abordagem com o método da foto-elicitação (Natali, 2016), reconhecendo seu potencial para enriquecer as narrativas e promover uma compreensão mais profunda das experiências vivenciadas pelos participantes.

As entrevistas de tipo qualitativo são uma ferramenta eficaz para capturar o significado que os indivíduos atribuem às suas ações, como eles interpretam o mundo ao seu redor e como vivenciam suas próprias circunstâncias (Poupart, 2008, p. 217). Elas proporcionam uma maneira única de obter percepções profundas sobre o comportamento humano, permitindo uma ampla gama de respostas e expressões que abrangem diversos aspectos da vida social, elas podem ser em profundidade, semiestruturadas, estruturadas ou dirigidas (Gil, 2010).

De acordo com Duarte (2005, p. 62), a entrevista em profundidade é um recurso metodológico que busca, com bases em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. Nesse tipo de entrevista, as perguntas não são obrigatórias, somente sendo realizadas quando necessário à obtenção de mais profundidade às reflexões geradas pelo próprio entrevistado (Minayo, 2009).

Embora as perguntas não sejam obrigatórias nesse tipo de entrevista, senti a necessidade de ter um roteiro com questões-guia, por isso compreendo que apesar de ter realizado entrevistas em profundidade, elas se deram através de um roteiro de perguntas semiestruturadas. Assim, parti de alguns questionamentos iniciais, apoiados em teorias e hipóteses que interessam à minha pesquisa (Trivinos, 1990, p. 146). O roteiro inicial acabou sendo adaptado no decorrer das entrevistas, uma vez que, conforme surgiam novas questões importantes para o resultado, novos questionamentos eram implementados para a entrevista subsequente.

Um exemplo prático é que no roteiro inicial não havia um tópico destinado à violência policial ou à estrutura das casas, mas como foram questões apontadas incisivamente pelas duas primeiras participantes, questões específicas sobre esses temas foram incorporadas no roteiro para as próximas entrevistas. Dessa maneira, o roteiro anexo (APÊNDICE A) foi o resultado final de diversas adequações que ocorreram ao longo da construção dos dados.

Para a realização das entrevistas foram seguidas as especificações da resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Pesquisa (Brasil, 2016) e do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (CEPSH-UFSC), cujo trabalho foi aprovado no processo nº CAAE 70249423.3.0000.0121.

As entrevistas foram todas realizadas na comunidade, dentro da casa de cada participante do estudo. A dinâmica pode ser dividida em três momentos importantes. Primeiro, me apresentei e apresentei minha pesquisa de forma breve, relatando “que sou estudante da universidade e pesquiso o dia a dia da comunidade”. A escolha por não aprofundar o objeto de estudo foi para que não houvesse interferência nas respostas a serem obtidas.

Após, questionei se a entrevista poderia ser gravada, apresentei e expliquei o conteúdo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE B) ofertando a possibilidade de anuência com a continuação da entrevista ou não. Dessa forma, havendo a concordância, foi recolhida a assinatura no documento e destacado que ela pode ser retirada mediante manifestação a qualquer momento.

Na terceira etapa, começo a gravação e inicio a conversa de fato, com seguimento dos tópicos propostos no APÊNDICE A, que se dividem em: a) perguntas pessoais, como nome, idade, gênero, etnia; e b) as perguntas sobre a vivência na comunidade, aptas a embasarem a pesquisa empírica.

Foi fundamental durante o processo que as participantes se sentissem confortáveis e que a conversa ocorresse da maneira mais natural possível. Em razão disso, me mantive sempre aberta às dinâmicas individuais de cada entrevistada, sendo flexível na maneira como as perguntas eram feitas, me adequando às peculiaridades de cada contexto, momento e sujeito ao qual me voltei.

3.1.2.2 Foto-Elicitação e outros elementos artísticos

Como método complementar, utilizei duas técnicas: a) questionar os participantes da pesquisa se compõem ou conhecem alguém da comunidade que compõe música ou que escreve poesias, para que os textos obtidos pudessem ser categorizados de maneira complementar aos relatos; b) utilizei a técnica visual da foto-elicitação, com o objetivo de estimular comentários, memórias e discussões durante a entrevista.

Em relação à música analisada, não utilizei metodologia prévia e os dados foram analisados a partir da Teoria Fundamentada nos Dados, em conjunto com os demais relatos

extraídos a partir das entrevistas realizadas. Entretanto, a fim de possibilitar ao leitor o contato com o conteúdo utilizado, junto abaixo a música “*Funk da Contestado*”³¹:

Tabela 2: Funk da Contestado

1. Música - Funk da Contestado	Autor: Desconhecido	<p><i>O Contestado, Contestado ó Nossa luta aqui aqui vale mais que ouro em pó. Eu quero casa, eu tenho direito. Se hoje eu não tenho, foi por culpa do prefeito.</i></p> <p><i>Fui pro ginásio, até dormi no chão No dia 7 de novembro começou a ocupação. Graças a Deus que fomos apoiados. Nós somos militantes bem organizados.</i></p> <p><i>Agradecemos a todas as parcerias E a todos que pensam em cidadania Esse movimento é muito organizado. Viva a ocupação, terra dos desabrigados.</i></p> <p><i>Lutava tanto, não sabia o que fazer. Se eu pagava o aluguel, não sabia o que comer. Tem jovens, adultos e crianças de todas as idades. Quem está aqui falando é o futuro da humanidade.</i></p> <p><i>Tiraram onda, iludiram o povo. Tivemos que começar e enfrentar tudo de novo. Da nossa luta, não vamos desistir, nem baixar a cabeça nem pedir para sair</i></p> <p><i>Minha família vive aqui também, Tão precisando de uma casa mais do que ninguém. A ocupação é terra de trabalhador Mora muita gente de valor</i></p> <p><i>A mulherada não tem moleza não Dando duro e trabalhando pra manter a ocupação A molecada rala na escola Mas quanto ta na Contestado Solta pipa e joga bola</i></p>
--------------------------------	------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora

A técnica da metodologia visual, por sua vez, já tem sido utilizada por outros autores no âmbito das pesquisas com abordagens teóricas da criminologia verde. O objetivo é direcionar novas teorias e métodos de pesquisas sensíveis e interdisciplinares. O uso de fotografias para

³¹ OCUPAÇÃO CONTESTADO. Funk da Contestado. Novembro de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gkTRcqjZJsY>>. Acesso em: 26/05/2023.

condução de entrevistas, conforme aponta Natali (2016), apresenta a ideia de substituir perguntas verbais por imagens e foi proposta pela primeira vez por John Collier, em 1967.

De acordo com Harper (2012), a utilização de fotografias como ferramenta de pesquisa permite a investigação das percepções sociais dos indivíduos e a identificação de dimensões históricas presentes em suas vivências. Através da memória coletiva dos habitantes da área, é possível obter uma narrativa mais completa sobre as formas de sentir, viver, lembrar e perceber a história local. Nesse sentido, a foto-elicitación surge como uma estratégia útil para explorar a relação entre memória, identidade e lugar, proporcionando uma compreensão mais rica e contextualizada das experiências das participantes.

Assim, utilizando dessas orientações metodológicas, ao término de cada entrevista, informei à entrevistada que iniciariamos juntas uma segunda etapa da dinâmica, que seria feita através de fotografias. Apresentei, então, as quatro imagens anexas abaixo³², pedindo que a participante compartilhasse qualquer pensamento que lhe ocorresse: sentimentos, memórias da ocasião retratada, compreensão do contexto da imagem, entre outros aspectos.

Figura 10: Ginásio Jardim Zanellato



Fonte: Facebook da Ocupação Contestado

³² As imagens foram extraídas do Facebook da Ocupação Contestado. Podendo ser acessado em: https://www.facebook.com/ContestadoVive/?locale=pt_BR

Figura 11: Cozinha comunitária



Fonte: Facebook da Ocupação Contestado

Figura 12: Manifestação na prefeitura de São José



Fonte: Facebook da Ocupação Contestado

Figura 13: Churrasco na ocupação



Fonte: Facebook da Ocupação Contestado

Por vezes, as fotografias levaram a discussões sobre temas que não tinham sido abordados durante a entrevista. Um exemplo disso ocorreu quando mostrei a foto da passeata na prefeitura para Lélia, e ela mencionou ter participado da manifestação antes de desenvolver seu problema de saúde. Isso nos levou a iniciar uma conversa sobre a questão das doenças dentro da comunidade.

A metodologia revelou-se eficaz e complementar à condução das entrevistas. O uso de fotografias permitiu que as participantes evocassem memórias afetivas durante as conversas. As recordações compartilhadas geralmente apresentavam tons de felicidade e nostalgia, transmitindo a ideia de união e de luta, características intrínsecas às histórias das participantes. Além disso, as narrativas das participantes sobre as fotografias permitiram uma compreensão mais profunda de suas vivências e percepções, adicionando novas camadas de significado à análise dos dados. Essas abordagens trouxeram uma riqueza de detalhes ao estudo, possibilitando uma compreensão mais completa e sensível das experiências vividas e relatadas.

3.2 A REALIDADE OBSERVADA: INÍCIO DA ANÁLISE DOS DADOS

Durante a fase de análise de dados, enfrentei uma série de desafios, particularmente o receio de não conseguir explicar tecnicamente a categorização dos dados sem perder de vista o propósito principal do estudo. A complexidade desse momento residia no equilíbrio entre seguir

os procedimentos metodológicos com rigor e capturar a essência das experiências relatadas. Nesse processo, fui constantemente instigada a refletir sobre como manter a fidedignidade dos resultados e sua importância para os objetivos da pesquisa e para minha construção como pesquisadora.

O método escolhido para analisar os resultados das entrevistas é a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD), cujo propósito é desenvolver novas teorias a partir das informações construídas. Também conhecida como *Grounded Theory*, essa abordagem de pesquisa foi desenvolvida por Glaser e Strauss na década de 1960 e busca compreender e explicar fenômenos sociais complexos, possibilitando a construção de teorias a partir dos próprios dados obtidos durante o percurso da pesquisa (Charmaz, 2009, p. 15).

Na teoria fundamentada, não há uma hipótese mestra de trabalho, embora exista um marco teórico que define o problema de pesquisa e serve como base para a análise dos resultados empíricos. Dessa forma, a construção de teorias ocorre a partir de uma análise concreta e empírica, permitindo a explicação de eventos e fornecendo diretrizes para ações futuras. As pesquisadoras e os pesquisadores que adotam essa abordagem “avaliam a correspondência entre seus interesses iniciais de pesquisa e os dados que surgem” no decorrer da pesquisa (Charmaz, 2009, p. 35).

De acordo com Riccardo Cappi (2017), a TFD rompe com a tentativa de validar uma ou mais hipóteses predefinidas a partir de um quadro teórico estabelecido. Em vez disso, seu enfoque reside na geração de hipóteses, extraídas da observação da realidade empírica, resultando na formulação de uma proposta teórica. Esta proposição é então submetida à verificação, discussão e comparação com outras formulações teóricas já existentes. A TFD se dedica especialmente à compreensão das maneiras pelas quais as participantes da pesquisa interpretam a realidade, dentro do contexto do problema de pesquisa elaborado.

Como pesquisadora iniciante na técnica, percebo a importância de destacar que a TFD, por sua própria natureza, se apresenta como uma metodologia flexível e adaptável (Cappi, 2017, p. 393), permitindo certa margem para desenvolver minha própria maneira de aplicá-la e compreendê-la.

Assim, a Teoria Fundamentada nos Dados foi a abordagem mais apropriada para investigar as percepções das pessoas que residem na Ocupação Contestado. Essa metodologia permitiu uma compreensão aprofundada dos fenômenos estudados, evitando que toda a análise partisse de uma perspectiva dedutiva, de categorias teóricas à empiria, e fosse predominantemente indutiva, da empiria à elaboração de hipóteses. Além disso, possibilitou

que os dados conduzissem o processo final de construção teórica, resultando em uma análise mais imersiva e abrangente da realidade investigada e complementando o aporte teórico inicial.

Ainda, a metodologia possibilitou que a análise dos dados fosse realizada concomitantemente às entrevistas, permitindo um aprimoramento contínuo do processo. A prática constante de comparar etapas na análise de dados, um princípio fundamental TFD, possibilitou que as observações feitas durante a codificação influenciassem diretamente as subsequentes entrevistas. Kathy Charmaz (2009) destaca a importância de adotar uma postura humilde e receptiva como pesquisadora para captar as opiniões autênticas e não influenciadas dos participantes, fortalecendo assim a legitimidade da teoria desenvolvida na análise dos dados. O exemplo fornecido reforça esse ponto, destacando que há dados cruciais para a pesquisa que só emergiram quando a entrevista foi conduzida com um foco maior em acompanhamento do que em direcionamento dos participantes.

Partindo para análise propriamente dita, seguirei o percurso indicado por Riccardo Cappi (2017), composto por três etapas fundamentais: a *codificação inicial ou aberta*, a *codificação axial* e a *codificação seletiva*.

A *codificação inicial, ou aberta*, envolve a atribuição de um código (ou categoria) a cada uma das sequências extraídas dos discursos. Já a *codificação axial*, consiste na comparação das categorias abstraídas dos dados empíricos, bem como de suas propriedades e dimensões, para iniciar a elaboração de uma articulação teórica entre elas, que levará à formulação de hipóteses. Por fim, a *codificação seletiva* é aquela que possibilita a integração final de uma proposta teórica, em torno de uma categoria ou narrativa central, funcionando como o ponto focal ao redor do qual todas as categorias giram. (Cappi, 2017)

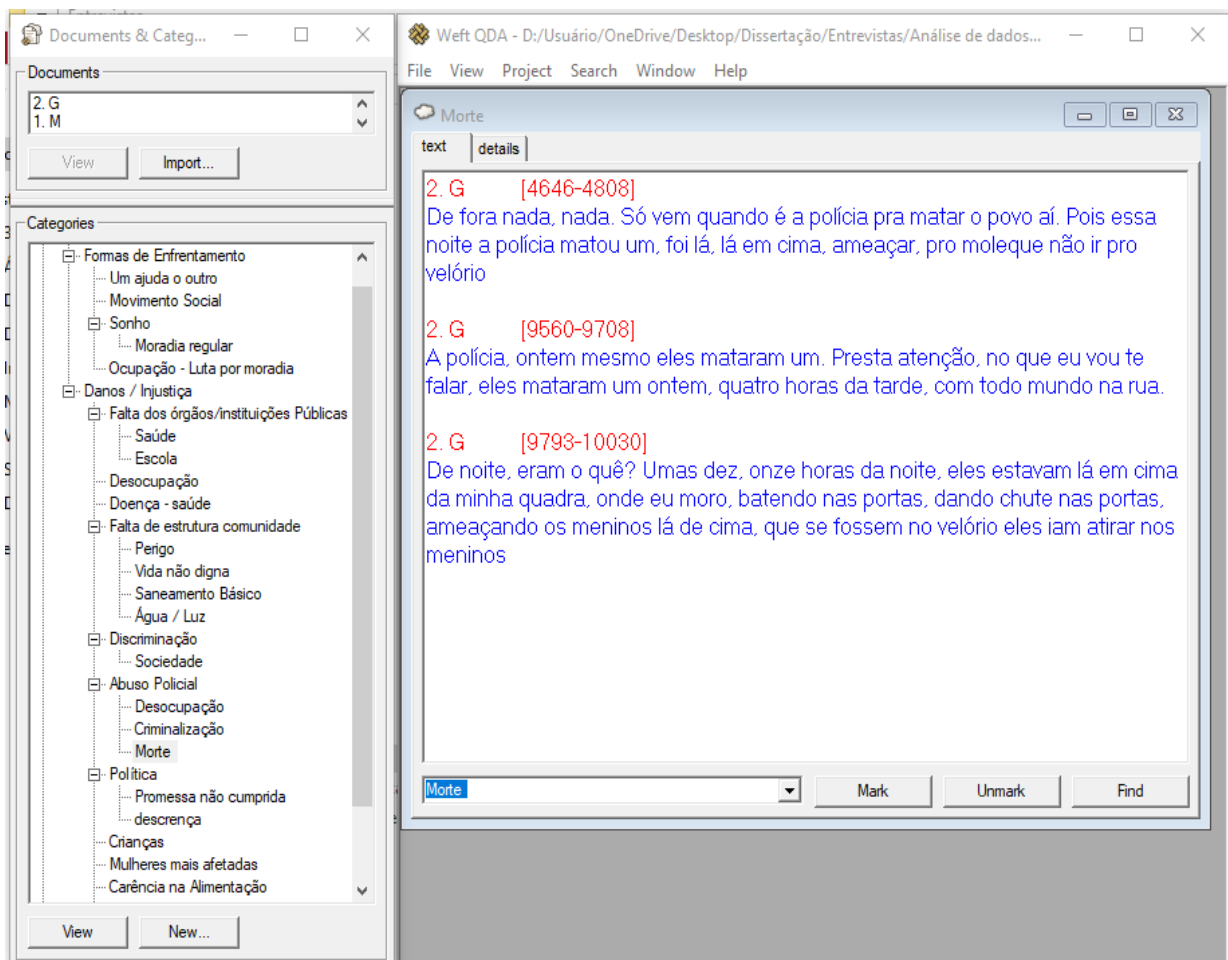
3.2.1 *codificação inicial ou aberta*

Após a transcrição das entrevistas, dei início à codificação inicial, onde estabeleci códigos a partir de palavras, frases ou expressões que refletiam a ação analisada na linha ou incidente. Utilizei o programa *Weft QDA* para esta etapa e ao longo de todo o processo de análise. Desenvolvi um sistema de organização baseado nos principais temas percebidos nas entrevistas. Por exemplo, frases como "a polícia vem aqui e entra sem bater" e "a polícia não respeita ninguém" foram categorizadas como "abuso policial", refletindo um tema recorrente sobre as interações entre as moradoras da ocupação e as autoridades policiais. Esse sistema de codificação foi constantemente modificado, ajustado e refinado ao longo do processo de análise, garantindo uma representação precisa e abrangente dos dados construídos.

Ao todo, foram utilizadas 30 categorias para orientar o momento inicial desta fase, quais sejam: i. danos/Injustiças; ii. política; iii. promessa não cumprida; iv. descrença; v. abuso policial; vi. desocupação; vii; criminalização; viii morte; ix. despejo; x. discriminação; xi. órgãos/instituições públicas; xii. saúde; xiii escola; xiv. falta de estrutura na comunidade; xv. água; xvi. luz; xvii. saneamento básico; xviii. vida não digna; xix. perigo; xx. saúde/doença; xxi. insegurança alimentar; xxii. mulheres mais afetadas; xxiii. crianças; xxiv. danos anteriores à ocupação; xxv. formas de enfrentamento; xxvi. movimento social; xxvii. um ajuda o outro; xxviii. sonho; xxix. moradia regular; xxx. luta por moradia.

Para uma melhor visualização, abaixo é possível observar a disposição visual do programa, as categorias encontradas, e a janela de uma das categorias com os trechos das entrevistas.

Figura 14: Weft QDA - categoria “morte”.



Fonte: acervo pessoal (elaborado pela autora)

3.2.2 codificação axial

Na codificação axial foi possível explorar as categorias e aglutiná-las em grupos mais amplos, embora já seja possível observar essa aglutinação na imagem acima, ela foi o resultado desta etapa e de um processo de observação e adequações contínuas. Por exemplo, o que havia sido categorizado inicialmente como “morte”, onde constavam relatos sobre mortes praticadas pela polícia, passaram a integrar também a categoria “abuso policial”.

Dessa maneira, ao final foi possível perceber que os discursos se dividiam em dois momentos opostos, quais sejam, os problemas enfrentados e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas. Assim, ao final da *codificação axial*, optei por dividir a análise em dois grandes grupos ou categorias centrais que chamei de: **i. Os danos/injustiças socioambientais** e **ii. As formas de enfrentamento**. A partir desse pressuposto criei dois quadros de análise, nos quais foram elencados todos os discursos que se encaixavam dentro do respectivo grupo, o que pode ser observado nas tabelas anexas no APÊNDICE C e no APÊNDICE D.

Ao final da análise dos *danos e injustiças socioambientais*, percebi a existência de 11 grupos de danos ou injustiças, sendo eles: **i. política**; **ii. abuso policial**; **iii. despejo**; **iv. discriminação**; **v. órgãos/instituições públicas**; **vi. falta de estrutura na comunidade**; **vii. saúde/doença**; **viii. insegurança alimentar**; **ix. mulheres mais afetadas**; **x. crianças**; e **xi. danos anteriores à ocupação**.

Na segunda tabela, denominada *formas de enfrentamento*, é possível observar estratégias desenvolvidas pelas moradoras da ocupação para lidar com os problemas enfrentados no dia a dia da moradia irregular, quais sejam: **i. movimentos sociais** e **ii. um ajuda o outro**. Além disso, na última categoria da tabela é possível observar trechos que remetem à esperança de uma vida melhor com a resolução do problema. Optei por aglutinar na mesma tabela, uma vez que esperar é também uma forma de lidar com as dificuldades enfrentadas.

O desdobramento dado a esta categorização, constitui a apresentação das hipóteses e a integração final de uma proposta teórica (codificação seletiva), o que será feito a seguir: .

3.3 DESDOBRAMENTOS DA REALIDADE: HIPÓTESES E DISCUSSÃO DAS CATEGORIAS APRESENTADAS

Na etapa final da pesquisa, o desenvolvimento teórico se fundamenta nos dados construídos durante a pesquisa empírica, os quais foram organizados por meio de códigos e categorias, conforme descrito anteriormente. Essa abordagem visa formular hipóteses que

explicitem os padrões observados nas informações obtidas. Utilizo também teorias e conceitos já existentes que possam respaldar as hipóteses formuladas. Ao final, apresento uma teoria baseada nos dados que integrará e sintetizará as observações. Para facilitar a visualização desse processo, criei o seguinte roteiro:

- I. *Análise dos dados da pesquisa*: a) analisei os resultados das entrevistas realizadas; b) identifiquei padrões, tendências e temas comuns das respostas das participantes; c) separei o resultado em dois grandes grupos, violações de direitos relatados pelas participantes e as formas de enfrentamento encontradas para lidar com essa realidade. Essa parte é a síntese do tópico anterior.
- II. *Formulação de hipóteses (abstrações)*: com base na análise dos dados, formulei cinco hipóteses que explicam as circunstâncias observadas, quais sejam: a) “Daí estamos aqui até hoje, nessa pendura”: o processo de vitimização e o papel do Estado; b) “Me senti uma bandida no mundo”: o processo de criminalização e o papel da polícia nos conflitos fundiários; c) “Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão”: o papel de cuidado e as violências de gênero em meio à luta por moradia digna; d) “Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??”: danos anteriores e formas de enfrentamento; e e) A busca por “moradia digna” como um ideal de paz e justiça.
- III. *Revisão da literatura*: Realizei uma revisão da literatura previamente discutida no capítulo um, com o fim de obter fundamentos teóricos que pudessem explicar e sustentar as ideias levantadas, contribuindo assim para uma análise mais sólida e embasada dos resultados obtidos. Foram então introduzidos junto à discussão das hipóteses conceitos da Criminologia Verde do Sul; da abordagem do Dano Social; da Criminologia Crítica; da Vitimologia; da Necropolítica, do Feminismo Descolonial e da Justiça Restaurativa.
- IV. *Desenvolvimento da proposta teórica*: com base na análise dos dados, hipóteses formuladas e revisão da literatura, busquei desenvolver uma proposta teórica que explicasse os fenômenos percebidos pelas participantes da pesquisa, o objetivo é obter uma compreensão mais ampla das realidades para pensar em possíveis intervenções, mudanças e reparações.
- V. *Conclusão*: Sintetizo o percurso e apresento os resultados, destacando as hipóteses e proposta teórica. Por fim, almejo discutir as implicações das descobertas e sugerir possíveis direções para futuras pesquisas ou ações práticas.

3.3.1 “Daí estamos aqui até hoje, nessa pendura”: o processo de vitimização e o papel do Estado.

Após uma análise minuciosa das entrevistas realizadas, identifiquei a presença de 11 grupos distintos de danos ou injustiças. É importante ressaltar que, em certa medida, alguns danos são interligados, o que pode resultar em certas frases sendo classificadas em mais de uma categoria. Além disso, a escolha das categorias é subjetiva e essa divisão foi escolhida por acreditar que essa organização foi a mais adequada aos objetivos do trabalho.

O primeiro tópico elencado na tabela de danos foi a categoria “**culpa do prefeito**”, ela está relacionada com a visão das participantes sobre a representação política. Política é um aspecto essencial da vida em sociedade, que abrange a tomada de decisões, a distribuição de poder, os valores e ideologias, o gerenciamento de conflitos e a participação cidadã. É um campo amplo e complexo que molda a forma como vivemos, interagimos e nos organizamos como comunidade. No contexto de uma democracia participativa, as pessoas da comunidade estão muito mais mobilizadas do que a maior parte das pessoas. Essa mobilização reflete uma busca ativa por justiça e um esforço contínuo para garantir que suas vozes sejam ouvidas e seus direitos respeitados.

Por sua vez, os representantes políticos deveriam representar um papel fundamental, pois são eles que, quando eleitos, têm a responsabilidade de defender os interesses de seus eleitores. Assim, a eficácia da política depende, em grande medida, da integridade e competência desses representantes, o que, segundo os relatos, não é percebido na ocupação.

O fator primordial que levou à criação da categoria foram as reiteradas menções sobre o fatídico dia que uma promessa não cumprida em vésperas de eleições municipais resultou em uma vida de violações de direitos. Como por exemplo, quando Dandara mencionou: “foi bem sofrido, né? Porque eles estavam no terreno lá debaixo, depois você vê, prefeito tirou todo mundo, daí foram parar ali no ginásio”.

Esse episódio despertou sentimentos nas participantes que aparecem vivos mesmo após 11 anos do ocorrido. Esses sentimentos podem ser compreendidos como uma descrença generalizada percebida na falta de confiança nas instituições políticas e nos representantes eleitos, bem como em uma desmobilização do exercício da democracia representativa.

A falta de confiança nos governantes é tão grande que é mencionada a má-fé no fornecimento de políticas públicas. Os moradores acreditam que o terreno doado pela SPU para construção das moradias sociais não foi aceito pelo município de São José, porque a administração teria interesse em construir apartamentos para pessoas de classe média, tendo em

vista a localização privilegiada do imóvel. Essa ideia é percebida no discurso de Marielle: “Eles ainda têm a intenção de desviar o nosso terreno, né?”. Ela menciona também a intenção de não exercer mais o voto e incentivar que outras pessoas façam o mesmo: “Minha revolta é de um dia conseguir fazer a maioria do povo que eu conheço, que é muita gente, nunca mais votar, entendeu?”.

Essa revolta aparece vinculada também a uma falta de empatia dos funcionários públicos. Em um dos relatos consta que “[...] na época da política eles entram aqui dentro, enxergam e não comove o coração deles quando estão lá dentro no poder”. Existe uma perplexidade, é difícil para as moradoras acreditarem que mesmo tendo conhecimento da situação, não é feito nada a respeito. De acordo com Carolina, “eles estão fazendo pouco caso conosco”.

A próxima categoria analisada é a “**discriminação (desumanização)**” e, na minha concepção, ela ultrapassa a ideia convencional de discriminação. Quando falamos de discriminação, geralmente pensamos em preconceitos relacionados à classe, raça, etnia, gênero ou outras características que perpetuam desigualdades e injustiças sociais. Embora esses aspectos estejam presentes permeando todas as vivências, os relatos que resultaram na criação da categoria vão além dessa faceta. Eles abordam como as pessoas se sentem em relação à vida em sociedade fora dos muros da Contestado, abordam a criminalização (tanto do imaginário social, como das instituições) e as limitações de acessos causadas pelo local de moradia.

A maioria das pessoas participantes contam que não são bem tratadas quando mencionam morar em uma ocupação. Segundo narra Marielle: “[...] A gente é discriminado de todas as formas, porque está aqui dentro. Entendeu?!” Dandara complementa a ideia com outro relato: “[...] ah, pra falar a real, quando eu saio, eu não falo que eu moro aqui. Porque eles acham que na favela só mora bandido. Só mora gente que não presta”. Através dos relatos é possível perceber que as pessoas acreditam que morar em uma ocupação urbana é o fator determinante para as restrições de acesso a direitos básicos que sofrem.

A ausência de comoção dos representantes eleitos, assim como a discriminação generalizada que sofrem, podem ser observadas a partir de uma ideia de desumanização. Frantz Fanon descreve a cidade do colonizado como um lugar de má-fama, onde as pessoas vivem em condições de extrema precariedade e são vistas como pessoas de má reputação, um lugar onde “eles nascem, pouco importa onde ou como; morrem lá, não importa onde ou como” (Fanon, 2008). Este pensamento se conecta profundamente com a realidade da Ocupação Contestado. Assim como a cidade do colonizado, a partir do que se percebe nos relatos, a Contestado é vista como um espaço de má-fama, onde seus moradores são estigmatizados e vivem em um mundo

sem espaço, ajoelhados perante as injustiças estruturais que perpetuam suas condições de vida sub-humanas.

Essa percepção reflete a tradição colonial, onde o racismo opera para destituir suas vítimas da condição humana, resultando na desumanização dos corpos que ocupam espaços específicos. Esse exercício diário transforma as pessoas alheias às problemáticas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro, visto que se tratam de "outros" desumanizados e considerados indignos de atenção e preocupação. Como afirma Mbembe (2019, p. 41), "soberania é a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é 'descartável' e quem não é."

A discriminação e a desumanização aparecem permeando toda a análise, mas também estão intimamente ligadas à próxima categoria que denominei como "**prefeitura**". Essa categoria representa o descaso e a ausência de suporte do serviço público, o que, além de contribuir para as vulnerabilidades pré-existentes, acaba gerando novas esferas de problemas sociais.

Há diversas queixas relacionadas à assistência social, canalizadas principalmente através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Durante a entrevista, Marielle expressou suas preocupações, destacando um problema específico que enfrentava naquele momento: "eu tô ligando pra assistência social e até agora não me atenderam". Tereza também expressou dificuldade nesse mesmo sentido: "Porque ali no CRAS, o pessoal me dava comida, agora não me deram mais". A mesma reclamação é feita por Dandara: "eu fui no CRAS, tentar pegar uma cesta agora, né? Não consegui".

A maioria das reclamações está relacionada à falta de distribuição de cestas básicas. Muitas das pessoas participantes não têm recursos para comprar alimentos suficientes para suas famílias. Na ausência de suporte da assistência social municipal, a única alternativa é recorrer às doações da comunidade, coordenadas pela liderança comunitária.

A falta de acesso ao CRAS levou à criação da categoria "**cesta básica**". Essa categoria remete à ideia de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que está definida no art. 3º, da Lei nº 11.346/2006 como:

a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, econômica e socialmente sustentáveis.
(BRASIL, 2006)

A falta de acesso a alimentos nutritivos afeta negativamente a saúde e o bem-estar da comunidade. Essa privação nutricional não apenas compromete a saúde física, aumentando o

risco de doenças e deficiências nutricionais, mas também impacta negativamente o desenvolvimento cognitivo e emocional, especialmente em crianças. Assim, a má qualidade da habitação relaciona-se diretamente com a insegurança alimentar, afetando não apenas o bem-estar individual, mas também o desenvolvimento social das pessoas que vivem em regiões periféricas.

Ainda na categoria órgãos e serviços públicos, além da falta de atendimento do serviço social, aparecem muitas vezes as reclamações de atendimento de saúde. É possível observar a questão no seguinte relato de Lélia: “eu cheguei a usar uma cadeira de rodas que não necessitava, se eu tivesse tido atendimento antes no posto”. Do mesmo modo, quando questionei Tereza, que à época enfrentava um câncer terminal, sobre o acompanhamento feito pelo posto de saúde, ela relatou:

é um caso sério. Às vezes o médico manda chamar a gente, a gente tem que estar lá três horas, mas eu não posso caminhar, eu tenho que ter um carro. E eles não vem buscar. Não vem mesmo.

As queixas também foram relacionadas à discriminação, é o que percebe Marielle: “A gente é discriminado até no posto de saúde”. Os relatos sobre a dificuldade de acesso aos serviços de saúde levaram à criação da categoria “**posto sem saúde**” e geraram algumas reflexões que merecem destaque. Primeiro, o caso de Tereza, negligenciada no serviço público, mesmo enfrentando um câncer terminal. Em segundo lugar, a importância do debate sobre saúde mental e acesso a profissionais da psicologia nas regiões periféricas, onde a escassez de recursos reflete diretamente em questões emocionais. E, como a falta de acesso à infraestrutura adequada, gera outras doenças.

Na última vez que visitei a comunidade, recebi uma notícia de que Tereza havia falecido. Recordo o dia em que fui à sua casa para realizar a primeira entrevista desta pesquisa. Ao me deparar com ela, vi uma mulher frágil, magra, com uma faixa na cabeça que cobria um de seus olhos, revelando o volume do tumor abaixo do curativo. Apesar de sua condição física delicada, Tereza foi incrivelmente forte e acolhedora ao compartilhar os desafios que enfrentava na comunidade ao longo de sua vida lá.

Tereza foi a única entrevistada que não demonstrou otimismo em relação à resposta do Estado para resolver os problemas da comunidade. Ela relacionou o dia da ocupação com o dia em que falaram que o mundo ia acabar, em 12/12/12, e desde então estavam presos nessa situação desesperadora. Talvez Tereza já soubesse que não estaria aqui para testemunhar a prometida solução de ter uma casa digna para morar.

Quando Marielle me contou sobre o falecimento de Tereza, seu relato foi tão impactante que está sendo difícil lembrar dele com todos os detalhes. Marielle explicou que, quando Tereza

começou a se sentir mal, procuraram um hospital, mas inicialmente disseram que não havia o que fazer. Tereza ficou em uma maca no corredor, aguardando que um quarto ficasse disponível. Seu tumor acabou rompendo, e Marielle compartilhou que até mesmo “bichos” saíram do local, enquanto ela mesma fazia a limpeza.

Depois de muita insistência e ameaças de denúncia à administração do Cepon, conseguiram um quarto para Tereza em algum hospital que não me recordo. No entanto, já era tarde demais. Logo após ser transferida, Tereza faleceu, mais uma vez sem o suporte adequado. A lembrança de Tereza permanece como um testemunho de negligência e falta de cuidado.

Para além do meu relato pessoal sobre a morte de Tereza, outras questões foram levantadas pelas participantes sobre o acesso à saúde, lembro que Dandara se emocionou ao relatar que enfrentava depressão. Ela relacionou a doença psicológica com outros problemas de saúde e com as dificuldades do dia a dia com o filho diagnosticado com autismo:

E estou tomando remédio para depressão, porque imagina, né? Eu já estou com essa coisa do braço, mas essa do meu filho, está difícil de aceitar (se emocionou) eu estou há três dias com arritmia. Aí você vai num posto e eles te dão só um comprimidinho pra botar embaixo da língua e te mandar embora.

Perguntei se ela acreditava que morar na ocupação contribuía para esses problemas psicológicos, ela concluiu que sim e relatou: “Também né, é falta d'água, é aquela ansiedade, a gente vai sair ou não vai, se vai vir despejo ou não vai, é bem difícil assim, é raro vir a ajuda pra cá também, é raro”.

A escassez de água é uma preocupação recorrente na categoria, conforme evidenciado pelas experiências compartilhadas durante as entrevistas. Quase todas as participantes mencionaram a impossibilidade de consumir a água disponível, pois é frequentemente contaminada e causa diversos problemas gastrointestinais, como viroses, dores abdominais e vômitos. Quando perguntei para Marielle se alguém já ficou doente por causa da água, ela contou: “Muito, já aconteceu muito caso de pessoas doentes, eu, mesmo, semana passada, tava com vômito e tudo, enjoo, enjoo..”. Por sua vez, Lélia relata que evita consumir a água, porque tem muita dor de barriga: “só que eu na verdade não consumo muito essa água porque eu tenho muita dor de barriga”.

Assim como Lélia, outras pessoas relataram ter que gastar dinheiro, mesmo quando estão financeiramente limitadas, para adquirir água de bombonas, indicando um ônus adicional em meio à escassez. A relação entre falta de água e saúde é indiscutível, pois a água contaminada é um vetor comum de doenças gastrointestinais e outras infecções, especialmente em comunidades com acesso limitado à água potável e saneamento básico adequado.

A falta de água limpa não apenas afeta a saúde das pessoas, mas também reflete a inadequação da infraestrutura disponível. Assim, a escassez de água também se conecta com outra categoria, identificada como “**perrengue**”. Essa categoria engloba questões relacionadas à habitação, território, acesso à água, eletricidade e saneamento básico.

A partir das entrevistas foi possível perceber que a falta de infraestrutura básica agrava os problemas sociais e a qualidade de vida das moradoras e moradores da ocupação. “Daí, estamos aqui até hoje, nessa pendura”. Tereza utiliza a palavra “pendura” para descrever a situação complicada da comunidade que se prolonga no tempo. Ela demonstra uma insatisfação generalizada, com problemas de todos os tipos e sem perspectiva de melhora.

A expressão "pendura" capta perfeitamente a sensação de suspensão e incerteza que permeia a vida das pessoas que vivem na Contestado. Ela não apenas ilustra a precariedade constante e a instabilidade das condições de vida, mas também dialoga com o mundo jurídico, onde decisões cruciais sobre os direitos e a dignidade dessas pessoas permanecem em um limbo. A ideia de "pendura" encapsula a insegurança e a incerteza que são os pilares do sofrimento cotidiano na comunidade, desde a falta de acesso a alimentos básicos e serviços públicos até a ameaça constante de despejo pelas mãos da polícia. A expressão transmite uma imagem de vidas, literalmente, penduradas por um fio, onde qualquer ação parece mais inclinada a agravar a situação do que a resolver os problemas fundamentais.

Alguns trechos das entrevistas mencionam também que quando chove os problemas estruturais são agravados, muita sujeira é trazida para a frente das casas devido à inclinação do local e à precariedade do solo. “Sujeira ‘sujeirada’, mulher, quer ver quando chove”, narra Tereza. Essa falta de estrutura e os buracos da rua também dificultavam a mobilidade dela, que, devido às suas limitações, sequer conseguia transitar na comunidade.

Adicionalmente, várias pessoas relataram que suas primeiras residências acabaram desabando devido à falta de estrutura, sendo necessário construir novas, com a colaboração dos próprios moradores. Em relação à estrutura das casas, todas expressam insatisfação, mencionando problemas como infestação por cupins, risco de desabamento e vazamentos durante as chuvas, que danificam os pertences. Lélia compartilha: “A minha casinha não era aqui, era no final dessa rua era um chalé que caiu”. Quando questionada sobre o que gostaria de mudar na estrutura da casa, ela responde: “Tudo. Ela está caindo de Cupim”. Tereza acrescenta: “Não, menina, se eu te contar, eu preciso de tudo”.

As reclamações em relação à energia elétrica e ao abastecimento de água também são muitas. Os relatos apontam que as ligações de água, luz e esgoto são irregulares, tendo sido construídas pelos próprios residentes devido à ausência de intervenção da prefeitura. É o que

se extrai, por exemplo, do seguinte relato: “Aí a gente pega água dali, a luz também, do poço. É irregular. [...] A gente fez tudo ali, tudo o pessoal, o povo que se ajudou e foi fazer”. Dandara complementa: “A falta do saneamento básico, que no caso é o esgoto, a água, a questão da luz também, porque todo mundo sabe que a nossa luz é gato”. Essa falta de manutenção adequada resulta em situações perigosas, como incêndios nos fios elétricos, destacando a insegurança vivenciada pelos moradores. Marielle contou que: “às vezes pega fogo no circuito. É perigoso”.

Entre os problemas estruturais enfrentados, a escassez e a má qualidade da água emergem como os mais graves, como observado por Zumbi: “a nossa maior dificuldade aqui é sobre água”. Além dos problemas de saúde já mencionados, a água falta diariamente e só chega durante a madrugada, forçando as pessoas a armazená-la em baldes para uso ao longo do dia. Dandara comenta que precisa levantar quase de madrugada para poder lavar as roupas: “a água aqui é todo dia, a gente fica sem água, ou tu levanta às cinco da manhã pra lavar roupa, até umas 7 da manhã, ou tu não tem água”. Carolina comenta que precisou se adaptar à dinâmica: “já me acostumei a levantar cinco e pouca da manhã e encher tudo”. Além disso, a água vem suja, conforme relata Lélia: “ela vem com sujeira que até entupiu minha máquina. É a água que a gente consome”.

Essa situação literal de lidar com água suja reflete metaforicamente o ditado popular “lavando com água suja”, que implica tentar limpar ou resolver algo utilizando meios inadequados ou ineficazes. Na comunidade da Contestado, essa realidade é vivida diariamente, onde as moradoras e os moradores são forçados a enfrentar seus problemas mais profundos com recursos e infraestruturas precárias. A água suja, incapaz de proporcionar uma limpeza adequada, simboliza a luta constante contra um sistema que, em vez de oferecer soluções, perpetua e agrava as dificuldades enfrentadas.

Após a análise dessas categorias, concluo que as participantes são conscientes das diversas injustiças que sofrem em seu cotidiano, essas experiências podem ser vistas por dois ângulos, o da vitimização e o do dano social.

Embora as participantes possam não expressar essas injustiças em termos de dano social, conforme definido pela abordagem da *criminologia verde* e do *dano social* debatidos anteriormente, elas claramente sentem os impactos negativos em sua rotina diária. É importante reconhecer que esses danos são, de fato, consequências das políticas e práticas estatais, como evidenciado pelas perspectivas das participantes.

Budó (2021, p. 29) ao discorrer sobre a ampliação do objeto da criminologia menciona que, embora a criminologia crítica, em algum aspecto, já tenha se preocupado com danos causados pelo Estado, uma vez que o controle seletivo de corpos é seu objeto há bastante tempo,

tem se preocupado pouco com outros “danos sociais invisíveis” relacionando esse conceito à exposição a agrotóxicos e ao desmatamento, por exemplo. Nessa perspectiva e com base no levantamento bibliográfico feito anteriormente, defendo a expansão do objeto da criminologia para alcançar também os danos encontrados no dia a dia das periferias urbanas, como os relatados nas entrevistas.

A partir da análise de dados feita aqui, demonstrei, a partir da perspectiva das próprias pessoas afetadas, que esses danos se manifestam de várias maneiras, desde a falta de estrutura adequada nas residências durante chuvas, resultando em perdas materiais significativas, até a escassez crônica de água, eletricidade e saneamento básico. Além disso, as condições precárias de vida contribuem para a proliferação de doenças, tanto aquelas causadas diretamente pela falta de infraestrutura quanto aquelas que são agravadas por essa falta, exacerbando ainda mais a situação de vulnerabilidade.

A discriminação também é uma preocupação significativa, afetando não apenas a interação social das participantes, mas também sua acessibilidade aos serviços públicos essenciais, configurando uma verdadeira desumanização dos indivíduos. Essa falta de igualdade no tratamento e na prestação de serviços só agrava o peso dos desafios enfrentados pela comunidade. Além disso, há uma perda generalizada de confiança nas autoridades designadas para fornecer assistência àqueles que mais precisam. Essa falta de fé no sistema representa um obstáculo adicional para a busca de soluções para os problemas enfrentados pela comunidade.

Conforme Galtung (1969) orientou, a violência está presente quando as pessoas são influenciadas de tal forma que suas realizações ficam abaixo de suas potencialidades. Ele rejeita um conceito restrito de violência e propõe a ideia de violência estrutural, que se relaciona com a noção de vitimização. Assim, pode-se afirmar que as pessoas que vivem na Ocupação Contestado sofrem um processo de violência estrutural e desumanização que as tornam vítimas.

Mas por que essas pessoas não são percebidas como vítimas? Ao trabalhar o conceito de "vítima ideal", Nils Christie (1986) explica que a vítima ideal é aquela que mais prontamente recebe esse status ao ser vítima de um crime. Ele utiliza o exemplo de uma velhinha frágil, que pratica atividades moralmente aceitas e que é agredida por um ofensor forte e grande. Segundo ele, a vítima ideal deve ser ouvida, mas deve ser fraca o suficiente para não se tornar uma ameaça a outros interesses importantes.

Em contrapartida, Christie (1986) fala sobre as vítimas não ideais, que são aquelas que, embora se reconheçam como vítimas, não são percebidas como tal porque contrariam interesses importantes e porque não conseguem apontar facilmente um ofensor. Quanto mais ideal é a

vítima, mais ideal se torna o ofensor. Quanto mais ideal é o ofensor, mais ideal é a vítima. A ideia de vítima não ideal parece responder à pergunta acima.

Por muito tempo, o conceito de vítima esteve vinculado à noção de alguém sacrificado, fragilizado, merecedor de apoio, assistência e proteção do Estado e de organizações sociais (Veloso, 2018). Agora, precisamos expandir essa ideia para incluir aquelas pessoas que são impedidas de alcançar seus potenciais devido à restrição de recursos, que estão na linha de frente da luta por direitos, que não são fracas e que contrariam os interesses das classes dominantes.

As participantes da pesquisa experienciam um processo de vitimização e desumanização que as torna vítimas não ideais de um sistema colonial que as têm excluído desde sempre. Essa exclusão contribui para que essas pessoas se tornem vítimas criminalizáveis, sujeitas ao processamento, julgamento e punição do mesmo sistema que as formatou (Veloso, 2018). Mas essa discussão merece um tópico próprio.

3.3.2 “Me senti uma bandida no mundo”: o processo de criminalização e o papel da polícia nos conflitos fundiários

Na tabela onde foram elencados os danos e injustiças socioambientais, também foi incluída a categoria denominada “**a polícia**”. Propositamente ela foi omitida da análise da hipótese anterior, não por não a considerar uma forma de injustiça e vitimização, mas por merecer uma atenção especial nesse debate.

A categoria “a polícia” também está frequentemente associada à discriminação. Por exemplo, quando Lélia relata os preconceitos que enfrenta das pessoas que residem próximas à ocupação, ela enfatiza que é percebida como criminoso. De acordo com seu relato, há uma generalização injusta, na qual todos na comunidade são rotulados como bandidos, sem considerar suas realidades individuais. Como Lélia expressou: “eles achavam que todo mundo aqui era bandido, ninguém trabalhava, ninguém fazia nada, só queria viver as coisas do governo”.

Do mesmo modo, ocorre a criminalização pelas agências de polícia. É assim que os marginalizados socialmente são transformados em potenciais criminosos, sendo alvos tanto do controle penal, quanto do controle social (Andrade, 2012). Em outras palavras, a discriminação leva à criminalização de certos grupos sociais, enquanto a criminalização perpetua e reforça a discriminação.

Os moradores e as moradoras da ocupação, apesar de viverem um processo de vitimização, conforme demonstrado no tópico anterior, não são vistas assim, nem pela sociedade, nem pelo Estado. A ausência de percepção dessas pessoas como vítimas facilita a categorização delas como criminosas. Ou seja, por não se assemelharem ao estereótipo de “vítima ideal” (Christie, 1986), elas são mais prontamente associadas ao estereótipo de “bandido”, sendo tratadas como tal e nunca reconhecidas como vítimas. Isso reflete a ideia de “vítima criminalizável” (Velo, 2018).

Mas esse debate não é novidade na Criminologia Crítica. Conforme nos ensinou Vera de Andrade (2012), a violência policial nas periferias urbanas reflete o uso do poder estatal para manter desigualdades e suprimir grupos considerados marginais. A criminalização é aplicada de forma desigual, principalmente contra os pobres e negros, aumentando sua exposição à violência policial. O sistema penal prioriza o controle de certos grupos em vez de conter a prática criminal, evidenciando sua seletividade e direcionamento contra pessoas específicas, em vez de ações consideradas criminosas. É assim que, conforme leciona Lélia González (1980), o território sempre foi e sempre vai ser fator determinante dos problemas sociais.

Ao analisar as entrevistas, é curioso notar que a presença da polícia é frequente em diversos contextos, em contraste com a ausência de outros serviços públicos que nem mesmo chegam ao local. Isso possibilitou traçar uma espécie de linha do tempo das violações praticadas pela polícia, que dividi em "ontem", "hoje" e "amanhã". O "ontem" refere-se ao episódio da desocupação. Naquela ocasião, os/as moradores/as da ocupação estavam construindo barracos de lona para demarcar o espaço onde futuramente ergueriam suas moradias. Contudo, como já mencionado, o prefeito recuou e determinou o despejo dos/das ocupantes.

A narrativa desse evento já foi abordada neste trabalho, o enfoque agora é direcionado para a maneira como a ação ocorreu. Tereza, ao relatar o momento, descreveu: “[...] Tava terminando de fazer a minha barraca, a polícia derrubou. Porque quando a polícia vem, ela já vem desmanchando tudo, botando todo mundo pra correr”.

Embora o despejo seja uma prática comum no processo civil, especialmente em ações de reintegração de posse, não deve ser conduzido de forma truculenta. Pelo contrário, deveria ser realizado com o máximo de cuidado possível. Ao desalojar alguém, está-se privando uma família de sua moradia, muitas vezes deixando-a sem um lugar para se abrigar. Essas famílias, frequentemente em situação de vulnerabilidade social e compostas por crianças e idosos, são deixadas à própria sorte. É o que se extrai da continuação do relato de Tereza: “foi a mesma coisa que uma tragédia. Meus filhos eram tudo pequenos. Eu só pensava era neles”.

Enfrentam, assim, a violência desnecessária da polícia, que realiza a ação com força excessiva, danificando estruturas e pertences que compõem os imóveis. Tereza conta: “Teve violência da polícia contra a gente, né!? Porque vocês sabem como que eles são, né?”. Marielle complementa: “Meu Deus do céu, pelo amor de Deus, o que tinha de polícia em Santa Catarina, acho que estava tudo lá. Isso eu me lembro. Me senti uma bandida do mundo”.

A atuação da polícia e os estragos causados pelo despejo se assemelha à ação do cupim, mencionada no tópico anterior, corroendo e destruindo tudo em seu caminho. Não são eventos separados; a decisão sobre a obtenção da moradia está em espera, mas enquanto isso, tudo é arruinado, seja pela ação estatal, seja pelo tempo. Todos sabem (ou deveriam saber) que o Estado, através do seu aparato policial, tem matado nas periferias, mas o que muitas vezes é esquecido é como as pessoas realmente se sentem diante dessa abordagem, como relatado por Marielle, que se sentiu uma “bandida no mundo”, dado o imenso aparato policial mobilizado para expulsá-la de seu lar. Assim, além das consequências físicas da violência e destruição, há um impacto psicológico profundo que faz com que as vítimas se sintam criminalizadas em um contexto em que, na verdade, são os verdadeiros alvos da injustiça.

A polícia que protege a propriedade privada é a mesma que mata na ocupação. É o que se evidencia na continuação dos relatos das participantes, o que chamarei de “*hoje*” na linha do tempo criada. Ou seja, além das violências relatadas em momentos como o despejo, a violência policial persiste como uma realidade constante no cotidiano da ocupação.

No dia que fui à Contestado para a primeira entrevista, pude observar a aflição que pairava na comunidade para além do que me foi relatado. A polícia havia matado um jovem no dia anterior. Foi o que Marielle contou: “Presta atenção, no que eu vou te falar, eles mataram um ontem, quatro horas da tarde, com todo mundo na rua”. Foi possível perceber que o relato era também um pedido de socorro, frente à impossibilidade de lidarem com o ocorrido. Ela continuou a história destacando os motivos da execução, que se espalharam através de boatos na comunidade: “Essa noite a polícia matou um, foi lá, lá em cima, ameaçar, pro moleque não ir pro velório”. De acordo com ela, a execução era uma ameaça para evitar que os jovens comparecessem a um velório que seria no dia seguinte. A polícia estava usando a força letal como uma forma de intimidação, criando medo na comunidade para evitar a aglomeração de jovens no velório, o que poderia potencialmente levar a protestos e reivindicações.

As abordagens não se restringem àquele único dia; elas acontecem diariamente com qualquer pessoa que reside na ocupação. A constatação de denúncias sobre esse tipo de violência é notável, estando presentes em quase todos os relatos, mesmo envolvendo pessoas mais velhas, algumas idosas, doentes e mulheres. Lélia, uma mulher doente, compartilha sua

experiência de ser frequentemente alvo de abordagens policiais: “Várias vezes. Entraram na minha casa, quebraram a minha porta, quebraram tudo. Eu, sendo uma pessoa doente, perguntei para eles o que eles queriam da minha casa. Eles estavam em busca de drogas e armas”. Dandara também conta que foi alvo de abordagens ilegais: “Já entraram na minha casa duas vezes também, já entraram aí viram a foto dos meus três filhos na parede, aí pediu documentos de todos, puxaram a ficha deles”.

A atuação da polícia na Ocupação Contestado é tão presente que nem mesmo a vulnerabilidade física de pessoas idosas e doentes parece impedir a brutalidade das abordagens. Retomando o pensamento de Nils Christie (1986), para ser considerada uma vítima ideal, a pessoa deve ser fraca, frágil, estar realizando uma atividade moralmente aceita, estar em um local onde não possa ser culpada por estar, e ser atacada por um agressor grande e malvado.

Na Ocupação Contestado, a polícia parece ignorar as características físicas das pessoas abordadas (idosas e doentes) porque elas são percebidas como praticantes de uma conduta moralmente repugnante: a invasão de propriedade privada. Apesar de serem fisicamente frágeis, essas pessoas não se encaixam no estereótipo de vítima ideal porque a atividade que praticam é vista como ilegal e moralmente condenável, logo elas estão aptas à criminalização e à violência policial.

Essa percepção revela como a violência estrutural, as questões econômicas e morais relacionadas ao território são predominantes. A proteção da propriedade privada e a manutenção de uma ordem econômica que marginaliza os mais pobres parece justificar, aos olhos do sistema, a violência contra essas pessoas. É assustador observar que essas estruturas de poder estão tão bem amarradas que são quase inabaláveis, perpetuando a criminalização, a discriminação e a desumanização dessas pessoas.

Marielle relata uma das abordagens que sofreu: “a polícia chegou um dia, às cinco horas da manhã, eu ia saindo para ir trabalhar. A polícia me abordou, eu e mais uma moça, e veio revistar a nossa mochila para ver o que tinha dentro. E falou para nós: suas ‘ladrona’ de terra”. Esse relato reforça a ideia acima e como a criminalização aparece intimamente ligada à ideia de proteção da propriedade privada, afinal estamos falando do tempo “hoje” onde a polícia não está mais atuando para efetivar uma reintegração de posse, mas mesmo assim deixa claro o motivo de sua presença no local, a manutenção da estrutura fundiária desigual.

A criminalização e a atuação da polícia também estão intrinsecamente relacionadas à estrutura da comunidade, discutida anteriormente durante a categoria "perrengue". Um exemplo disso é a situação das ligações de energia, que são todas irregulares, tornando-se mais um vetor de criminalização. As pessoas estão sujeitas aos cortes de energia realizados pela Celesc e à

possibilidade de enfrentarem um processo judicial por ligação clandestina de energia (“gato”). Isso evidencia como a vida irregular dessas pessoas contribui para que sejam vistas e tratadas como criminosas, mesmo em situações em que estão apenas buscando suprir suas necessidades básicas de sobrevivência.

Por fim, a referência ao “amanhã” remete ao trauma resultante da presença policial e à constante ameaça de um novo despejo, os quais deixaram cicatrizes profundas e continuam a assombrar a vida das moradoras. Isso fica evidente no relato de Dandara: “É triste, porque a gente fica naquela expectativa, hoje tu deita, mas tu não sabes se amanhã tu vais deitar na tua cama de novo, porque tem o medo do despejo”. Essa incerteza também se liga à ideia de “pendura”, afinal, a demora do processo e a incerteza de seu resultado intensifica a angústia e o emocional das participantes, que se agravam ao longo do tempo.

Assim, a resposta para os déficits de cidadania e a escassez de acesso a serviços fundamentais, que causam a vitimização de massa, é o controle excessivo e a criminalização. A falta de moradia digna e seus recursos como alimentação, água, luz, saneamento básico e saúde, é ‘compensada’ pela violência policial excessiva durante as desocupações (*ontem*), pelas frequentes violências e pelas mortes dentro da comunidade (*hoje*) e pela constante apreensão e medo enfrentados pelas moradoras (*amanhã*), que vivem sob a ameaça da intervenção policial, mesmo sem terem cometido qualquer ato considerado crime pelo sistema penal.

Ainda pensando no futuro, cabe fazer uma breve menção acerca da recente aprovação pela Câmara de Deputados do Projeto de Lei n. 709/23, que tem uma conexão direta com a questão da criminalização discutida aqui. Aprovado no dia 21/05/2024, com 313 votos favoráveis e 120 contrários, o projeto busca restringir o acesso a direitos por aqueles que ocupam propriedades abandonadas. O texto aprovado faz parte de um conjunto de 17 propostas conhecido como “pacote anti-invasão de terra”, impulsionado pela bancada ruralista e pela extrema-direita do Congresso.

Entre as restrições previstas estão: a proibição de contratar com o poder público; de se inscrever em concursos ou processos seletivos para cargos públicos; de receber benefícios sociais, como o Bolsa Família; de participar de programas como o Minha Casa, Minha Vida; além da exclusão de quaisquer formas de regularização fundiária. O documento ainda confere à autoridade policial a legitimidade para identificar as pessoas envolvidas.

O projeto, além de violar uma série de garantias legais, é um claro e atual exemplo da dinâmica de exclusão e criminalização relacionada à questão fundiária. Ele deixa claro como a proteção da propriedade privada se sobrepõe em detrimento do direito à moradia, ainda que isso

implique nos mais diversos tipos de violências, seja por meio da polícia, do executivo, do legislativo ou do judiciário.

A concentração da violência policial nas comunidades pobres e em seus espaços de moradia não é um fenômeno isolado nem sem significado. Desde o surgimento das favelas, o Estado tem incumbido os agentes da lei, os policiais, com a tarefa de reprimir essas populações, seja demolindo barracos durante remoções, seja na busca por criminosos, e posteriormente, a partir da década de 1980, perseguindo traficantes e drogas. Assim, para essa parcela pobre e considerada "ilegal" da cidade, a função da polícia não é garantir direitos, mas reprimir em nome do Estado (Ferraz, 2004, p.18).

A violência policial e o controle penal, direcionados às comunidades marginalizadas, podem também ser analisados pela ótica da criminologia verde e da injustiça socioambiental. A criminalização desses grupos sociais, conforme discutido por Andrade (2012); Lomanto (2018), os transforma em potenciais infratores, gerando uma antítese entre falta de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da cidadania e a criminalização. Assim, o esverdeamento da criminologia, conforme destacado por Budó (2019), expande os limites da pesquisa ao considerar não apenas o crime e a pena, mas também o dano social, incluindo os efeitos das ações políticas, estatais e mercadológicas que perpetuam injustiças. Nesse contexto, a violência policial pode ser entendida também como uma forma de dano social que gera a injustiça socioambiental.

Isso ocorre porque a injustiça socioambiental gera impactos desiguais, sobrecarregando de maneira desproporcional as pessoas de baixa renda, conforme indicado por Acserald (2010). Dentro desse contexto de periferia, que enfrenta uma série de desafios ambientais e sociais, a violência policial emerge como um fator agravante, exigindo uma análise que vá além da segurança pública e considere também suas ramificações socioambientais.

A dinâmica de exclusão e criminalização discutida evidencia como as vítimas desse processo raramente são reconhecidas como tal pelas estruturas de poder. Ao contrário, são estigmatizadas e rotuladas como "bandidas", pois não se enquadram no estereótipo da 'vítima ideal'. Esse fenômeno é alimentado pelo controle social e pela violência policial, perpetuando um ciclo de marginalização e injustiça.

3.3.3 “Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão”: o papel de cuidado e a violência de gênero em meio à luta por moradia digna

Pela mesma razão que optei por me referir às participantes no feminino, mesmo que a pesquisa inicialmente não tenha sido direcionada especificamente para esse grupo, como expliquei na nota de rodapé que complementa o título deste capítulo, é inevitável formular uma hipótese centrada nas mulheres, pois elas já ocupavam o papel de protagonistas desta pesquisa antes mesmo de construir qualquer dado. Esse tópico, portanto, busca demonstrar como se dá a participação feminina em meio à luta por moradia e como a violência de gênero se manifesta, mesmo que de maneira velada, dentro desse contexto. Ele se origina a partir da análise da categoria denominada “**mulherada**”.

Desde a criação da Ocupação Contestado, uma mulher tem desempenhado o papel de liderança. Ela desempenha uma série de funções essenciais e de cuidado, que visam, primordialmente, o bem-estar da comunidade e a busca por um futuro melhor para os/as moradores/as do local. Entre as tarefas realizadas, cito a gestão da ocupação, a coordenação do recebimento de doações, participação em decisões políticas, organização de eventos e distribuição de mantimentos, conforme já destacado em outros momentos ao longo desta pesquisa.

Essa responsabilidade, entretanto, não é realizada de forma isolada, mas sim em uma lógica coletiva. Notei que a organização comunitária conta com uma rede de apoio formada principalmente por outras mulheres. Essas observações foram consistentes em quase todos os discursos analisados, mesmo antes de abordar explicitamente o protagonismo feminino como um tópico do questionário. Em um trecho da entrevista de Lélia, é possível perceber essa dinâmica:

“Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão, até uma festa de criança, tudo é mulherada. A mulherada que corre. Quando tem que lutar, abrir espaço pra alguma coisa, limpar terreno, tudo é mulherada que se mexe. Os homens daqui são muito vadios”.

O protagonismo das mulheres na organização da Ocupação Contestado é evidente em diversas instâncias. Marielle expressa essa dinâmica ao mencionar: “Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Patrícia”. Carolina reforça: “Se a gente precisa de alguma coisa, é a Antonieta e a Dona Marielle”. Mesmo o único homem entrevistado reconhece: “Eu não sei sobre os processos, quem sabe é a nossa líder, a Patrícia, ela que faz as coisas, ela e a Marielle que vão atrás de tudo e participam, elas vão em reunião. Já foram até em Brasília falar com o Lula”. Até mesmo o ‘funk da contestado’, destaca o papel das mulheres nos primórdios da ocupação: “A mulherada não tem moleza não, Dando duro e trabalhando pra manter a ocupação.”.

Um momento marcante durante as entrevistas foi quando apresentei uma das imagens utilizadas a partir da metodologia da foto-elicitación, sem saber sua origem ou significado. As participantes esclareceram que se tratava da cozinha coletiva, um componente vital no início da ocupação, quando as pessoas ainda viviam em barracos e dependiam de cozinhas e banheiros compartilhados. Na imagem, uma mulher está liderando a preparação de alimentos para toda a comunidade. Esse retrato ilustra o constante engajamento das mulheres no sustento, na organização e no cuidado da ocupação.

Assim, é possível perceber que em meio às dificuldades vividas emerge uma rede feminina de solidariedade que se estabelece como um robusto contraponto à ausência do Estado na resolução de questões sociais. As percepções extraídas das entrevistas servem de fundamento para reafirmar as mulheres como agentes ativos, revelando os poderes conquistados e exercidos por meio de suas vivências cotidianas. Esse trabalho é mencionado por todos como um mérito digno de reconhecimento.

Contudo, é crucial refletir sobre o impacto dessas responsabilidades, que se somam ao trabalho doméstico, ao cuidado com os filhos e, frequentemente, às atividades laborais fora da ocupação. Ao assumirem tarefas que deveriam ser responsabilidade do poder público, as mulheres enfrentam uma sobrecarga evidente, que reflete uma esfera de violência de gênero. Essa sobrecarga não apenas afeta o bem-estar físico e emocional das mulheres, mas também perpetua disparidades estruturais.

Além do trabalho realizado para manter a organização da comunidade, a falta de estrutura também afeta as mulheres de maneira mais severa. Como evidenciado pelo comentário de Dandara que, ao ser questionada sobre as mulheres serem mais afetadas pelos problemas estruturais da ocupação, respondeu de forma afirmativa: "Eu acho. As mulheres e as crianças".

Isso porque as mulheres são desproporcionalmente afetadas quando os serviços essenciais não estão disponíveis, já que muitas vezes assumem a maior parte das responsabilidades domésticas. Na Ocupação Contestado, a irregularidade no fornecimento de água é um exemplo claro disso, obrigando as mulheres a acordarem de madrugada para lavar as roupas da família e encher os baldes que suprirão a demanda de água ao longo do dia, conforme evidenciado nos relatos anteriores quando debatida a falta de infraestrutura.

Outra dimensão dessa desigualdade se manifesta nos relatos que expressam a preocupação das mães em relação às crianças e adolescentes da ocupação. Embora o objetivo desta pesquisa não seja explorar especificamente a vivência de crianças e adolescentes em situações de violações de direitos, essa realidade aparece intrínseca ao debate de gênero. Em meio aos relatos das mães, foram compartilhadas as angústias e desafios enfrentados pelos

filhos, muitas vezes dependentes da solidariedade alheia para terem acesso a pequenos prazeres, como um doce ou uma comida diferente em tempos de celebração.

Recentemente, deparei-me com uma publicação que relatava a situação de uma criança afetada pelas enchentes no Rio Grande do Sul, a qual estava acolhida em um abrigo montado em uma escola. A autora da postagem, uma psicóloga, descreveu o atendimento realizado à criança. Durante a consulta, ela notou que a criança demonstrava surpresa diante de elementos que não havia experimentado anteriormente, como os cobertores quentes doados, as refeições preparadas pela cozinha solidária, os itens de higiene disponibilizados, os barcos que transportavam as pessoas resgatadas e a estrutura do próprio abrigo instalado na escola.

Esse relato me remeteu ao dia em que visitei pela primeira vez a Ocupação Contestado para realizar uma atividade com as crianças, um evento que mencionei brevemente no início deste capítulo. Naquela ocasião, algo que me chamou a atenção na atividade foi a pergunta feita às crianças sobre suas comidas preferidas, e as respostas, predominantemente, foram "maçã", "banana" e "feijão". Esse evento se liga ao relato de Marielle que acrescenta uma dimensão importante, ao mencionar que muitas mulheres da ocupação dependem do Bolsa Família para adquirir alimentos para seus filhos, destacando a falta de variedade na dieta. Isso me levou a refletir que, muito provavelmente, se as crianças da Contestado fossem consideradas “refugiadas climáticas”, também ficariam surpresas com as roupas, comidas e estrutura fornecidas nos abrigos.

Desde o início da moradia informal, muitas mulheres tiveram que lidar com situações extremas, como experimentar uma desocupação repleta de violações, enquanto tinham bebês de colo para proteger, conforme ilustrado pelo relato de Tereza: “Meus filhos eram todos pequenos. Eu só pensava neles.”

Além disso, as mulheres dedicam várias horas de seus dias para levar filhos à escola ou para acompanhá-los ao médico. A dificuldade, já relatada, de acesso a esses serviços, além de reduzir o tempo disponível para as mulheres se dedicarem a outras atividades, também as submete a um maior desgaste físico e emocional, impactando diretamente a saúde psicológica das mães, fator que apareceu com destaque na fala de Dandara em que ela atribui a piora da saúde psicológica às dificuldades que passava para ter tratamento adequado para o filho com autismo na escola.

Assim, as mães da Ocupação Contestado enfrentam uma realidade árdua ao verem seus filhos crescerem em meio à completa falta de direitos sociais. Diante dessas circunstâncias, fica claro que as mães são diretamente afetadas pelos danos que atingem seus filhos. A preocupação

com o bem-estar das crianças também está intrinsecamente ligada ao papel de cuidado destinado às mulheres.

Historicamente, as mulheres desempenham um papel central no cuidado não remunerado, uma responsabilidade profundamente enraizada nas estruturas sociais e econômicas. Segundo o relatório da ONG Oxfam Brasil, "Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade", esse trabalho reflete desigualdades de gênero, classe e raça, sendo majoritariamente realizado por mulheres pobres, negras e, frequentemente, migrantes (externas ou internas). O relatório destaca que o trabalho de cuidado não remunerado é essencial para a economia e o bem-estar coletivo, mas permanece invisível, não reconhecido e não contabilizado nas tomadas de decisão. (Oxfam Brasil, 2020)

Nas periferias, esse cenário é ainda mais notável. Além de assumirem sozinhas o papel de criação dos filhos, as mulheres também se destacam no protagonismo quando seus filhos são mortos nas comunidades. Elas enfrentam a dor do luto e a árdua luta para que esses jovens sejam reconhecidos como vítimas, e não como criminosos³³. Além disso, essas mulheres frequentemente lideram a busca pelos mortos e desaparecidos, desafiando a indiferença do Estado. Este protagonismo é evidente tanto nos crimes de Estado contemporâneos quanto nas atrocidades da ditadura militar, exemplificado pelas Mães e Avós da Praça de Maio na Argentina e pelo Movimento Feminino pela Anistia. Em ambos os casos, as mães lutaram para esclarecer o destino de seus filhos desaparecidos, contribuindo na busca pela verdade e reparação (Paula, 2016).

Toda essa realidade afeta às mulheres da Ocupação Contestado também pode ser observada a partir da ideia de corpo-território apresentada por Gago, "Corpo território supõe a ideia de que as mulheres e as corporalidades dissidentes organizadas em luta entendem o corpo como um território extenso, ou seja, não é palco exclusivo da individualidade, mas como matéria ampliada." (Gago, 2020, p. 109). Dessa maneira, é por meio da organização política e de forma coletiva que as mulheres da Ocupação Contestado politizam seus corpos em um território de disputas. Não se resiste sozinha à colonialidade do gênero.

Todavia, quanto mais ativas e mais papéis públicos assumem, apesar de constantemente revitimizadas, mais próximas estão do estereótipo da "criminososa" e mais distantes do estereótipo da "vítima". Vera de Andrade (2007) leciona que quando o sistema de justiça criminal atua sobre a mulher vítima, ele muitas vezes duplica a vitimização feminina em vez de

³³ Ver documentário "Auto de Resistência". Um documentário sobre os homicídios praticados pela polícia contra civis no Rio de Janeiro, conhecidos como "autos de resistência", acompanha a trajetória das pessoas que enfrentam essas perdas em seu cotidiano. O filme revela como o Estado lida com essas mortes, destacando o impacto profundo na vida das famílias das vítimas e a luta incessante por justiça e reconhecimento.

protegê-la. Esse processo de controle social começa na família e se intensifica com a intervenção institucional, que expressa e reproduz dois grandes tipos de violência estrutural: a desigualdade de classes, típica das relações sociais capitalistas, e a desigualdade de gênero, característica das relações sociais patriarcais. Essas formas de desigualdade recriam estereótipos prejudiciais, exacerbando a vitimização das mulheres.

Por outro lado, Nils Christie (1986) ao abordar os estereótipos da “vítima ideal”, enfatiza que as mulheres são mais facilmente percebidas como vítimas, quando aparentam ser fracas, doentes, idosas e quando envolvidas em atividades consideradas moralmente respeitáveis pela sociedade.

Esses dois textos se relacionam ao mostrar como as instituições e a sociedade em geral revitimizam as mulheres, mas, quando conveniente, as afastam do lugar de vítimas. Isso fica claro nos exemplos de violência sexual apresentados por Andrade e Christie para ilustrar o debate. Mas também é evidente no contexto vivenciado pelas mulheres da Ocupação Contestado, que, ao lutarem pelo direito à moradia, enfrentam diversas violações de direitos, mas ao invés de serem vistas como vítimas, são vistas como criminosas devido aos seus estereótipos e ao território que ocupam. Esses exemplos destacam como a soberania patriarcal permeia diversas esferas da sociedade.

Portanto, dada a complexidade das questões em pauta, é essencial reconhecer o protagonismo e as conquistas das mulheres na busca pelo direito à moradia digna, que promovem uma organização comunitária extremamente eficaz. No entanto, é igualmente necessário compreender que o resultado disso é um sofrimento ampliado das mulheres com as injustiças socioambientais. Daí a importância de levar em consideração a desigualdade de gênero nas pautas socioambientais para dar voz às mulheres afetadas por esses desafios. A integração ativa dessas vozes no desenvolvimento de políticas públicas relacionadas ao direito à moradia é fundamental para assegurar que suas necessidades específicas sejam observadas.

3.3.4 “Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??”: danos anteriores e formas de enfrentamento

Buscando fazer uma recapitulação, lembro que a análise dos dados na etapa da codificação axial acabou sendo separada em duas grandes tabelas ou eixos centrais. Uma chamada de "*i. danos e injustiças socioambientais*" e outra chamada de "*ii. formas de enfrentamento*". Isso porque, ao final da análise, constatei essa divisão brusca de visão sobre a vida na Ocupação Contestado. Se por um lado havia diversos problemas, por outro, as pessoas

também possuíam visões otimistas e expectativas de um futuro melhor. As hipóteses trabalhadas até aqui foram baseadas exclusivamente na primeira tabela.

Na hipótese que inicio agora, primeiro trabalho a última categoria da primeira tabela: “**danos anteriores**” e depois me baseio nas categorias da segunda tabela, quais sejam: “**uma ajuda a outra**”, “**movimentos sociais**”.

O título deste tópico, por sua vez, aborda uma questão comum que frequentemente me é feita ao discutir a realidade das pessoas que vivem em moradias precárias, em áreas de risco ou mesmo em situação de rua. Muitas vezes, as pessoas questionam: “Se a situação é tão difícil, por que elas escolheriam estar aqui?”; “Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??”. Em outras ocasiões, expressam a ideia de que essas pessoas optam conscientemente por viver nesses locais, sugerindo que as consequências que enfrentam são responsabilidade exclusiva delas.

O capítulo que aborda a urbanização de Florianópolis e o surgimento dos problemas habitacionais já procurou, em certa medida, responder a essas questões. Ele demonstra que uma série de fatores, incluindo a especulação imobiliária, a urbanização acelerada e as decisões da administração pública, contribuem de forma significativa para que as áreas disponíveis para pessoas em situação de vulnerabilidade sejam justamente aquelas repletas de problemas.

Entretanto, também considerei importante entender, através das histórias individuais, o que levou cada pessoa participante da pesquisa a morar na Ocupação Contestado. Essa questão foi abordada logo no início do roteiro da entrevista, e a análise dos dados revelou resultados bastante semelhantes para todas as participantes, confirmando aquilo que já havia sido identificado na revisão bibliográfica.

A maioria das pessoas veio do interior do estado em busca de melhores oportunidades de emprego e de vida. No entanto, ao chegarem na capital, depararam-se com os altos preços dos aluguéis. A dificuldade de pagar aluguel é relatada por quase todos como o fator determinante que os levou a residir em uma ocupação urbana. Tereza relata: “Meu esposo, Seu Dirceu, veio trabalhar aqui, e nós o seguimos. Foi um caso sério. Quando chegamos, não conseguimos alugar nada, tudo era muito caro.”

Lélia, que há 10 anos já pagava um valor alto de aluguel, mesmo morando em um local afastado em São José, compartilha sua experiência: “Morava de aluguel, nessa rua geral aqui. Pagava R\$580,00 por mês em uma quitinete. Isso é o que gasto em remédios hoje. Se eu tivesse que pagar aluguel, teria que escolher entre comer ou comprar remédios.”

Outro aspecto interessante é que algumas dessas pessoas, em algum período de suas vidas, conseguiram pagar o aluguel, mas eventos inesperados desencadearam uma piora em sua

condição financeira, tornando impossível arcar com os altos custos para ter uma moradia. Lélia passou a gastar muito com remédios, enquanto Zumbi, relata que, após o falecimento de sua esposa, não conseguiu mais sustentar o custo do imóvel sozinho.

Dessa forma, é possível perceber que o aluguel onera demasiadamente as pessoas, a ponto de, ao pagarem esse valor, não conseguirem adquirir itens indispensáveis para a sobrevivência, como remédios e alimentos. Essa realidade também é bem elucidada na letra do Funk da Contestado: “Lutava tanto, não sabia o que fazer. Se eu pagava o aluguel, não sabia o que comer”.

A dificuldade de pagar aluguel se agrava ainda mais quando se trata de mães-solo, como relata Dandara: "Eu morava de aluguel. E aí não conseguia mais pagar. Ficou difícil, sozinha, três filhos...[...]". Essa questão, embora não tratada no tópico anterior, é mais uma faceta de como as mulheres acabam sendo mais prejudicadas por essas circunstâncias. Afinal, no Brasil de hoje, são muitas as mães que precisam sustentar seus filhos sozinhas.

A análise dessa realidade levanta uma questão importante: se o direito à moradia é garantido constitucionalmente, como é possível que tantas pessoas não consigam pagar um aluguel? A resposta talvez resida na desconexão entre as garantias legais e a efetiva implementação dessas garantias. A Constituição assegura o direito à moradia, mas a especulação imobiliária, a falta de políticas públicas eficazes e a desigualdade socioeconômica criam barreiras que impedem o acesso a habitações dignas. Como resultado, muitas pessoas são forçadas a escolher entre pagar aluguel e adquirir bens essenciais como alimentos e remédios, e acabam forçadas a morar em lugares inadequados.

Ainda na linha de análise acerca dos danos que as pessoas já sofriam antes de morar na Ocupação Contestado, é importante lembrar que à época do primeiro despejo, além de todas as violações que decorreram da própria ação, elas também ficaram desamparadas e sem assistência. Embora esse aspecto possa não ter sido aprofundado durante as entrevistas, é amplamente reconhecido na comunidade que, após realizar a desocupação, a administração pública não adotou quaisquer medidas voluntárias para mitigar os impactos, como fornecer abrigo ou assistência às pessoas despejadas.

Foi somente após diversas manifestações e reivindicações que o Município de São José optou por oferecer abrigo temporário no ginásio municipal. No entanto, essa medida também acarretou uma série de violações que podem ser consideradas danos anteriores à ocupação. Como a falta de lugar adequado para dormir, o que é mencionado no Funk da Contestado: "fui pro ginásio até dormi no chão". Tereza também relembra essa experiência ao relatar que, ao chegar ao ginásio, as pessoas estavam amontoadas, impedindo-a de encontrar um local para

descansar: "porque até embaixo da escada tinha gente, eu pensei assim, vou deitar em cima dos outros, não vou né".

Esses episódios contribuíram para os traumas que persistem até hoje e também para a indignação que levou à organização comunitária e à ocupação subsequente. A violação de direitos, portanto, foi uma constante na vida dos/das moradores/as, mesmo durante o único período em que receberam “acolhimento” do poder público.

Embora tenha iniciado a elaboração dessa hipótese explorando questões como o alto custo de aluguel, a falta de oportunidades de emprego, a migração e o episódio do ginásio como “danos anteriores”, essa categoria só foi pensada um pouco mais tarde, ao final da fase de construção dos dados, quando me deparei com o relato de Carolina. Ela descreve uma melhoria significativa em sua qualidade de vida desde que passou a residir na Ocupação Contestado. É interessante observar que, ao questioná-la sobre possíveis problemas estruturais, ela mencionou nunca ter se sentido tão bem, encontrando apoio, suporte na vivência coletiva.

Carolina representa um aspecto interessante da pesquisa, especialmente do método da TFD, que é a observação dos discursos que se diferenciam das categorias previamente estabelecidas. A maior parte do seu relato não se encaixava nas categorias que eu já vinha analisando, pois ela encara o dia a dia da comunidade de forma bastante otimista. Hoje, reconheço a importância de seu testemunho. Essa visão positiva talvez seja resultado do pouco tempo que ela reside no local, cerca de um ano, ou pode ser atribuída ao acolhimento que encontrou na ocupação, após ter enfrentado muitas dificuldades anteriormente. Acredito que ambas as hipóteses sejam válidas.

Na sua narrativa, Carolina relata ter perdido tudo em uma enchente enquanto enfrentava sérios problemas de saúde, os quais resultaram na amputação de um dedo e em uma depressão profunda. Sem ter qualquer alternativa, foi acolhida na Ocupação Contestado. A história de Carolina destaca outra dimensão importante desta pesquisa: como eventos climáticos extremos impactam desproporcionalmente as pessoas em situação de vulnerabilidade.

O fato de as pessoas já sofrerem antes mesmo da mudança para a ocupação também pode ser relacionado ao conceito de violência estrutural (Galtung, 1969). O autor argumenta que a violência está presente quando seres humanos são impedidos de alcançar seu pleno potencial devido a influências sociais. Ele enfatiza que a violência não se restringe a atos diretos de agressão, mas inclui também a violência estrutural, que é reproduzida por práticas e estruturas sociais injustas.

Ou seja, se mesmo antes de morarem na Ocupação Contestado essas pessoas já não conseguiam arcar com os altos valores de aluguel ou enfrentaram desastres ambientais que as

fizeram perder tudo. Essas pessoas já estavam em uma posição desfavorável devido ao local onde nasceram e à classe social a que pertencem. A marginalização e as dificuldades que enfrentaram ao longo de suas vidas refletem exatamente o tipo de situação que Galtung descreve como violência estrutural.

Essas violências, que poderiam ser evitadas, impediram e continuam a impedir as pessoas de atingirem seu pleno potencial. São violências além do físico e direto, que incluem as injustiças sociais e econômicas que moldam a vida das pessoas desde o nascimento.

Carolina, que deu origem à categoria “**danos anteriores**”, também contribuiu para a criação do eixo central “**formas de enfrentamento**” adotadas na ocupação, que embora não seja a parte mais surpreendente desta pesquisa, certamente é a mais bonita e inspiradora.

Os danos anteriores que essas pessoas sofreram, como a exclusão social e a falta de recursos, estão diretamente ligados às formas de enfrentamento que encontraram na ocupação. Por um lado, as pessoas não retornam aos lugares de onde vieram porque esses locais eram insuportáveis e insustentáveis. Na ocupação, mesmo com todos os problemas inerentes, encontram um respiro e uma oportunidade de se engajar nas causas que acreditam, ainda que isso as afaste do estereótipo de “vítima ideal”.

Na ocupação, as pessoas desenvolveram maneiras de lidar com seus problemas passados, através da mobilização por um futuro melhor e pelo sonho de uma moradia digna. Isso reflete os motivos pelos quais elas permanecem na ocupação até hoje: elas já eram excluídas socialmente e enfrentavam problemas graves antes de chegarem aqui. A ocupação se tornou um espaço onde podem lutar por seus direitos na busca por construir uma vida melhor, transformando o sofrimento em ação coletiva.

A tabela criada para as formas de enfrentamento revelou um consenso significativo: todas as categorias finais abrangeram os sete discursos analisados, com uma exceção notável. Tereza não teve discursos selecionados na categoria “**moradia digna**”. Tereza foi a única participante que não expressou expectativa de um futuro melhor. Essa falta de esperança, embora marcante, não exige maiores explicações, pois sua narrativa já deixa claro o peso das circunstâncias que enfrentou.

No entanto, ela relatou com firmeza o suporte dado por Marielle, ela mencionou que “em primeiro lugar é Deus, depois é a Marielle”, o que demonstra a enorme importância que atribuía à ajuda recebida de sua amiga. Assim, a categoria de análise “**uma ajuda a outra**” foi criada para captar a dinâmica de apoio mútuo existente na comunidade. No entanto, grande parte dos discursos inseridos nessa categoria também apareceram na categoria relativa à análise de gênero, já que, conforme destacado anteriormente, as mulheres aparecem como

protagonistas nessa questão. Todavia, também é possível afirmar que a ajuda mútua não se limita apenas ao apoio entre as mulheres, mas também se estende à organização comunitária como um todo.

Todas as participantes, quando questionados sobre o suporte recebido, ligam essa ajuda aos próprios moradores da comunidade ou aos movimentos sociais. Tereza compartilhou um exemplo dessa solidariedade: “O dia que foi feita essa casa aqui, que a minha outra caiu, né, no vendaval que uma outra vez deu. Eles fizeram vaquinha, todo mundo”. Marielle também ilustrou como a comunidade se organiza para garantir serviços essenciais: “Se a gente tem luz é porque a gente se vira, se a gente tem água é porque a gente se vira.” Além disso, ela ressaltou a importância da ajuda mútua no cotidiano: “Um vai ajudando o outro, até na alimentação, entendeu? Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Antonieta, assim, a gente se une pra tentar ajudar o máximo que a gente pode.” A assistência, como ela aponta, é “dentro da comunidade.”

Carolina, por sua vez, destacou a diferença significativa que a ajuda da comunidade fez em sua vida: “Eu tive muita ajuda, ajuda que eu não tinha lá quando eu morava no Bom viver, meu Deus! Eu quase morri, né? Então eu vim pra cá, todo mundo me ajudou.”

Os moradores se percebem como parte integrante dos movimentos de luta por moradia, conforme afirma o Funk da Contestado: “Nós somos militantes bem organizados” e que essa organização é essencial para suas conquistas, como ressaltado por Lélia: “Foi assim que a gente conseguiu terreno da SPU. Acampando na frente da SPU. Fazendo balbúrdia na frente da SPU [...]”. Esses relatos mostram que a ideia de organização e mobilização é bem compreendida pelas participantes. Elas entendem que é a organização que possibilita a busca pelos resultados que almejam. Essa consciência pode ser relacionada com a atuação dos **“movimentos sociais”** na comunidade, que também tiveram presença significativa nos discursos analisados e ensejaram a criação dessa categoria específica.

Na maioria das vezes, os movimentos sociais são mencionados no mesmo contexto que a ajuda comunitária, o que demonstra que além de ser um trabalho conjunto, eles são complementares. Assim menciona Zumbi: “Quem ajuda mais é a Antonieta e as Brigadas”. Dandara também conta que quando precisam ir para outro lugar fazer alguma manifestação, tanto a comunidade se organiza como os movimentos sociais. “As Brigadas também ajudam, né? Às vezes eles que dão ônibus pra nós também. Aí a gente faz a alimentação, a gente compra pão, mortadela, suco, água, refri, porque vai criança, vai tudo.”

A importância dos movimentos sociais na estruturação da comunidade é reiterada em várias falas das participantes, que frequentemente mencionam o papel das Brigadas Populares

como fundamental para a existência da ocupação. Marielle, por exemplo, destaca a contribuição de Jonathan, um membro das Brigadas, dizendo: “O Jonathan, das Brigadas[...] [...] Se existe essa ocupação aqui, eu devo a ele. Muito, muito, muito.”

Lélia também enfatiza a importância das Brigadas na proteção da comunidade, lembrando um episódio em que a atuação deles evitou a ocorrência de violência policial: “Aí eu sei que o pessoal das Brigadas que conseguiram evitar que eles (a polícia) entrassem fazendo isso de novo.” Ao ser questionada sobre quem ajuda mais, ela responde prontamente: “Pessoal das Brigadas”. Lélia ainda ressalta a assistência jurídica fornecida pelo movimento social: “Então é assim, a gente conta muito com as Brigadas, com os advogados da Brigada Popular. Se não fossem eles, a gente não estaria mais aqui. Já teriam tirado a gente daqui”.

Dandara compartilha outra perspectiva, destacando como o movimento social contribui para os momentos de confraternização na comunidade: “Quando as Brigadas vêm, a gente sempre comemora o Dia das Crianças, o Natal e a Páscoa.” Além disso, ela reconhece o papel motivacional e estrutural das Brigadas, comparando-os ao alicerce da comunidade:

“Eu acho que sem eles *não teria como a gente lutar*. Eu acho que se não fosse eles, eles são tipo assim *o alicerce da nossa casa*. É, tipo assim, eles são os alicerces, eles que seguram a gente. Eles falam, vamos lá, né? Vamos, né? Se tu tá desanimado, não, vamos lá lutar, vamos seguir. Vamos fazer junto. Vamos pegar junto ali, né? O não, nós já temos, vamos atrás do sim. É bem importante assim o papel deles na comunidade. Muito importante”.

As participantes veem nos movimentos sociais ou no que eles denominam de “Brigadas” – referindo-se ao movimento social Brigadas Populares – um pilar de sustentação e referência. Os movimentos sociais são vistos como essenciais para terem encontrado um lugar para morar e para continuarem vivendo ali. Eles são também a referência de como deve ser a organização na busca de um objetivo comum e fonte de alegria na comunidade. Enquanto a situação da ocupação está “pendurada”, e suas estruturas corroendo, seja pela ação dos cupins ou da polícia, os movimentos sociais aparecem, literalmente, como o contraponto, um alicerce, que segura as casas e as pessoas, enquanto a situação não se resolve.

Essas falas demonstram que os movimentos sociais, especialmente as Brigadas Populares, são vistos como pilares fundamentais da comunidade. Eles não só proporcionam apoio prático e logístico, mas também inspiram e motivam as/os moradoras/es a continuarem lutando por seus direitos.

3.3.5 A busca por “moradia digna” como um ideal de paz e justiça

A última categoria a ser analisada, denominada "**moradia digna**", surgiu a partir de uma pergunta feita ao final de cada entrevista para saber o que as participantes esperavam do futuro. Foi possível perceber que a busca por moradia digna é o que dá sentido para a trajetória das participantes e que a conquista de um lugar digno para morar é a síntese de seus sonhos. Marielle, ao ser questionada sobre o que espera do futuro, afirma: “Que faça valer a pena o esforço [...] [...] dar a nossa casa, nossa moradia digna.”

Os relatos das participantes demonstram a crença de que na “moradia digna” a maioria dos problemas que enfrentam não existirão mais, já que relacionam as dificuldades do dia a dia ao território em que vivem. Ou seja, não é apenas uma casa, mas uma vida melhor, é o que expressa Marielle: “A esperança nossa é essa de ter uma vida melhor.” Dandara complementa a ideia ao relacionar a conquista de uma casa para morar à ideia de paz, sossego e dignidade: “A única coisa que eu quero para minha vida é sossego, paz e conseguir sustentar minhas filhas dignamente.” A busca de Dandara pela paz pode ser relacionada à concepção de paz apresentada por Galtung (1969).

A paz ampliada do autor se opõe ao conceito ampliado de violência, já que a paz é entendida como a ausência de violência. Assim como a violência tem aspectos pessoais e estruturais, a paz também deve ter. A ausência de estruturas de violência é o que chamamos de justiça social, uma condição decididamente positiva. Portanto, a superação da situação de violência que Dandara e suas filhas enfrentam é, na verdade, uma busca pela paz — aqui entendida como uma moradia digna que proporcione justiça social (Galtung, 1969).

O relato de Dandara foi extremamente significativo, pois utilizou conceitos importantes para explicar a importância de ter uma casa para morar. Primeiro, ela destaca a ideia de paz, que por si só já merece atenção. Em seguida, ela afirma que “morar em um bairro que tem nome” resolverá cerca de 90% das dificuldades que enfrenta, pois será “vista com outros olhos”. Sua percepção está diretamente conectada com a ideia de desumanização e criminalização discutidas anteriormente, além de mostrar como as participantes da pesquisa percebem que o território onde vivem define se terão paz, sossego e dignidade ao longo da vida:

“Eu acho que a partir do momento que a gente sair daqui, que a gente conseguir ganhar na nossa luta, a nossa moradia *eu acho que já é 90% do problema resolvido*, vamos dizer assim, né? Porque daí *tu vai estar morando num bairro que tem nome*, tu não tá morando na favela. *Você vai ser visto com outros olhos.*”

Assim, a categoria "**moradia digna**" encapsula a essência da luta dessas pessoas. A busca por uma moradia digna não é apenas sobre um espaço físico, mas sobre a construção de uma vida melhor, com direitos respeitados e com dignidade reconhecida. É essa busca que dá

sentido às ações e esforços realizados pelas moradoras e pelos moradores da ocupação. A busca pela moradia digna é, na verdade, a busca por paz e justiça.

Essa compreensão de justiça, que transcende a mera resolução judicial e abrange a reparação efetiva das condições de vida, pode ser relacionada aos estudos da Justiça Restaurativa. De acordo com Vera de Andrade (2018), a "*Injustiça*", tanto social quanto punitiva, é a grande síntese para a qual convergem as dinâmicas das estruturas sociais e suas respectivas institucionalidades formais e informais – Estado, mercado, instituições financeiras, mídia, família e religião – que produzem e reproduzem desigualdade, opressão, inferiorização e exclusão de pessoas, povos e animais. Por isso o debate sobre "*justiça*" merece especial atenção.

Nesse contexto, a Justiça Restaurativa emerge como uma resposta significativa e abrangente. Segundo Andrade (2018), uma caracterização válida para a Justiça Restaurativa é a de um "Movimento social" voltado para a transformação do modelo punitivo e do sistema de justiça penal vigentes. No entanto, não existe um conceito, uma teoria ou um modelo consensual ou universal de Justiça Restaurativa a ser aplicado na prática, pois esse campo surge como um conjunto de práticas em busca de teorias.

Apesar de não haver um consenso sobre o modelo da Justiça Restaurativa, são identificadas três concepções fundamentais quanto aos seus objetivos: a *concepção do encontro*, que enfatiza a liberdade de manifestação dos envolvidos para a resolução do conflito; a *concepção da reparação*, que se concentra na reparação do dano; e a *concepção da transformação*, onde o modelo restaurativo é visto como uma construção coletiva de justiça, baseada nas experiências pessoais dos envolvidos. (Andrade, 2018)

Assim, a Justiça Restaurativa transita de uma concepção micro, focada na reparação do dano, para uma concepção macro, voltada para a transformação. Ela atua nos relacionamentos transversais vivenciados em todos os espaços comunitários e sociais, buscando a resolução de diferenças e a construção de uma sociedade mais justa e harmoniosa (Andrade, 2018).

A busca pela casa digna, vista pelas participantes como a resposta à vitimização, criminalização e violência estrutural que enfrentam, parece, portanto, se alinhar com a teoria da Justiça Restaurativa. Isso, mais uma vez, evidencia que as pessoas afetadas estão mais preparadas para pensar em respostas para as violências estruturais do que o próprio sistema de justiça. Daí a necessidade de ampliar a voz desses personagens, uma das premissas deste estudo.

3.4 DA "PENDURA" À JUSTIÇA: SÍNTESE DA ANÁLISE DE DADOS E TEORIZAÇÃO

Para compreender o cerne da dinâmica social da Ocupação Contestado a partir das perspectivas das próprias moradoras, trabalhei suas narrativas por meio de várias hipóteses que, em conjunto com a revisão da literatura, emergiram para dar sentido teórico às complexidades das experiências das ocupantes. Esse processo delineou um panorama complexo e multifacetado das vivências na moradia irregular. Para encerrar essa pesquisa, faço agora um breve resumo da análise feita e, ao final, apresento a teoria que busca sintetizar os fenômenos percebidos. O objetivo é obter uma compreensão mais ampla das realidades enfrentadas.

A primeira hipótese, intitulada “*Daí estamos aqui até hoje, nessa pendura*”: o processo de vitimização e o papel do Estado”, ressalta o prolongado processo de vitimização enfrentado pelas ocupantes, enquanto aguardam uma resolução sobre o direito à moradia. A expressão "pendura" simboliza não apenas a espera interminável por justiça, mas também a sensação de suspensão e incerteza que permeia suas vidas. Nesse longo período, as casas estão sendo consumidas por cupins, enquanto as pessoas, à medida que o tempo passa, enfrentam uma deterioração ainda mais grave – a deterioração de suas próprias vidas. A vitimização também aparece refletida nas diversas limitações de acesso a serviços públicos essenciais, como o Cras, o posto de saúde, a escola, a falta de água potável, a falta de saneamento básico, a falta de estrutura. Todas essas violações evidenciam a desumanização dessas pessoas e são percebidas como uma ação/omissão estatal, o que configura um verdadeiro dano social aos olhos da Criminologia Verde do Sul. Foram utilizados na análise: Fanon (2008); Mbembe (2019); Galtung (1969); Christie (1986); Veloso (2018); e Budó (2021).

A segunda hipótese, “*Me senti uma bandida no mundo*”: o processo de criminalização e o papel da polícia nos conflitos fundiários, destaca o processo de criminalização das ocupantes e a presença intimidadora da polícia nos conflitos fundiários. A descrição de se sentir "uma bandida no mundo" ilustra vividamente a estigmatização e marginalização enfrentadas pelas ocupantes, que são tratadas como criminosas, mesmo quando deveriam ser vistas como vítimas, simplesmente por buscarem um direito básico: um lar seguro e digno. A brutalidade policial, que aparece no passado (desocupações), no presente (violência e morte na comunidade) e no futuro (medo de um futuro despejo), evidencia como a polícia aparece como personagem consolidador da distribuição desigual da terra e como contribui para a perpetuação das injustiças que permeiam o contexto das ocupações urbanas e da busca por moradia. Essa análise foi feita a partir da literatura sobre vítima ideal de Christie (1986), assim como da criminologia a partir de Andrade (2012), Budó (2019) e Lomanto (2018).

A terceira hipótese, “*Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão*”: o papel de cuidado e as violências de gênero em meio à luta por moradia digna”, ressalta o papel

de cuidado desempenhado pelas ocupantes e expõe as violências de gênero presentes na luta por moradia digna. As mulheres são as protagonistas na organização e manutenção da ocupação. Contudo, essa liderança acarreta uma sobrecarga de responsabilidades, configurando uma forma de violência de gênero. A hipótese também demonstrou que a falta de infraestrutura afeta mulheres de maneira desproporcional. Além disso, elas enfrentam a preocupação constante com o bem-estar dos filhos. Essa realidade é permeada pela invisibilidade e desvalorização do trabalho de cuidado, refletindo desigualdades de gênero, classe e raça. Além disso, ao assumirem esses papéis, elas se afastam do estereótipo de "vítimas ideais" e são constantemente criminalizadas. Essa realidade demonstra como a soberania patriarcal aparece imbricada em diversos contextos, o que perpetua a desigualdade de gênero e ressalta a importância de ouvir vozes femininas na construção de políticas públicas. Essas ideias foram trabalhadas também a partir do conceito de vítima ideal de Christie (1986), de soberania patriarcal de Andrade (2007) e da ideia de corpo-território de Gago (2020).

A quarta hipótese, “*Por que elas não voltam pro lugar de onde elas vieram??*”: *danos anteriores e formas de enfrentamento.*”, investiga os contextos anteriores à mudança para ocupação, bem como os motivos da permanência das pessoas no local. A análise revela que muitos migraram do interior do estado em busca de melhores oportunidades, mas foram confrontados com altos preços de aluguel na capital. A dificuldade de arcar com esses custos, agravada por eventos inesperados, como problemas de saúde ou desastres naturais, obrigou-os a residir em lugares irregulares. Além das barreiras financeiras, a hipótese explicita que essas pessoas já eram vítimas da violência estrutural antes mesmo de chegarem à ocupação. Na Contestado, apesar dos problemas estruturais encontraram uma rede de apoio e solidariedade, que, em algum aspecto, transforma sofrimento em mobilização. Essa hipótese também explora a importância dos movimentos sociais, especialmente das Brigadas Populares, que desempenham um papel essencial no suporte e organização da comunidade, sendo considerados os “alicerces”, em contraste à situação de “pendura” e à ausência do poder público. Utilizei a obra de Galtung (1969) para trabalhar o conceito de violência estrutural.

Por fim, a quinta hipótese, “*a busca por ‘moradia digna’ como um ideal de paz e justiça*” emergiu das expectativas futuras das participantes, destacando-se como a síntese de seus sonhos e da compreensão do que constitui justiça. As entrevistadas, após enfrentarem danos e violações de direitos, organizam-se com o apoio dos movimentos sociais em busca de um futuro melhor, centrado na obtenção de uma moradia digna. A moradia digna não é vista apenas como um espaço físico, mas como um caminho para a paz e para a conquista de dignidade, uma vez que, “morar em um bairro que tem nome” faz você “ser vista com outros olhos”. A ideia de paz foi

trabalhada a partir do conceito ampliado de paz de Galtung (1969). A busca por justiça foi relacionada aos estudos da Justiça Restaurativa de Andrade (2018), considerada uma abordagem importante para enfrentar a vitimização, a criminalização e a violência estrutural percebidas. Por fim, novamente, aparece em destaque a importância de ampliar as vozes das pessoas afetadas, vez que com suas experiências, contribuem para a construção de respostas mais efetivas às violências que enfrentam.

Portanto, a partir da análise das hipóteses apresentadas, buscando responder o problema inicial de pesquisa, qual seja: *quais são as percepções e compreensões das moradoras e dos moradores da Ocupação Contestado sobre as violências e injustiças presentes na vivência da moradia irregular, bem como suas percepções sobre o que constitui justiça?* apresento a seguinte teoria:

As moradoras e os moradores da Ocupação Contestado se percebem em meio a uma discriminação generalizada, o que configura uma verdadeira desumanização frente à sociedade e frente às instituições públicas. Essa percepção impossibilita que essas pessoas acessem os mais diversos tipos de direitos, desde uma alimentação adequada, até um atendimento de saúde. Além disso, a desumanização contribui para a criminalização e as torna alvos mais fáceis do controle estatal. Toda essa violência é naturalizada, pois é dirigida a corpos que não têm a prerrogativa da vitimização, devido ao espaço físico e social que ocupam, ou seja, de forma extremamente paradoxal, apesar de a vitimização ser uma constante na comunidade, o seu reconhecimento é privilégio, não se aplicando aos moradores e às moradoras da Ocupação Contestado. Assim, para elas, a moradia digna é o único meio de alcançar dignidade, paz e justiça.

4 CONCLUSÃO

Ao iniciar esta pesquisa, parti da premissa de que nas cidades brasileiras existe uma divisão social, racial e de gênero evidente, na qual certos grupos socialmente excluídos são compelidos a viver em condições precárias, em habitações improvisadas e sem acesso a direitos básicos, ainda que o direito à moradia seja uma garantia constitucional e um princípio fundamental para a dignidade humana. Mas quem realmente são essas pessoas? Como é o dia a dia delas? O que elas pensam a respeito dessas dificuldades?

Para dar vida a este estudo decidi fazer minhas investigações a partir da realidade vivenciada em uma ocupação urbana da região metropolitana de Florianópolis, a Ocupação Contestado, conhecida como a primeira ocupação do segundo ciclo de ocupações da Grande Florianópolis. Assim, parti do seguinte problema de pesquisa: *quais são as percepções e compreensões das moradoras e dos moradores da Ocupação Contestado sobre as violências e injustiças presentes na vivência da moradia irregular, bem como suas percepções sobre o que constitui justiça?* Para responder a esses questionamentos dividi a pesquisa em dois momentos, a pesquisa bibliográfica, concentrada no primeiro capítulo e a pesquisa empírica, descrita no segundo capítulo.

No *primeiro capítulo*, demonstrei a importância de uma abordagem criminológica ancorada nos estudos decoloniais para compreender as complexidades da realidade social brasileira. A análise se estende ao conceito de extrativismo e sua relação com a violência colonial, bem como à violência policial nas periferias urbanas como forma de controle social e manutenção de desigualdades. A discussão sobre racismo ambiental e suas ramificações no Brasil destaca a distribuição seletiva de danos sociais e ambientais em comunidades marginalizadas, evidenciando a interseccionalidade entre raça, classe, gênero e meio ambiente na perpetuação da injustiça socioambiental. Ainda, a violência estrutural aparece como resultado da relação entre o controle estatal, a falta de políticas públicas adequadas e a marginalização de certos grupos sociais.

Nesse contexto, exploro a criminologia verde do Sul como uma possível resposta à problemática. Essa perspectiva amplia o escopo tradicional da criminologia, enfocando não apenas os crimes definidos legalmente, mas também os danos sociais causados por Estados e mercados. Esses danos afetam principalmente grupos marginalizados e vulneráveis, revelando uma dinâmica de poder estrutural que perpetua desigualdades. A criminologia verde do Sul desafia a hegemonia do conhecimento acadêmico eurocêntrico, dando voz às populações marginalizadas e promovendo um diálogo com as comunidades afetadas. Ela também se

relaciona estreitamente com correntes ambientalistas, reconhecendo a desigualdade na distribuição de recursos naturais e os impactos diferenciados da degradação ambiental.

Ainda no primeiro capítulo, ao explorar a questão habitacional do Brasil, demonstro a ocorrência de um desenvolvimento econômico desigual no país, evidenciado pela concentração de terras e pelo surgimento de favelas e moradias informais em decorrência da rápida urbanização. Como resposta aparece em evidência o papel dos movimentos sociais, como o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que influenciou a Constituição de 1988 e na criação do Estatuto da Cidade.

Em seguida, contextualizo o processo de povoamento e formação de Florianópolis destacando eventos-chave que contribuíram para sua urbanização. Isso permitiu uma compreensão mais profunda de como a concentração de terras influenciou as restrições ao acesso à moradia e à propriedade, moldadas e perpetuadas pela ação do poder público e disputas políticas e jurídicas. Além disso, foi possível perceber como a luta por moradia em Santa Catarina e em Florianópolis reflete o processo de urbanização nacional, exemplificando algumas ocupações que surgiram nesse contexto para contestar o modelo urbano predominante.

Por fim, apresento a história da Ocupação Contestado, baseando-me na análise teórica de estudos anteriores. Destaco o longo período em que as famílias desse núcleo urbano informal buscam uma solução para garantir seu direito fundamental à moradia digna, enfrentando não apenas os desafios inerentes à vida em moradias irregulares, mas também embates judiciais que se prolongam no tempo sem perspectiva imediata de resolução.

No *segundo capítulo*, me dedico propriamente à pesquisa empírica. Nesse momento, expliquei como foi o meu percurso no mundo empírico, momento em que descrevo cada passo da construção e da análise de dados, que me levaram ao resultado final. Entrevistei um grupo composto por seis pessoas que residem na comunidade, sendo a maioria mulheres, algumas que moram no local desde o seu estabelecimento, enquanto outras se mudaram recentemente. No início das entrevistas, conduzi questionamentos de cunho pessoal para traçar o perfil das participantes, abordando aspectos como nome, gênero, idade, etnia, nível de escolaridade e local de residência antes de ingressarem na ocupação. A seleção das participantes foi realizada a partir do método de amostragem “bola de neve”, e o contato inicial foi facilitado através de referências de movimentos sociais.

Considerando a complexidade social e política da comunidade, explorei questões relacionadas ao acesso à moradia, direito à cidade e organização comunitária durante as entrevistas. Optei, então, por conduzir entrevistas qualitativas em profundidade, empregando questões semiestruturadas para capturar nuances significativas sem desviar do objetivo

principal. Além disso, adotei a técnica da foto-elicitación e utilizei a categorização de uma música intitulada "Funk da Contestado" para enriquecer as narrativas e obter uma compreensão mais aprofundada das experiências das participantes.

Após a construção dos dados, iniciei a fase de análise. Utilizei a Teoria Fundamentada nos Dados (TFD). O processo analítico seguiu as etapas de *codificação inicial*, *axial* e *seletiva*, o que resultou na identificação de dois grupos principais de discursos: i. *os problemas enfrentados* e ii. *as estratégias de enfrentamento* adotadas pelas participantes. A partir desses grupos (ou eixos centrais) trabalhei cinco hipóteses que, junto com a revisão de literatura, buscaram dar sentido teórico às complexidades das experiências percebidas pelas moradoras e pelos moradores da Ocupação Contestado.

Na *primeira hipótese* destaquei a contínua vitimização das ocupantes, refletindo a falha do Estado em garantir seus direitos fundamentais e como isso configura uma espécie de dano social. A expressão "pendura" simbolizou a incerteza e deterioração física e emocional enfrentadas. Esta situação revelou um exemplo claro de violência estrutural, conforme descrito por Galtung (1969), onde a ausência de serviços públicos essenciais exacerba a vulnerabilidade das ocupantes.

Na *segunda hipótese* abordei a criminalização das ocupantes e a intimidação policial, onde a estigmatização reforça a marginalização. As ocupantes são tratadas como criminosas, perpetuando a violência estrutural e a injustiça social. A literatura sobre a "vítima ideal" de Christie (1986) e as análises de Andrade (2012), Budó (2019) e Lomanto (2018) revelam como essa criminalização é uma ferramenta para manter a desigualdade fundiária e a violência institucionalizada.

Na *terceira hipótese* revelei o papel central das mulheres na manutenção da ocupação e como isso gera uma sobrecarga de responsabilidades, configurando a violência de gênero. As mulheres, ao assumirem tarefas que deveriam ser responsabilidade do Estado, enfrentam a soberania patriarcal discutida por Andrade (2007) e a desvalorização do trabalho de cuidado. Essa hipótese destaca a necessidade de ouvir as vozes femininas na construção de políticas públicas.

Na *quarta hipótese* explorei as razões pelas quais as pessoas continuam residindo na Ocupação Contestado, o que evidenciou a violência estrutural pré-existente. Em contrapartida, a solidariedade dentro da ocupação oferece uma rede de apoio que transforma sofrimento em mobilização. Os movimentos sociais, como as Brigadas Populares, aparecem como essenciais para a organização comunitária, assim representam uma resistência ativa contra a marginalização estrutural, o que dá sentido à vivência das participantes.

Comecei este trabalho falando de Marielle, do meu pai, das enchentes na casa da minha vó. Não teria como terminá-lo sem fazer uma reflexão sobre a imersão no mundo da pesquisa empírica. Hoje, concluo essa dissertação com a certeza de que esse percurso foi muito mais do que a leitura de textos; a construção e análise de dados; e a escrita. Foi um caminho atravessado por amizades, afetos e de muito crescimento pessoal. Não sei afirmar se as participantes da pesquisa criaram uma relação comigo, afinal, me reconheço como uma mera figurante dessa história real. Mas não tenho dúvidas da relação que criei com a Contestado e com as histórias das pessoas que escreveram essa pesquisa junto comigo, as guardarei para sempre com muito carinho. Fazer pesquisa empírica é ciência, mas também é troca e é afeto.

LISTA DE REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Pelas mãos da criminologia: o controle penal para além da (des)ilusão**. Florianópolis: Instituto Carioca de Criminologia, Coleção Pensamento Criminológico, 2012.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A ilusão de segurança jurídica: do controle da violência à violência do controle penal**. 2a ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2003.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Uma introdução à justiça restaurativa pela lente da complexidade: um caminho que se faz ao andar**. Cândido da Angra; et al. Org. **Criminologia Integrativa: contributos para uma comunidade criminológica de língua portuguesa**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2018. p. 337-368.
- ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **A soberania patriarcal: o sistema de justiça criminal no tratamento da violência sexual contra a mulher**. Revista de Direito Público, n. 17, 2007. p.52-77.
- ANYAR DE CASTRO, Lola. **Criminologia da libertação**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2005.
- AUTO de resistência. Produção: Joana Nin, Lia Gandelman e Bruno Arthur de Melo. Direção de Natasha Neri e Lula Carvalho. Rio de Janeiro. 2018.
- BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2011
- BATISTA, Vera Malaguti de Souza W. **Introdução crítica à criminologia brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.
- BECKER, Howard S. A Epistemologia da Pesquisa Qualitativa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, Brasil, v. 2, n. 1, p. 184-198, jul. 2014.
- BERNAL SARMIENTO, Camilo Ernesto. *et al.* Para além da criminologia: um debate epistemológico sobre o dano social, os crimes internacionais e os delitos dos mercados. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 3, p. 40-79, dez. 2017. ISSN 2238 0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2323>>. Acesso em: 19/03/2024.
- BRASIL. Resolução nº 510, 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Conselho Nacional de Saúde**. Brasília, 2016. Disponível em: https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2016/res0510_07_04_2016.html. Acesso em: 17 abr. 2023.
- BOULOS, Guilherme. **Por Que Ocupamos?: uma introdução à luta dos sem-teto**. 3. ed. São Paulo: Autonomia Literária, 2015.
- BUDÓ, Marília de Nardin. **O caso do amianto no Brasil sob a ótica da criminologia: invisibilidade e dano social**. In: BOFF, Salete Oro; ESPINDOLA, Angela Araujo da;

TRINDADE, André Karam. **Direito, democracia e sustentabilidade**: anuário do programa de pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Faculdade Meridional. Passo Fundo: IMED Editora, 2015. p. 253-286

TRINDADE, André Karam. "Um massacre silencioso que continua": um olhar criminológico sobre os danos sociais causados pelo amianto. **Novos Estudos Jurídicos**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 483, 8 ago. 2019. Editora UNIVALI. <http://dx.doi.org/10.14210/nej.v24n2.p483-513>.

TRINDADE, André Karam. **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul** / organizadoras e organizadores Marília de Nardin Budó ... [et al.]. - 1. Ed. - São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.

TRINDADE, André Karam. **Danos silenciados: a banalidade do mal no discurso científico sobre o amianto**. Revista Brasileira de Direito, v.12, n.1, p. 127-140, jan./jun. 2016. DOI: 10.18256/2238-0604/revistadedireito.v12n1p127-140.

BULLARD, R. D. **A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental**. Tradução Regina Domingues. In.: *Confronting Environmental Racism – Voices from the Grassroots*. South End Press, Boston, 1996.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie: race, class and environmental equality**. 3ª ed. Colorado: Westview Press, 2000.

CARLEN, Pat. Criminologias alternativas. In: **Criminologias alternativas** (Org.) CARLEN, Pat; FRANÇA, Leandro Ayres. Porto Alegre: Ciências Criminais, 2017.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese de Doutorado.

CANELLA, Francisco. **O movimento do sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990-2014)**. IN: Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 50, n. 2, p. 268-288, jul-dez 2016

CAPPI, Riccardo. A "teorização fundamentada nos dados": um método possível na pesquisa empírica em direito. In: MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Cap. 12. p. 392. Disponível em: <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2024.

CASTRO, Ivan Tamaki Monteiro de; FONSECA, Livia Gimenes Dias da. O papel da normativa internacional do direito à moradia e a luta pela sua efetivação. In: JUNIOR, José Geraldo de Sousa et al (orgs). **Introdução crítica ao direito urbanístico**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, vol. 09, p. 417-423, 2019. Disponível em: <https://livros.unb.br/index.php/portal/catalog/view/17/201/877-1>. Acesso em: 04.01.2024.

CAVANUS, Aline Vicente. **Processo de luta por terra e direito à cidade: a atuação dos movimentos sociais em Florianópolis-SC**. 2021. Dissertação (Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo) - Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2021. doi:10.11606/D.102.2021.tde-08072021-150710. Acesso em: 08/03/2024.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada**: Guia prático para análise qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

COLOGNESE, M.; BUDÓ, M. DE. Crimes e danos ambientais: a criminologia crítica como pressuposto para a criminologia verde – influências e convergências. **Direito e Desenvolvimento**, v. 12, n. 2, p. 25-39, 12 jan. 2022.

COLOGNESE, M.; BUDÓ, M. DE. Limites e possibilidades da criminologia crítica nos estudos dos crimes dos Estados e dos mercados. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 55–90, 2018. DOI: 10.18759/rdgf.v19i1.1071. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1071>. Acesso em: 19 mar. 2024.

DANTAS, Jéferson, VENDRAMINI, Célia Cecília. **Comunidades dos morros em Florianópolis: ocupação, presença estatal e a constituição do Fórum do Morro da Cruz**. In: DIAS, Vera Lucia Nehls, PET GEOGRAFIA (Orgs.). Cadernos do Observatório Geográfico da Grande Florianópolis do PET Geografia UDESC. V. 1, 2011, pp. 151-185.

DAVIS, Angela. **Estarão as prisões obsoletas?** Davis, Angela, 1994; tradução de Marina Vargas - 1ªed. - Rio de Janeiro: Difel, 2018.

DEL OLMO, Rosa. **A América Latina e sua Criminologia**. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2004.

Facebook. FRANCO, Marielle. Rio de janeiro, 25 de junho de 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/MarielleFrancoPSOL/photos/decidi-que-seria-vereadora-no-dia-em-que-derrubaram-a-casa-da-dona-penha-na-vila/428799910838940>> Acessado em: 26/03/2024.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 5.ed. São Paulo: Globo, 2012. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4254333/mod_resource/content/1/Raymundo%20Faoro%20-%20Os%20Donos%20do%20Poder.pdf. Acesso em: 12 jan. 2020.

FARAGE, Eblin; BRITO, Felipe Mello da Silva; PEREIRA, Guilherme Simões. **Movimentos sociais urbanos e o direito à cidade: a experiência do MTST na conquista e ampliação da política pública de direito à moradia**. Anais do 3º Encontro Internacional de Política social e 10º Encontro Nacional de Política Social ISSN 2175-098X. Vitória-SS. 2015.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERRAZ, Joana D'Arc Fernandes. **A Chacina de Vigário Geral: a violência como princípio**. Rio de Janeiro, 2004

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. **Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil**. Revista Brasileira de Ciências Criminais. ano 25, v. 135. p. 49–71. São Paulo: Ed. RD, set. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1977.

FRANZONI, Tereza Mara. **As “perigosas” relações entre movimento popular/comunitário 141 e administração pública municipal na ilha de Santa Catarina**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFSC, 1993.

FRANZONI, Tereza Mara. **O nascimento da biopolítica: curso dado no Collège de France (1978- 1979)**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GAGO, Verónica. **A potência feminista ou o desejo de transformar tudo**. São Paulo: Elefante, 2020.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Tradução de Sérgio Faraco. L&PM Pocket, Porto Alegre, 2015.

GASKELL, G. (org). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis. Editora Vozes, 2002, p. 189-217.

GALTUNG, Johan. **Violence, Peace and Peace Research**. Oslo: International Peace Research Institute, 1969.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, Romeu. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org), DESLANDES, Suely Ferreira; ROMEU, Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2009, p. 79-108.

GONZÁLEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, Rio de Janeiro, p.223-244, out. 1984.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano. Ensaios, intervenções e diálogos**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Lutas pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

GOYES, David Rodríguez. **Criminologia verde do sul**. In: BUDÓ, Marília de Nardin Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do sul / organizadoras e organizadores Marília de Nardin Budó ... [et al.]. - 1. Ed. - São Paulo : Tirant lo Blanch, 2022.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: História e Implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HEINEN, Luana Renostro. **O neoliberalismo e a reengenharia do Estado**. In. HEINEN, Luana Renostro (Org.). Estado e Direitos no Contexto de Neoliberalismo. 1ª ed. Florianópolis: Habitus, 2020.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, Artigo 2. 2008.

HILLYARD, Paddy; TOMBS, Steve. **Para além da criminologia? Beyond criminology?** Revista Brasileira de Ciências Criminais, vol. 142, p. 273-299, abr, 2018.

IPCC, 2022: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation, and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [H.-O. Pörtner, D.C. Roberts, M. Tignor, E.S. Poloczanska, K. Mintenbeck, A. Alegría, M. Craig, S. Langsdorf, S. Löschke, V. Möller, A. Okem, B. Rama (eds.)]. Cambridge University Press. Cambridge University Press, Cambridge, UK and New York, NY, USA, 3056 pp., doi:10.1017/9781009325844.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo Ltda, 1961.

LIVRAMENTO, Rafael Machado. **Os ciclos de ocupações urbanas e a ocupação Amarildo de Souza em Florianópolis-SC enquanto processos de consciência de classe**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação; Centro de Ciências da Educação, UFSC. 2019

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, vol. 22, n. 03: 935-952. 2017.

LYNCH, Michael J. “**The greening of criminology: A perspective for the 1990s**”, *The Critical Criminologist*, v. 2, n. 3, 1990.

MAGALHÃES, Luís Felipe; TONIN, Vitor Hugo. **Segregação socioespacial e luta por moradia na grande Florianópolis: raízes e características da Ocupação Contestado**. Revista de Ciências Humanas, v. 49, p. 224-255, 2015.

MAIA, Cauane Gabriel Azevedo. **Vozes negras em Florianópolis: escrituras antropológicas do Morro das Mulheres**. Curitiba: Appris, 2020.

MAIA FILHO, Mamede Said. **O Núcleo de Prática Jurídica como instrumento de promoção dos direitos humanos. Introdução crítica ao direito das mulheres**. Organizadores: José Geraldo de Sousa Junior, Bistra Stefanova Apostolova, Lívia Gimenes Dias da Fonseca; autores: Adriana Andrade Miranda; et al. Brasília//DF, CEAD, FUB, 2011.

MAIER, Jefferson Adriano. **Lutar, criar: experiência de organização política dos moradores da ocupação contestado, São José – SC**. Dissertação apresentada no PPGPLAN/FAED, da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.

MARICATO, Ermínia. **Os impasses na política urbana no Brasil**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2011.

MAZULO, E. **Sobre a constituição do espaço dos pobres como territórios violentos**. In: Tavares-dos-Santos, José Vicente et al. (Orgs.). *Violência, segurança e política: processos e figurações*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2019. p. 105-116. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/225975?locale-attribute=en> Acesso em: 28 jun 2023.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Trad. Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

MILANEZ, B., *et al.*. (2019) **Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba**. Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS). Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org), DESLANDES, Suely Ferreira; ROMEU, Gomes. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28ª ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 9ª edição revisada. São Paulo. Hucitec, 2006.

OCUPAÇÃO CONTESTADO. **Funk da Contestado**. Novembro de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gkTRcqiZJsY>. Acessado em: 26/05/2023.

OLIVEIRA, Israel Montesuma. **A Região Metropolitana de Florianópolis e a Dinâmica das Áreas de Pobreza: o Caso da Comunidade Frei Damião. Dissertação (Mestrado em Geografia)** – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

OXFAM BRASIL. **Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade**. São Paulo: Oxfam Brasil, 2020.

PAULA, Adriana das Graças de. **Os Movimentos de Mulheres na Ditadura: uma análise sobre as Mães da Praça de Maio (Argentina) e o Movimento Feminino pela Anistia (Brasil)**. Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina. São Paulo: USP, 2016.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, J; DESLAURIERS, J. P.; GROULX, L. H.; LAPERRIÈRE, A.; MAYER, R.; PIRES, A. P.; (org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Criminologia Crítica e Pacto Narcísico: por uma crítica criminológica apreensível em pretuguês**. Revista dos Tribunais Online, [s.l.], v. 135, p.541-562, set. 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf . Acesso em: 20 set. 2017.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e Classificação Social**. In: SANTOS, Boaventura de Souza; MENEZES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra, Portugal: Cortez Editora, 2010. p. 84 - 130.

QUIJANO, A. **Globalización, colonialidad del poder y democracia**. Lima: 2000.

RIVERA BEIRAS. Hacia una criminología crítica global. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 23–41, 2016. DOI: 10.5565/rev/athenea.1734. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/view/v16-n1-rivera>. Acesso em: 19 mar. 2024.

RODRIGUES, Arlete Moysés, **O direito à cidade e à moradia nas cidades brasileiras**, Espaço e Economia. 2022: Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/22889>. Acesso em: 21/01/2024.

RODRÍGUEZ GOYES D.; SOUTH, Nigel. “Green criminology before ‘green criminology’: amnesia and absences”, *Critical Criminology*, v. 25, n. 2, p. 165-181.

RUGGIERO, Vincenzo; SOUTH, Nigel. **Green Criminology and Dirty Collar Crime**. *Critical Criminology*, v. 18, n. 4, p. 251-262, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1007/s10612-010-9122-8>.

SANTOS, Antônio Bispo dos. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021. p. 43-83.

SILVEIRA, A. M.; FRANÇA, K. A.; DIAS, F. da V. **Racismo ambiental e o caso Braskem em Maceió-AL: uma análise na perspectiva da criminologia verde do sul**. *Profanações*, [S. l.], v. 10, p. 725–755, 2023. DOI: 10.24302/prof.v10.5051. Disponível em: <https://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/5051>. Acesso em: 17 mar. 2024.

SOUZA, Eduardo Leite; SUGAI, Maria Inês. **Minha Casa Minha Vida: periferização, segregação e mobilidade intraurbana na área conurbada de Florianópolis**. *Caderno Metropolitano*. São Paulo, v. 20, n. 41, p. 75-98, abril de 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4104>. Acesso em: 20/12/2023.

SUGAI, Maria Inês. **Segregação silenciosa: investimentos públicos e dinâmica socioespacial na área conurbada de Florianópolis (1970-2000)**. Florianópolis: Editora UFSC. 2015.

SUTHERLAND, Edwin. White Collar Criminality, *American Sociological Review*, v. 5, n. 1, Feb. 1940, p. 1-12. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2083937>.

TORNQUIST, Susana; MAIER, Jefferson. A moradia como questão: uma comparação entre as ideias de engels e o conceito de déficit habitacional. *Revista Novos Rumos*, [S. l.], v. 58, n. 1, p. 89–103, 2021. DOI: 10.36311/0102-5864.2021.v58n1. Disponível em:

<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/12090>. Acesso em: 24 abr. 2024.

VELOSO, Marília Lomanto. **As "vítimas" de Rosa do Prado: um diálogo entre crítica criminológica e MST**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

VINUTO, Juliana. **A amostragem bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto**. Temáticas, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago/dez 2014.

WACQUANT, Loïc. **Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. [A onda punitiva]. Trad.: Sérgio Lamarão. 3ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007. 476p.

WEIS, Valeria Vegh. Por una criminología crítica verde del sur un análisis sobre selectividad penal, pueblos indígenas y daños ambientales en argentina. **Revista crítica penal y poder**. 2019, nº 16, mar. 53-74.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. El crimen de Estado como objeto de la Criminología. In: **Derechos Humanos: Reflexiones desde el Sur**. Infojus, 2013. Disponível em: . Acesso em: 6 fev. 2017.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas – A perda de legitimidade do sistema penal**. 5ª ed. Tradução por Vânia Romano Zumbisa e Amir Lopez da Conceição. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. “Introducción” a criminología, civilización y nuevo orden mundial de Wayne Morrison. **Revista Crítica Penal y Poder**. 2012, nº 2, (pp. 232).

APÊNDICE A

Roteiro da Entrevista

A) Perguntas Pessoais:

- i. Nome:
- ii. Idade:
- iii. Etnia:
- iv. Gênero:
- v. Escolaridade:
- vi. Onde nasceu:
- vii. Como é sua unidade familiar:

B) Tópicos da entrevista:

- i. Desde quando mora na Ocupação Contestado?
- ii. Presenciou a primeira desocupação ocorrida em 2012? Se sim, como se sentiu?
- iii. Identificou algum tipo de arbitrariedade?
- iv. Como se sente sabendo da promessa não cumprida que o prefeito fez à época?
- v. O que motivou a mudança? Onde morava antes?
- vi. Como foi construir a sua casa, o que gosta e o que não gosta nela?
- vii. Quais as dificuldades vivenciadas no dia-a-dia na comunidade?
- viii. Como funciona o abastecimento de água e o fornecimento de luz?
- ix. Alguém já ficou doente por causa da água? Já ocorreu algum acidente por causa das ligações irregulares de luz?
- x. Como você descreveria o serviço público prestado à comunidade?
- xi. Com a sua experiência, qual sua visão sobre a atuação do poder público e prefeitura sobre as ocupações atualmente?
- xii. E a atuação da polícia?
- xiii. O que você acha que as pessoas de fora da comunidade pensam a respeito dessa situação?
- xiv. Quem são as pessoas que prestam auxílio aos moradores e como isso é feito?
- xv. Você acha que as mulheres na ocupação acabam sendo afetadas de forma diferente pelos problemas?
- xvi. Como você imagina a resolução desses problemas no futuro?

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO MESTRADO

Projeto de Pesquisa: “Da invisibilidade à resistência: As injustiças socioambientais e a luta por moradia digna na Ocupação Contestado”

Pesquisadora: Damaris Mendonça

Telefone para contato: (48) 99821-4601

Endereço: Campus Universitário, s/n – Trindade, Florianópolis/SC
(Universidade Federal de Santa Catarina - Centro de Ciências Jurídicas)

Eu, Damaris Mendonça, responsável pela pesquisa de mestrado “Da invisibilidade à resistência: as injustiças socioambientais e a luta por moradia digna na Ocupação Contestado”, a(o) convido para participar como voluntária(o) deste estudo.

Trata-se de uma pesquisa de mestrado, desenvolvida no Programa de pós-graduação em Direito da UFSC, sob a orientação da professora Doutora Marília de Nardin Budó.

A pesquisadora responsável, que assina este documento, compromete-se a conduzir a pesquisa de acordo com o que preconiza a Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa.

Esta pesquisa pretende identificar as percepções das moradoras e moradores da Ocupação Contestado sobre as injustiças e sobre os danos socioambientais vivenciadas no dia-a-dia da moradia irregular. Ao coletar informações sobre as experiências das(os) moradoras(es), objetiva-se compreender melhor as dificuldades enfrentadas pela comunidade e as consequências sociais e ambientais decorrentes da ocupação irregular.

Não há compensação financeira pela participação, pois a legislação brasileira não permite, mas a pesquisa também não acarreta custos para o participante. Em caso de despesas comprovadamente decorrentes da pesquisa, você terá direito ao ressarcimento.

Por tocar em assuntos sensíveis, que dizem respeito às dificuldades enfrentadas no cotidiano da pessoas, a pesquisa pode trazer desconforto, de modo que as perguntas podem evocar memórias e mobilizar sentimentos nem sempre agradáveis. Se em algum momento você expressar, diretamente ou indiretamente, algum tipo de inquietude para além daquela inerente à entrevista, isto será observado e levado em consideração para eventual necessidade de pausa, remarcação ou interrupção do diálogo.

Cabe reiterar que você tem liberdade de recusar a participar ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma, bem como que a pesquisadora responsável se manterá atenta durante o desenvolvimento da entrevista e prestará a assistência necessária para o bom andamento do diálogo. Posteriormente, você poderá entrar em contato em caso de dúvida sobre os procedimentos ou o projeto, utilizando-se dos contatos da pesquisadora constante deste TCLE (telefone, e-mail, endereço).

Os benefícios esperados são individuais, na medida em que haverá oportunidade para reflexão e diálogo na entrevista, além disso, em nível coletivo, a contribuição se direciona para a aproximação da comunidade com o meio acadêmico, bem como para o retorno social em forma de debate e reflexão sobre as políticas públicas necessárias ao caso.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de tirar qualquer dúvida ou pedir qualquer outro esclarecimento com a pesquisadora, além de que entrevista poderá ser suspensa a qualquer momento.

Você tem garantida a possibilidade de não aceitar participar ou de retirar sua permissão a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo pela sua decisão.

Se você concordar, a entrevista será gravada em áudio e posteriormente transcrita.

As informações desta pesquisa serão confidenciais e poderão ser divulgadas, apenas, em eventos ou publicações sem a sua identificação ou qualquer informação específica. Fica, também, garantida indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes da participação na

pesquisa.

Diante disso, solicito que você manifeste expressamente se autoriza ou não a utilização dos seus relatos, em conformidade ao disposto na Resolução CNS nº 510 de 2016, art. 9, V.

A partir dessas informações, o Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da UFSC solicita que seja formalizada a sua autorização para iniciarmos a entrevista. O CEPESH é um órgão colegiado interdisciplinar, deliberativo, consultivo e educativo, vinculado à Universidade Federal de Santa Catarina, mas independente na tomada de decisões, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato: **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)** - Prédio Reitoria II, 7º andar, sala 701, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis/SC. Telefone: 3721-6094.

Antes de ser realizada qualquer pergunta da entrevista, será apresentado este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Depois disso, caso você concorde em participar, a anuência se dará a partir da sua assinatura. Uma cópia do Termo de Consentimento ficará com a pesquisadora e outra cópia com a(o) entrevistada(o).

Autorização

Eu, _____,
expresso minha anuência com os termos apresentados e a minha concordância em participar deste estudo.

Florianópolis, 2024.

Participante da pesquisa

Damaris Mendonça
Pesquisadora

APÊNDICE C

i. QUADRO DE INJUSTIÇAS/DANOS SOCIOAMBIENTAIS

		Discursos						
		1	2	3	4	5	6	7
CULPA DO PREFEITO		x	x	X	x	x		x
1 Tereza	<p><i>Eu fiquei pensando que ia ficar lá até ganhar a moradia, né? Porque eles falaram que iam dar, não sei o quê, não sei o quê.</i></p> <p><i>Eu tenho uma irmã que ela diz assim, eu vou na tua casa. Eu falo pra ela: tu é que nem político, tu prometes e nunca vens. É político, é assim, perdão da palavra, mas é verdade.</i></p>							
2 Marielle	<p><i>Daí ele saiu com a promessa que no próximo mandato ele me daria uma casa, até hoje. Aí ele saiu, entrou Djama. Trabalhei para o Djama também com a promessa, novamente, de ganhar uma casa;</i></p> <p><i>Ele fez uma reunião na igreja. E eu fui. E nessa reunião foi quando ele prometeu a casa pra nós. Daí ele ainda falou assim pra mim. Olha só, vai lá e pega o melhor terreno que tem ali pra você.</i></p> <p><i>Mas aconteceu a eleição, ele perdeu e em seguida ele mandou a polícia me tirar. Uma casinha bem pequenininha, só pra segurar o terreno, porque a promessa deles era então que eles iriam fazer a minha casa.</i></p> <p><i>O Djalma me fez a mesma promessa perto do seu Elias, pai dele e tio. Aí o pai deles ainda falou assim pra mim, olha só, Marielle, agora ele vai cumprir porque ele tá prometendo perto de mim. E não aconteceu. Isso foi lá na época de</i></p> <p><i>Isso aí não sei como é que na época da política eles entram aqui dentro, enxergam e não comove o coração deles quando estão lá dentro no poder, daí depois</i></p> <p><i>Minha revolta é de um dia conseguir fazer a maioria do povo que eu conheço, que é muita gente, nunca mais votar, entendeu?</i></p> <p><i>A Deliana fez uma boa gestão. Fez..pra ela, né? Esse dinheiro do parque acho que dava o cento e poucas casas, de tanto parque que ela construiu. A gente não mora num parque, a gente não precisa de um parque para morar.</i></p> <p><i>Os políticos ganham, prometem, prometem, prometem, não cumprem.</i></p>							
3 Lélia	<p><i>Eles ainda têm a intenção de desviar o nosso terreno, né? Fazer para outras pessoas. Tem uma segunda intenção. Eles querem fazer apartamento para pessoas com uma renda maior do que a nossa.</i></p> <p><i>A gente se sente absolutamente enganado, né? Se sente enganado, se sente mal com isso, porque... na hora de dar o voto, eles disseram que fariam, depois não fizeram nada.</i></p> <p><i>Nesse prefeito que está agora eu votei e me arrependo muito de ter votado, tá? Ele esteve aqui na comunidade, ele prometeu mundos e fundos. E não fez nada e ainda queria tirar a gente daqui.</i></p> <p><i>Ginásio. No ginásio eu não estava. O que o pessoal comenta é que eles foram despejados do terreno, que eles estavam, porque o prefeito tinha prometido dar o terreno para eles construírem, não deu</i></p>							
4 Dandara	<p><i>Que foi bem sofrido, né? Porque eles estavam no terreno lá debaixo, depois você vê, prefeito tirou todo mundo, daí foram parar ali no ginásio</i></p>							
5 Carolina	<p><i>(Políticos) Eles estão fazendo um pouco caso conosco</i></p>							
6 Zumbi								
7 Funk	<p><i>Se hoje eu não tenho, foi por culpa do prefeito (casa)</i></p> <p><i>Tiraram onda, iludiram o povo. Tivemos que começar e enfrentar tudo de novo</i></p>							
A POLÍCIA (ONTEM, HOJE E AMANHÃ)		x	x	x	x	x		
1 Tereza	<p><i>Foi a mesma coisa que uma tragédia. Meus filhos eram tudo pequenos. Eu só pensava era neles. Teve violência da polícia contra a gente, né!? Porque vocês sabem como que eles são, né?</i></p> <p><i>Quando eu fui fazer o meu, terminando de fazer a minha barraca, a polícia derrubou.</i></p> <p><i>Olha, até que acalmou mais um pouco. Uma vez eles fizeram batidão. Muitas casas eles entraram. As casas que eles tinham foto, eles entraram. Fazia aquela confusão, né? Até na casa dela que não tinha nada a ver, eles entraram (se referindo à Marielle).</i></p> <p><i>Porque quando a polícia vem, ela já vem desmanchando tudo, botando todo mundo pra correr. Botaram todo mundo pra correr.</i></p>							

	<p><i>Então a gente veio pra cá. Vem uma hora e dizem, ah porque vocês vão ganhar ali, ah porque vocês vão ganhar lá. Quando a gente via, a polícia está na porta pra fazer despejo.</i></p>							
2 Marielle	<p><i>Meu Deus do céu, pelo amor de Deus, que tinha de polícia em Santa Catarina, acho que estava tudo lá. Isso eu me recordo</i></p> <p><i>meu Deus do céu, me senti uma bandida do mundo</i></p> <p><i>E até a polícia chegou um dia, às cinco horas da manhã, eu ia saindo para ir trabalhar. A polícia me abordou, eu e mais uma moça, e veio revistar a nossa mochila para ver o que tinha dentro. E falou para nós, suas "ladrona" de terra.</i></p> <p><i>Os abusos que a gente sofre aqui da polícia tinha que já ver um jeito pra não acontecer mais, entendeu?</i></p> <p><i>Isso aí a gente sofre muito aqui dentro, com abuso da polícia, abuso da polícia. Lá em cima é direto. Na quadra que eu moro.</i></p> <p><i>Lá eu sofro muito com esses ataques da polícia, cara. Muito mesmo. Muitas vezes eu tenho que me meter no meio de bala, assim.</i></p> <p><i>Os meninos, meninos, adolescentes, que estão batendo, botando no paredão, entendeu? Muitas vezes atiram de bala de borracha, faz buracão na perna deles.</i></p> <p><i>É abuso, abuso mesmo, total da polícia aqui dentro. Total.</i></p> <p><i>De fora nada, nada. Só vem quando é a polícia pra matar o povo aí. Pois essa noite a polícia matou um, foi lá, lá em cima, ameaçar, pro moleque não ir pro velório</i></p> <p><i>A polícia, ontem mesmo eles mataram um. Presta atenção, no que eu vou te falar, eles mataram um ontem, quatro horas da tarde, com todo mundo na rua.</i></p> <p><i>De noite, eram o quê? Umas dez, onze horas da noite, eles estavam lá em cima da minha quadra, onde eu moro, batendo nas portas, dando chute nas portas, ameaçando os meninos lá de cima, que se fossem no velório eles iam atirar nos meninos</i></p>							
3 Lélia	<p><i>Teve. Várias vezes. Entraram na minha casa, quebraram a minha porta, quebraram tudo. Eu sendo uma pessoa doente, perguntei para eles o que eles queriam da minha casa. Eles estavam em busca de droga e arma. Falei "droga é o médico que me dá. E arma é a minha língua. Mais do que isso é que vocês não vão encontrar"</i></p> <p><i>Fora o lixeiro não funciona mais nada. Nada vem aqui? Nada. A polícia de vez em quando? A polícia de vez em quando está enchendo saco.</i></p> <p><i>Aí no final das contas eles nos colocaram para a rua, pediram para sairmos para eles poderem negociar, daí a gente saiu, foi pra rua e eles negociaram. Aí chamaram a polícia, porque estávamos na frente da prefeitura. Aí veio a guarda municipal, queria bater em todo mundo</i></p>							
4 Dandara	<p><i>Na madrugada, principalmente se eles não acham quem eles querem. Já entraram na minha casa duas vezes também, já entraram aí viram a foto dos meus três filhos na parede, aí pediu documentos de todos, puxaram a ficha deles, tudo assim, né?</i></p> <p><i>Nesse dia chegaram e entraram com tudo, não quis nem saber. Eu só achei errado de eles entrarem e não pedirem licença;</i></p> <p><i>Ah, já, deles baterem, assim já. Acontece muito.</i></p>							
5 Carolina								
6 Zumbi	<i>Agora pararam um pouco, mas antes tinha muito. A polícia não respeitava quem estava na rua.</i>							
7 Funk								
DESPEJO								
	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td></td> <td></td> <td>X</td> </tr> </table>	X	X	X	X			X
X	X	X	X			X		
1 Tereza	<p><i>Quando eu fui fazer o meu, terminando de fazer a minha barraca, a polícia derrubou. Eu não fui pro ginásio. Quer dizer, eu fui lá, fiquei lá um pouco só, sabe? Porque tá até embaixo da escada tinha gente. Eu pensei assim, "vou deitar em cima dos outros? Não vou né".</i></p> <p><i>Então a gente veio pra cá. Vem uma hora e dizem, ah porque vocês vão ganhar ali, ah porque vocês vão ganhar lá. Quando a gente via, a polícia está na porta pra fazer despejo.</i></p> <p><i>Aí surgiu aquela possibilidade. Aquela... Aquela... tragédia, né.</i></p> <p><i>meu Deus do céu. Nós fiquemos desorientados, não sabíamos o que fazer</i></p>							
2 Marielle	<i>Então a gente foi ali pro ginásio, fico ali uns dias no ginásio.</i>							
3 Lélia	<i>Era para tratar de uma reunião que eles queriam despejar a gente. Mas eles não queriam conversar, só queriam despejar.</i>							

	<i>Aí eles foram despejados e foram mandados para o ginásio. Aí ficou todo mundo acampado no ginásio</i>							
4 Dandara	<i>Que foi bem sofrido, né? Porque eles estavam no terreno lá debaixo, depois você vê, prefeito tirou todo mundo, daí foram parar ali no ginásio. É triste, porque a gente fica naquela expectativa, hoje tu deita, mas tu não sabes se amanhã tu vais deitar na tua cama de novo, porque tem o medo do despejo. E tu acha que o fato de viver aqui na contestado contribui pra esses problemas psicológicos? Também né, é falta d'água, é aquela ansiedade, a gente vai sair ou não vai, se vai vir despejo ou não vai É triste, porque a gente fica naquela expectativa, hoje tu deita, mas tu não sabes se amanhã tu vais deitar na tua cama de novo, porque tem o medo do despejo.</i>							
5 Carolina								
6 Zumbi								
7 Funk	<i>Fui pro ginásio, até dormi no chão</i>							
DISCRIMINAÇÃO (DESUMANIZAÇÃO)		X	X	X	X	X		X
1 Tereza								
2 Marielle	<i>A gente é discriminado de todas as formas porque está aqui dentro, entendeu? A gente é discriminado até no posto de saúde. O dinheiro que ela gastou construindo parques, parquinhos, que é onde, nós aqui, se ir lá, Deus o livre, o presidente do bairro, discrimina nós de todas as formas</i>							
3 Lélia	<i>Você acha que o não atendimento tem relação com a moradia na Contestado? Sim, a gente era muito discriminado, muito discriminado mesmo até no posto de saúde. Chegou a morrer uma criança aqui dentro por falta de atendimento do posto. Então eles falam mal da gente e tudo mais, entendeu? Mas assim, não causam grandes transtornos. Já quiseram fazer o assinado, para tirar a gente daqui. E a gente já foi como eu consigo conversar. Mudamos a ideia. Já teve mais preconceito, porque eles achavam que todo mundo era marginal, que ninguém trabalhava. Mas a princípio eles achavam que todo mundo aqui era bandido. Todo mundo era bandido, ninguém trabalhava, ninguém fazia nada, só queria viver as coisas do governo</i>							
4 Dandara	<i>E o descaso que a gente tem, quando a gente diz que a gente é daqui, da Contestado tem muita discriminação ainda, tanto no posto, quanto na escola, deu muito trabalho pra arrumar pro meu filho. Ah, eu, pra falar a real, quando eu saio eu não falo que eu moro aqui. Porque a discriminação é muito grande. Porque eles acham que favela só mora bandidos. Só mora gente que não presta.</i>							
5 Carolina								
6 Zumbi								
7 Funk	<i>A ocupação é terra de trabalhador Mora muita gente de valor</i>							
PREFEITURA		X	X	X	X	X	X	
1 Tereza	<i>E não vem o pessoal da prefeitura limpar? Nunca, nunca, nunca. como que vocês construíram questão de esgoto? A gente fez tudo ali, tudo o pessoal, o povo que se ajudou e foi fazer. Depois disso ninguém da prefeitura veio... Nada, nada, nada. Ah, o povo é esquecido. Como é o atendimento de saúde pra senhora? É um caos sério. Às vezes o médico manda chamar a gente, a gente tem que estar lá três horas, mas eu não posso caminhar, eu tenho que ter um carro. E eles não vem buscar. Não vem mesmo. Quem que te ajuda, além da Marielle? É só ela. Assistência social, município, saúde? Nada. E como você descreveria o serviço público? É uma porcaria. Eles não vêm até aqui. A gente tem que implorar muito para o médico vir aqui. A única vez que eu vi a prefeitura aqui olha, só não quero te mentir, vi umas três vezes vieram pra cortar um mato. eu comprei o que estava faltando pra comer. Porque ali no CRAS, o pessoal me dava comida, agora não me deram mais.</i>							
2 Marielle	<i>A gente é discriminado até no posto de saúde. eu fui no posto de saúde pegar remédio para mim, porque eu tomo remédio controlado e é obrigado a tomar para minha cunhada. O enfermeiro disse que só daria o remédio a partir das 10 horas. Eu disse, por que? Se você está sentado aí, ele falou, só a partir das 10 horas que é remédio, antes pague o meu salário. A Celesc não faz ligação, porque esse terreno aqui não existe no mapa. Essa é a justificativa. Eu tô ligando pra assistência social e até agora não me atenderam</i>							

	<p><i>Quando a gente fala que mora aqui no contestado, né, se a gente é a segunda a ser atendido, a gente volta logo ao final da fila. Só em falar que mora no contestado.</i></p> <p><i>E daí no CRAS tu liga, é tempo perdido, tá? Não sei porque que as assistentes sociais ganham bem, assim, pra sei lá, pra nada</i></p>						
3 Lélia	<p><i>E como que tu descreverias o serviço público prestado hoje na comunidade? Não existe.</i></p> <p><i>A única coisa pública que a gente tem aqui que funciona é o lixeiro. Fora o lixeiro não funciona mais nada. Nada vem aqui? Nada.</i></p> <p><i>Agora que fizeram postinho novo aqui em cima, é que está funcionando melhor. Porque quando era no Zanelato foi uma situação séria. Eu cheguei a usar uma cadeira de rodas que não necessitava ter ido se eu tivesse tido atendimento antes no posto</i></p> <p><i>E a Prefeitura não se mexe com nada, não quer ajudar com nada. A gente não consegue cooperativa. A Caixa só libera o dinheiro para essas duas condições ou a prefeitura ou uma cooperativa. E aí a gente fica nessa</i></p>						
4 Dandara	<p><i>A questão de postos de saúde, de consulta médica, a gente tem muito problema com isso também</i></p> <p><i>Como tu descreverias o serviço público prestado à comunidade? É que nem aquela questão do posto, igual a Antonietafalou, se você perde o dia, você não consulta mais</i></p> <p><i>Olha, no CRAS eu fui no CRAS, tentar pegar uma cesta agora, né? Não consegui.</i></p> <p><i>É raro vir a ajuda pra cá também, é raro.</i></p>						
5 Carolina	<i>Até a minha cesta básica que era todo mês, eles cortaram, não tá fácil sabe.</i>						
6 Zumbi	<p><i>O posto a gente pode morrer, tem que marcar consulta uma vez no mês, nunca chamam. Demora um mês para ir.</i></p> <p><i>Quem presta auxílio para a comunidade? O poder público dá muito pouco.</i></p>						
7 Funk							
PERRENGUE							
	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </table>	X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	X		
1 Tereza	<p><i>Daí nós estamos aqui até hoje. Nessa pendura</i></p> <p><i>Sujeira "sujeirada", mulher, quer ver quando chove. Eu posso varrer tudo aqui na frente. Fica bem limpinho aqui na frente. Quando a chuva traz tudo a sujeira, da frente das outras casas para cá. Daí lá tem que pagar um para poder limpar</i></p> <p><i>Como é o dia a dia aqui na comunidade, em relação à água, luz, como vocês fazem? Aí a gente pega água dali a luz também, do poço. É irregular</i></p> <p><i>Ai, tô suando pra caralho. Daí eu tenho medo de ligar o ventilador porque tô com medo de pontada.</i></p> <p><i>Dificuldade de estrutura assim, das ruas assim, pra sair, só buraco, buraco e buraco e aí com a chuva pior ainda.</i></p> <p><i>Não, menina, se eu te contar, eu preciso de tudo.</i></p> <p><i>Como vocês construíram a questão de esgoto? A gente fez tudo ali, tudo o pessoal, o povo que se ajudou e foi fazer. Depois disso ninguém da prefeitura veio... Nada, nada, nada. Ah, o povo é esquecido.</i></p>						
2 Marielle	<p><i>Ah, dificuldade aqui do dia a dia é grande.</i></p> <p><i>Às vezes pega fogo no circuito. É perigoso</i></p>						
3 Lélia	<p><i>A minha casinha não era aqui, era no final desta rua era um chalé que caiu. E aí eu vim pra cá. Mas assim, fui uma das primeiras pessoas a ter casinha de madeira, o resto ainda estava tudo na lona</i></p> <p><i>E o que tu achas da estrutura da tua casa? O que tu gostarias de mudar? Tudo. Ela está caindo de Cupim.</i></p> <p><i>E quando chove traz um monte lá de cima também.</i></p> <p><i>E assim o mais que a gente passa de perrengue é a água</i></p> <p><i>A água também é irregular.</i></p> <p><i>A água vem suja até. Ela vem com sujeira que até entupiu minha máquina. É a água que a gente consome</i></p> <p><i>Só que eu na verdade não consumo muito essa água porque eu tenho muita dor de barriga</i></p>						
4 Dandara	<p><i>Depois vieram pra cá, ficaram um bom tempo embaixo de lona, a cozinha era comunitária, o banheiro comunitário.</i></p> <p><i>A casa já estava caindo.</i></p>						

	<p><i>E a água aqui é todo dia, a gente fica sem água, ou tu levanta aí cinco da manhã pra lavar roupa, até umas 7 da manhã, ou tu não tem água.</i></p> <p><i>A falta do saneamento básico, que no caso é o esgoto, a água, a questão da luz também, porque todo mundo sabe que a nossa luz é gato, é do poste.</i></p> <p><i>Quando chove, tipo aqui na minha casa, quando chovia tinha um buraco, porque a chuva desce, ela acaba fazendo o caminho, a água, porque aqui é uma descida.</i></p> <p><i>Hoje, eu tomo de bombona só. Já tomei da torneira, mas dá dor de barriga.</i></p> <p><i>porque aqui vira e mexe, a gente fica com medo deles virem cortar a luz, geralmente pega fogo no fio, aquelas coisas</i></p>								
5 Carolina	<p><i>O problema é que falta bastante, mas já me acostumei a levantar 5 e pouca da manhã e encher tudo</i></p> <p><i>Então daí eu pego e ferver água e vou guardando assim água fervida dentro da geladeira nas garrafas, sabe? Porque eu não tenho condições de estar comprando água mineral.</i></p>								
6 Zumbi	<p><i>Ó, a minha casa tá toda quebrada. Aqui, quando chove, molha tudo, tá tudo molhado aí ainda. Não tem lugar pra ficar quando chove. Cai algo pelo teto e molha tudo.</i></p> <p><i>A nossa maior dificuldade aqui é sobre água a água. É uma calamidade. Fica o dia todo sem, aí 6h, 4h da madrugada vem até as 7h da manhã.</i></p>								
7 Funk									
POSTO SEM SAÚDE		X	X	X	X				
1 Tereza	<p><i>Como é o atendimento de saúde para senhora? É um caso sério.</i></p> <p><i>Às vezes o médico manda chamar a gente, a gente tem que estar lá três horas, mas eu não posso caminhar, eu tenho que ter um carro. E eles não vem buscar.</i></p> <p><i>E aí depois diagnosticaram como um câncer. Faz uns 7 anos que eu tenho.</i></p> <p><i>Eles não vêm até aqui. A gente tem que implorar muito para o médico vir aqui</i></p>								
2 Marielle	<p><i>E tem pessoas na comunidade que ficaram doentes? Com falta de acesso à água? Muito, já aconteceu muito caso de pessoas doentes. Muito, muito. Eu, mesmo, semana passada, estava com vômito e tudo. Enjoo, enjojo.</i></p> <p><i>A gente é discriminado até no posto de saúde.</i></p>								
3 Lélia	<i>Só que eu na verdade não consumo muito essa água porque eu tenho muita dor de barriga</i>								
4 Dandara	<p><i>Hoje, eu tomo de bombona só. Já tomei da torneira, mas dá dor de barriga.</i></p> <p><i>E estou tomando remédio para depressão, porque imagina, né? Eu já estou com essa coisa do braço, mas essa do meu filho, está difícil de aceitar (se emocionou) Eu estou há três dias com arritmia. Aí você vai num posto e eles te dão só um comprimidinho pra botar embaixo da língua e te mandar embora. E tu acha que o fato de viver aqui na contestado contribui pra esses problemas psicológicos? Também né, é falta d'água, é aquela ansiedade, a gente vai sair ou não vai, se vai vir despejo ou não vai, é bem difícil assim, é raro vir a ajuda pra cá também, é raro.</i></p>								
5 Carolina									
6 Zumbi									
7 Funk									
CESTA BÁSICA		X	X	X	X	X			X
1 Tereza	<p><i>Olha, pra te falar a verdade, é difícil, viu? colocar o feijãozinho (na mesa). Eu digo, antigamente, o feijão e o arroz era só pra pobre, hoje é comida de rico</i></p> <p><i>Graças a Deus que eu já recebi o valor de brinde brinde, eu comprei o que estava faltando pra comer. Porque ali no CRAS, o pessoal me dava comida, agora não me deram mais.</i></p>								
2 Marielle	<p><i>até na alimentação, entendeu? Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Patrícia, assim, a gente se une pra tentar ajudar o máximo que a gente pode</i></p> <p><i>Então olha aquela caixa ali, isso ali é doações que a Antonieta ganha para uma família ou outra. É assim que eles conseguem</i></p> <p><i>E a maioria das mulheres recebe bolsa família e compra alimentação para os filhos. Mas tu sabes que as vezes tem muita criança</i></p> <p><i>A alimentação tem. O básico. arroz, o feijão, mas uma coisa decente assim, não</i></p>								
3 Lélia									
4 Dandara	<i>Olha, no CRAS eu fui no CRAS, tentar pegar uma cesta agora, né? Não consegui. Eu fui na terça e já não tinha mais vaga para a semana inteira e para essa semana. Fiquei na lista de espera, ela disse que segunda ela ia me ligar, mas até hoje ela não ligou.</i>								
5 Carolina	<i>Até a minha cesta básica que era todo mês, eles cortaram, não tá fácil sabe.</i>								

6 Zumbi															
7 Funk	<i>Lutava tanto, não sabia o que fazer. Se eu pagava o aluguel, não sabia o que comer</i>														
MULHERADA									X	X	X	X	X	X	X
1 Tereza	<i>Foi a mesma coisa que uma tragédia. Meus filhos eram tudo pequenos. Eu só pensava era neles.</i>														
2 Marielle	<i>Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Patrícia</i>														
3 Lélia	<i>Você acha que as mulheres têm uma atuação mais ativa? Tem. Tudo aqui é mulher. Desde uma assembleia até um mutirão, até uma festa de criança, tudo é mulherada. A mulherada que corre. Quando tem que lutar, abrir espaço pra alguma coisa, limpar terreno, tudo é mulherada que se mexe. Os homens daqui são muito vadios.</i>														
4 Dandara	<i>Você acha que as mulheres são mais afetadas pelos problemas da ocupação? Eu acho. As mulheres e as crianças</i> <i>Quem corre atrás de tudo é a mulher. Eu tenho que correr atrás. Se eu quero, eu tenho que correr.</i> <i>eu criei os meus 3 filhos sozinha, fazendo faxina, eu faço bolo, sabe?</i>														
5 Carolina	<i>Quem que são as pessoas que prestam auxílio? A Patrícia. Tudo que a gente precisa, se a gente precisa de alguma coisa, a Antonietae a Dona Marielle</i>														
6 Zumbi	<i>Quem ajuda mais é a Antonieta e as brigadas.</i> <i>Eu não sei sobre os processos, quem sabe é a nossa líder, a Patrícia, ela que faz as coisas, ela e a Marielle que vão atrás de tudo e participam, elas vão em reunião. Já foram até em Brasília falar com o Lula. Elas se viram. Já tiveram reunião lá na assembleia. E elas fazem reunião aqui também, tudo que elas fazem é pra conseguir as casas pra gente.</i>														
7 Funk	<i>A mulherada não tem moleza não Dando duro e trabalhando pra manter a ocupação</i>														
CRIANÇAS									X	X	X	X	X	X	X
1 Tereza	<i>Meus filhos eram tudo pequenos. Eu só pensava era neles.</i>														
2 Marielle	<i>Que essas crianças que estão aqui hoje em dia, pequenininhas, possam morar em um lugar com mais dignidade.</i> <i>Tem bastante criança aqui né? Tem, né? Os coitadinhos não têm lugar para brincar, nem dá para brincar, meu Deus</i> <i>E a maioria das mulheres recebe bolsa família e compra alimentação para os filhos. Mas tu sabes que as vezes tem muita criança</i> <i>A alimentação tem. O básico. Arroz, o feijão, mas uma coisa decente assim, não. Principalmente as crianças, me preocupo muito com eles, entendeu?</i> <i>Quando a gente se une aqui, faz campanha para o dia das crianças, Natal, Páscoa, e dá o saquinho de doces para eles, brinquedos, e deixa eles avançarem. É com as doações que a gente faz as coisinhas para eles, porque se a gente não fazer eles não têm.</i> <i>Os meninos, meninos, adolescentes, que estão batendo, botando no paredão, entendeu? Muitas vezes atiram de bala de borracha, faz buracão na perna deles</i>														
3 Lélia	<i>Chegou a morrer uma criança aqui dentro por falta de atendimento do posto. Foi 4, 5 anos atrás. A mãe levou no posto, o posto não atendeu ao invés de encaminhar para a UPA, mandaram voltar na segunda-feira e o menino morreu na mesma noite.</i>														
4 Dandara	<i>Aí eu vim pra cá, o meu pequeno tinha oito meses quando cheguei. Vai fazer onze anos agora. Ele cresceu</i> <i>Você acha que as mulheres são mais afetadas pelos problemas da ocupação? Eu acho. As mulheres e as crianças</i> <i>Tem jovens, adultos, crianças de todas as idades. Quem está aqui falando é o futuro da humanidade.</i>														
5 Carolina															
6 Zumbi															
7 Funk	<i>A molecada rala na escola Mas quanto ta na Contestado Solta pipa e joga bola</i>														
DANOS ANTERIORES									X	X	X	X	X	X	X
1 Tereza	<i>Meu esposo, Seu Dirceu veio trabalhar pra cá, nós viemos todos atrás. Aí foi um caso sério. E aí quando chegamos aqui não conseguimos alugar nada, tudo muito caro</i> <i>Quando veio de Lages trabalhava com obra. Mas veio procurar qualquer emprego. Porque a gente não pode escolher, né.</i>														
2 Marielle	<i>Não tinha umas condições de pagar aluguel, né?! Eu vim de São Paulo pra Florianópolis há 48 anos</i>														
3 Lélia	<i>Morava de aluguel, nessa rua geral aqui. Pagava R\$ 580 por mês em uma quitinete. Isso eu gasto em remédio hoje. Se eu tivesse que pagar aluguel, eu teria que escolher entre comer ou comprar remédio.</i>														
4 Dandara	<i>Eu morava de aluguel. E aí não conseguia mais pagar. Ficou difícil, sozinha, três filhos. Aí eu vim pra cá, o meu pequeno tinha oito meses quando cheguei. Vai fazer onze anos agora</i>														
5 Carolina	<i>Eu quase morri, né? Então eu vim pra cá, todo mundo me ajudou. A Pati, tive ajuda mesmo até a dona Lélia inclusive ela me ajudou porque eu perdi tudo lá embaixo tudo na enchente, lá deu enchente então eu a dona Lélia me ajudou com geladeira ela me deu uma geladeira então eu vim pra cá</i> <i>Eu perdi tudo eu consegui sair de dentro da casa água por aqui (peito) com três dias de dedo amputado (enchente)</i>														

6 Zumbi	<i>Antes eu pagava aluguel. Eu morava no morro Mocotó, pagava aluguel, aí minha primeira esposa faleceu, aí eu vim embora pra cá.</i>
7 Funk	<i>Lutava tanto, não sabia o que fazer. Se eu pagava o aluguel, não sabia o que comer</i>

ii. FORMAS DE ENFRENTAMENTO

		Discursos						
		1	2	3	4	5	6	7
MOVIMENTOS SOCIAIS			x	x	x	x	x	x
1 Tereza	O Jonathan, das Brigadas. O nosso professor da Contestado. É o nosso professor. Se existe essa ocupação aqui, eu devo a ele. Muito, muito, muito							
2 Marielle	Aí ele achou isso daqui e foi onde a gente ocupou isso daqui de madrugada. E nós estamos até agora aqui							
3 Lélia	Aí eu sei que o pessoal das brigadas que conseguiram evitar que eles (a polícia) entrassem fazendo isso de novo. E como que funciona assim, se vocês precisam de uma assistência, quem que ajuda mais? Pessoal das Brigadas. Então é assim, a gente conta muito com as Brigadas, com os advogados da Brigada Popular. Se não fossem eles a gente não estaria mais aqui. Já teriam tirado a gente daqui							
4 Dandara	Não, assim, quando as Brigadas vêm, a gente sempre comemora, o dia das Crianças, Natal, Páscoa. A gente se reúne, cada um dá um pouco, né? A gente faz bolo, né? Todo mundo se ajuda nas festinhas das crianças. A gente contribui. As Brigadas também ajudam, né? Às vezes eles que dão ônibus pra nós também. Aí a gente faz a alimentação, a gente compra pão, mortadela, suco, água, refri, porque vai criança, vai tudo. Eu acho que sem eles não teria como a gente lutar. Eu acho que se não fosse eles, eles são tipo assim o alicerce da nossa casa. É, tipo assim, eles são os alicerces, eles que seguram a gente. Eles falam, vamos lá, né? Vamos, né? Se tu tá desanimado, não, vamos lá lutar, vamos seguir. Vamos fazer junto. Vamos pegar junto ali, né? O não, nós já temos, vamos atrás do sim. É bem importante assim o papel deles na comunidade. Muito importante.							
5 Carolina	E tem o advogado Zumbi também, que sempre tá aqui, ele faz reunião.							
6 Zumbi	Quem ajuda mais é a Antonieta e as brigadas.							
7 Funk	Graças a Deus que fomos apoiados. Nós somos militantes bem organizados. Agradecemos a todas as parcerias E a todos que pensam em cidadania Esse movimento é muito organizado							
UMA AJUDA A OUTRA		x	x	x	x	x	x	x
1 Tereza	Quando a chuva traz tudo a sujeira, da frente das outras casas para cá. Daí lá tem que pagar um para poder limpar. "Eu que limpo" - Marielle interrompeu. - É verdade A Marielle, No primeiro lugar é Deus. No segundo lugar é ela, ela é meu braço direito. O dia que foi feito essa casa aqui, que a minha oura caiu, né. No vendaval que uma outra vez deu, caiu. Eles fizeram vaquinha todo mundo.							
2 Marielle	Se a gente tem luz é porque a gente se vira, se a gente tem água é porque a gente se vira Nós mesmo temos que procurar recursos para nós e lutar por nós mesmos. Quando chove, é vizinho correndo atrás de você pedindo ajuda pra trocar uma madeira. Agora, por último, quando deu um vento forte destelhou a casa, né? Foi a Antonieta que conseguiu aí, ajuda pra nós. Teve um moço que morava sozinho, um senhor idoso. Ela conseguiu as telhas a gente se ajuda Um vai ajudando no outro, até na alimentação, entendeu? Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Patrícia, assim, a gente se une pra tentar ajudar o máximo que a gente pode A assistência é dentro da comunidade. eu sou a única que ajuda ela até no curativo que ela precisa trocar três ou quatro vezes por dia aquilo ali. Aquilo ali tem um sangue que sai. É com as doações que a gente faz as coisinhas para eles, porque se a gente não fazer eles não têm. até na alimentação, entendeu? Quando eles não têm, eles correm lá em casa e quando eu não tenho eu corro aqui na Patrícia, assim, a gente se une pra tentar ajudar o máximo que a gente pode							
3 Lélia	Foi assim que a gente conseguiu terreno da SPU. Acampando na frente da SPU. Fazendo balburdia na frente da SPU. Foi assim que a gente conseguiu terreno. A Pati indo lá em Brasília, conseguir terreno. Falar com os diretores de lá. Agora tem que falar com Lula							

	<p>O pessoal ia se ajudando para construir.</p> <p>E também aqui dentro da comunidade. Um ajuda o outro. Geralmente a gente se ajuda. Quando alguém está necessitado de alguma coisa, bate na casa da Pati.</p> <p>O pessoal aqui é bem unido, todo mundo se ajuda. Quando faltam as coisas todo mundo se ajuda. Na hora do pega-pata-pá vai todo mundo junto.</p> <p>Foto 3: Feijoada na Lona Isso aqui é o nosso dia a dia mesmo, né? Fazendo feijoada, pra dar pra todo mundo, pegando roupa pra doar... Tudo é feito na Patrícia, essa casinha aqui era da Patrícia.</p>							
4 Dandara	<p>Quando chove, tipo aqui na minha casa, quando chovia tinha um buraco, porque a chuva desce, ela acaba fazendo o caminho, a água, porque aqui é uma descida. Aí o que a gente fez? A gente fez um mutirão e botamos o piso no beco. Foi, nós que arrumamos, não foi eles.</p> <p>A gente se ajuda, a gente recada dinheiro entre a comunidade</p> <p>Aí a gente faz a alimentação, a gente compra pão, mortadela, suco, água, refri, porque vai criança, vai tudo.</p>							
5 Carolina	<p>Eu tive muita ajuda, ajuda que eu não tinha lá quando eu morava no Bom viver, meu Deus! Eu quase morri, né? Então eu vim pra cá, todo mundo me ajudou</p> <p>A Pati, tive ajuda mesmo até a dona Lélia inclusive ela me ajudou porque eu perdi tudo lá embaixo tudo na enchente</p> <p>Quem que são as pessoas que prestam auxílio? A Patrícia. Tudo que a gente precisa, se a gente precisa de alguma coisa, a Antonieta e a Dona Marielle</p> <p>Eles se reuniam um monte de pessoas para fazer almoço, comida para todo mundo.</p>							
6 Zumbi	Quem ajuda mais é a Antonieta e as brigadas.							
7 Funk	Nós somos militantes bem organizados.							
MORADIA DIGNA								
	<table border="1"> <tr> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> <td>X</td> </tr> </table>	X	X	X	X	X	X	X
X	X	X	X	X	X	X		
1 Tereza								
2 Marielle	<p>Faça valer a pena o esforço que a gente fez em apoiar e dar a nossa casa, nossa moradia digna.</p> <p>Até então, primeiro a providência era incluir nós no Minha casa, Minha Vida</p> <p>A esperança nossa é essa de ter uma vida melhor.</p> <p>A gente está ocupando e nosso sonho é devolver isso aqui, mas ir para um lugar que seja nosso, digno, né?</p>							
3 Lélia	Olha, a solução que eu imagino seria eles construindo no nosso terreno, né? Que é só o que a gente tá precisando, que eles construam no terreno. A nossa moradia. Nós já conseguimos o terreno que era o mais difícil, o terreno a gente conseguiu. A gente conseguiu, então eles já eram pra ter construído aquilo ali.							
4 Dandara	<p>Mas se tu me perguntasse se eu gostaria de continuar morando aqui, eu não queria não. Queria estar num lugar melhor, um lugar que não falta água, um lugar que não falta luz.</p> <p>Para começar eles têm que tirar nós daqui e dar uma moradia digna. Porque se você tiver a tua casinha ali, você vai pagar. Não vai ganhar, eles não vão dar, porque a gente vai pagar. Eles só vão dar uma facilidade para a gente adquirir o imóvel nosso.</p> <p>Eu acho que a partir do momento que a gente sair daqui, que a gente conseguir ganhar na nossa luta, a nossa moradia eu acho que já é 90% do problema resolvido, vamos dizer assim, né? Porque daí tu vai estar morando num bairro que tem nome, tu não tá morando na favela. Você vai ser visto com outros olhos</p>							
5 Carolina	<p>A gente tem esperança. Tem fé. Que tudo vai dar certo. Que vamos sair daqui né e ganhar as casinhas ou apartamento sei lá o que é que nós vamos ganhar. Não tem risco de perder.</p> <p>A única coisa que eu quero para minha vida é sossego, paz e conseguir sustentar minhas filhas dignamente</p>							
6 Zumbi	<p>O que eu espero é que nós vamos ganhar nossa ajuda nossa casa. Nós estamos aí, esperando isso aí</p> <p>É o Minha Casa, Minha Vida que a gente tá esperando.</p>							
7 Funk	<p>Eu quero casa, eu tenho direito.</p> <p>Minha família vive aqui também, Tão precisando de uma casa mais do que ninguém</p>							